

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MARIANA LEAL DE SOUZA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: Proteção ou Revitimização?**

FRANCA

2015

MARIANA LEAL DE SOUZA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: Proteção ou Revitimização?**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: formação e prática profissional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

FRANCA

2015

Souza, Mariana Leal de.

As representações sociais de crianças em acolhimento institucional : proteção ou revitimização? / Mariana Leal de Souza.
–Franca : [s.n.], 2015.

136 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Djanira Soares de Oliveira e Almeida

1. Assistência em instituições. 2. Assistência a menores.
3. Crianças maltratadas. I. Título.

CDD – 361.63

MARIANA LEAL DE SOUZA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: Proteção ou Revitimização?**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: formação e prática profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Djanira Soares de Oliveira e Almeida

1^aExaminadora: _____
Prof^a. Dr^a. Nanci Soares – FCHS/Unesp

2^aExaminadora: _____
Prof^a. Dr^a. Rutinéia Cristina Martins Silva – FFCL/ Ituverava- MG

Franca, 17 de setembro de 2015.

Aos meus adorados pais, Newton e Mair, minha segurança em todos os momentos, ao José Ricardo, meu amado esposo e a minha querida filha, Sara, companheiros nesta e em outras tantas jornadas, com muito amor, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que faz de mim sua morada;

Aos meus pais, a quem devo tudo que sou, foram a retaguarda necessária e a fonte primeira de minha coragem e segurança;

Ao meu marido, pela compreensão e por sempre acreditar nos meus sonhos. Obrigada por me acalmar, com seu colo!

À minha filha, que mesmo sofrendo com as ausências e desencontros, sempre esteve torcendo pelo meu sucesso;

Aos meus amigos, que participaram deste processo de construção de conhecimento. De forma muito especial, a vocês: Lucinéia, Rejane, Cássia, Cristiane, João por sempre me encorajarem, quando pensei não ser mais capaz;

À Secretária Municipal de Assistência Social, Dininha, que possibilitou a realização da pesquisa, e me incentivou em todos os momentos;

Aos sujeitos da pesquisa, o meu “muito obrigada”, pelas contribuições;

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, que contribuíram, cada um a seu modo, para minha formação;

Aos colegas de turma que compartilharam dessa jornada e em especial à Angelita Márcia que sempre esteve presente, de forma generosa e segura no auxílio aos estudos;

À Professora e Orientadora Dr^a. Djanira Soares de Oliveira e Almeida, que com sabedoria e tranquilidade me acompanhou em todos os momentos, sem ela, esse sonho não seria realidade.

O menino que carregava água na peneira

Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira.
A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.
A mãe disse que era o mesmo
que catar espinhos na água.
O mesmo que criar peixes no bolso.
O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces
de uma casa sobre orvalhos.
A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio, do que do cheio.
Falava que vazios são maiores e até infinitos.
Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.
Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.
No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.
O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.
Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígios.
Até fez uma pedra dar flor.
A mãe reparava o menino com ternura.
A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!
Você vai carregar água na peneira a vida toda.
Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!

Manoel de Barros

SOUZA, Mariana Leal de. **As representações sociais de crianças em acolhimento institucional: proteção ou revitimização?** 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

RESUMO

Este trabalho estuda a situação de crianças em risco social e pessoal, em acolhimento institucional, junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da UNESP, campus de Franca-SP. Toma por base a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1961) e desenvolve pesquisa de campo com cinco sujeitos acolhidos pelo Abrigo Municipal Pâmela Silva do município de Paranaíba-MS. Fizeram parte da pesquisa os gestores do Abrigo e da escola municipal, os técnicos e os professores. Trata-se de pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas e utilização de análise de conteúdo no estudo dos resultados. Apesar de historicamente a evolução do acolhimento no Brasil ser visível, ainda há muito por se fazer na proteção da criança e no combate à revitimização.

Palavras-chave: instituição. acolhimento. controle. vínculo familiar. escola.

SOUZA, Mariana Leal de. **The social representations of children in institutional reception: protection or revictimization?** 2015. 136 f. Dissertation (Master's Degree in Social Service) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.

ABSTRACT

This paper studies the situation of children at social risk and personnel in residential care, with the Postgraduate Program in Social Work, the UNESP, Franca-SP. Is based on the theory of Social Representations of Serge Moscovici (1961) and develop field research with five subjects received by the Municipal Shelter Pamela Silva in the municipality of Paranaíba - MS. The present study managers Shelter and municipal school, technicians and teachers. It is a qualitative research with interviews and using content analysis in the study results. Although historically the evolution of host in Brazil is visible, there is still much to be done in child protection and the fight against revictimization.

Keywords: institution. host. control. family ties. school.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E GESTOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	73
QUADRO 2: IDENTIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E GESTORA EDUCACIONAL.....	85
QUADRO 3: O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O LOCAL QUE ESTÁ MORANDO AGORA?.....	93
QUADRO 4: O QUE VOCÊ ACHA QUE ESTA CASA PRETENDE TE OFERECER?	94
QUADRO 5: DO QUE VOCÊ MAIS GOSTA AQUI?	94
QUADRO 6: DO QUE MENOS GOSTA?	95
QUADRO 7: POR QUE VOCÊ ESTÁ NO ABRIGO?	96
QUADRO 8: DO QUE VOCÊ MAIS GOSTA E DO QUE MENOS GOSTA NA ESCOLA? E POR QUÊ?	97
QUADRO 9: COMPARATIVO DAS INSTITUIÇÕES.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO	48
GRÁFICO 2: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR SEXO ..	49
GRÁFICO 3: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR FAIXA ETÁRIA	50
GRÁFICO 4: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR COR/RAÇA/ETNIA	50
GRÁFICO 5: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	51

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CASA	Centro de Atendimento Socio-Educativo ao Adolescente
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIPAR	Faculdades Integradas de Paranaíba
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEI	Microempreendedores Individuais
MS	Mato Grosso do Sul
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA	Plano de Atendimento Individual
PIB	Produto Interno Bruto
PNCFC	Plano Nacional de Promoção Proteção Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC	Prestação de Serviço Comunitário

PSE	Proteção Social Especial
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
EMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	21
1.1 Conceituando a teoria das representações sociais	21
1.2 A interface das representações sociais com a pesquisa	28
CAPÍTULO 2 HISTÓRIA DO ABANDONO DA INFÂNCIA NO BRASIL.....	37
2.1 Aspectos Históricos.....	37
2.2 Acolhimento institucional de crianças e adolescentes na contemporaneidade	46
2.3 Reconfiguração das instituições de acolhimento no Brasil.....	53
CAPÍTULO 3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: ASPECTOS QUALITATIVOS....	61
3.1 Contextualização do universo da pesquisa	64
3.2 A Pesquisa	68
3.3 Perfil dos sujeitos envolvidos no acolhimento institucional no município de Paranaíba-MS	67
3.3.1 Gestor Municipal de Assistência Social.....	70
3.3.2 Os Técnicos do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças.....	72
3.3.3 As Professoras das crianças em acolhimento institucional	84
3.3.4 As crianças em acolhimento institucional	92
CAPÍTULO 4 RESULTADOS DA PESQUISA: Análise das categorias.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Consulta aos professores	125
APÊNDICE B - Consulta ao Responsável Legal e Equipe Técnica do Abrigo Municipal de Paranaíba/MS.....	126

APÊNDICE C - Consulta às crianças do abrigo Municipal de Paranaíba/MS... 127

ANEXOS

**ANEXO A - Lei nº 1.915, de 16 de dezembro de 2013. “Dispõe sobre a
regulamentação do funcionamento da Casa de Acolhimento
Institucional, denominada Abrigo Municipal Pâmela Silva e dá outras
providências” 129**

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surge a partir da participação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Paranaíba-MS, no qual os debates e deliberações em relação ao acolhimento institucional se fizeram de forma inquietante, pela realidade destas crianças e adolescentes, vítimas de diversos tipos de violência.

Este interesse constitui-se como parte integrante da prática profissional vivenciada há mais de uma década na Secretaria Municipal de Assistência Social, como assistente social, no atendimento direto à população, assim como na participação de mudanças importantes sofridas nas políticas de assistência social neste período.

A pesquisa tem como finalidade a análise das representações sociais de professores, técnicos do serviço de acolhimento institucional, gestores e das crianças do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS, estas que tiveram seus direitos violados, para verificar se o trabalho enquanto educadores e técnicos está proporcionando a proteção ou a revitimização dessas crianças.

Para tanto, esta pesquisa está inserida na linha de pesquisa Serviço Social: Formação e Prática Profissional do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Franca-SP.

O conhecimento histórico sobre o abrigamento de crianças no Brasil se deu pela atividade profissional em serviço social e por estudos na linha teórica das representações sociais e sua aplicação no estudo da questão social.

A institucionalização de crianças e adolescentes ocorre no Brasil desde o Período Colonial, quando crianças abandonadas eram deixadas nas Rodas dos Expostos, primeira forma de acolhimento a vítimas de abandono familiar registrada por historiadores no Brasil, instaladas em Salvador, em 1726; Rio de Janeiro, em 1738 e Recife em 1789 e depois se espalharam pelo país, perpassando os três grandes regimes de nossa história, criada na Colônia, multiplicada no período Imperial e mantida na República, sendo abolida em 1950.

No final da década de 50 do século XX, e meados da década de 60 do mesmo período, ocorre uma mudança no modelo e na orientação da assistência à infância abandonada. Com o início do Estado de Bem-Estar, é instituída a Fundação

Nacional de Bem - Estar do Menor (FUNABEM) e posteriormente instalou-se a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Posteriormente, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1988), na qual estão inseridos os direitos internacionais da criança, tais iniciativas culminaram na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (BRASIL, 1990) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 (BRASIL, 1993), que regulamentam a assistência à Infância no Brasil, transformando crianças e adolescentes em sujeitos de Direito.

As instituições de acolhimento têm suas normas regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de promover a proteção integral do desenvolvimento destes, sendo o acolhimento uma medida protetiva estabelecida em situações determinadas, além dos vários serviços normatizados, como: Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares.

O acolhimento institucional para crianças e adolescentes realizado atualmente é resultado da implantação do Estatuto, com diretrizes pautadas na Proteção Integral, diferentes das suas antecessoras na história da assistência à infância no Brasil.

A doutrina de Proteção Integral, consolidada pelo ECA, busca promover a crianças e adolescentes os direitos atribuídos a todos os cidadãos, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e em situação de risco, expressando um conjunto de direitos a serem assegurados com absoluta prioridade, por meio das políticas públicas.

Depois da nova legislação, proliferaram as 'casas-abrigo' destinadas a acolher crianças em risco social, porém, com a finalidade de abrigo temporário, e não de moradia por tempo indeterminado, como era o caso dos orfanatos.

Com nova titulação e portões abertos, as instituições que antes desenvolviam a prática de internação de crianças e adolescentes agora têm nova forma de atendimento e passaram a ser denominadas como serviço de acolhimento institucional.

Devido as mudanças na lei com relação à questão da internação, a residência passa a ser provisória de fato, onde as crianças permanecem até o retorno ao seu lar de origem ou em caso de impossibilidade, até serem colocadas em família substituta.

Percebe-se nitidamente uma grande mudança no serviço de atendimento, visto que o ECA prevê a extinção de internatos, orfanatos e instituições que não atendam as condições adequadas à formação e ao crescimento das crianças e adolescentes, prevendo: a preservação do vínculo familiar e promoção da reintegração familiar, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não separação de irmãos; participação na vida da comunidade local; integração em família substituta, se não for possível manutenção na família de origem; o dirigente do abrigo como guardião das crianças e adolescentes; participação de pessoas da comunidade no processo educativo; preparação gradativa para o desligamento da criança e ou do adolescente da instituição.

A realidade dos abrigos atualmente no Brasil infelizmente não condiz com o que está previsto legalmente, inúmeras pesquisas demonstram que o caráter excepcional e provisório não é de fato o que ocorre, já que crianças e adolescentes muitas vezes permanecem nas instituições até sua maioridade, e os motivos pelos quais são acolhidos também poderiam ter sido evitados dada a escassez de recursos materiais conforme a legislação que não configura causa para tal.

Verifica-se no cotidiano das instituições de acolhimento que algumas das situações como: negligência por parte da família; carência de recursos materiais da família/responsáveis; pais/responsáveis dependentes químicos/alcoolistas, isoladamente, podem ser atendidas por meio de medidas protetivas de encaminhamento e acompanhamentos pela rede de proteção social básica e especial conforme o ECA, não necessitando do acolhimento, o que caracteriza novamente falhas no sistema de garantia de direitos proposta pela legislação em vigência.

Por todo o país ocorrem instituições superlotadas sem condições de desenvolver as ações previstas no ECA, remetendo-nos a um passado não muito distante dos orfanatos que funcionavam como depósitos para crianças.

A escola também se configura como uma instituição que recebe estas crianças por longo período de tempo e tem seu papel fundamental no cumprimento da legislação em vigor, inclusive das normativas do ECA. Além de ser um local onde são estabelecidas diversas relações, a construção e o fortalecimento de preconceitos assim como sua desconstrução são possíveis, e caso do preconceito,

essa tal desconstrução é necessária, constituindo-se a escola espaço para esta pesquisa.

A escola tem o papel de socializar a criança, promovendo a passagem do mundo infantil para o mundo adulto, ou seja, promover a adaptação do indivíduo à sociedade, considerando que o indivíduo faz parte de um processo histórico-social que o determina e por sua vez é por ele determinado, sendo sujeito da história desde sua concepção.

As instituições de ensino precisam redimensionar seu pensar, reformulando esse processo de socialização que tem reproduzido a manutenção dos interesses das classes dominantes, em um papel social que defenda as classes dominadas, possibilitando expectativas de transformações na sociedade.

Deste modo, é fundamental analisar as representações sociais dos professores de crianças em situação de acolhimento institucional. Neste caso aqui proposto, de Paranaíba-MS significa compreender a visão destes em relação a uma situação de violação de direitos sob medida protetiva de acolhimento, sem deixar de considerar as questões sociais, históricas e educacionais que permeiam as significações dos sujeitos envolvidos.

A problemática da pesquisa configura-se por estes dentre outros questionamentos, apresenta como seus sujeitos a equipe técnica da Instituição de acolhimento, composta por Coordenador, Assistente Social e Psicóloga, Gestor de Assistência Social, Professores, Gestor Educacional que atendem a estas crianças, e as próprias crianças em acolhimento, no município de Paranaíba, interior do Estado de Mato Grosso do Sul, que interpretam o acolhimento e o representam socialmente.

A pesquisa busca desvelar situações vivenciadas no âmbito da instituição de acolhimento do município de Paranaíba-MS, com a finalidade de propiciar à equipe técnica a construção de uma prática profissional fundamentada na realidade e em instrumentais capazes de promover a proteção e a inclusão social de crianças e adolescentes institucionalizados.

Considerando pressupostos importantes ao Serviço Social, como a concepção de sujeito, a questão da identidade, os modos de vida, as experiências sociais e culturais, as representações sociais dos sujeitos envolvidos, optou-se pela pesquisa qualitativa que tem como uma de suas características possibilitar ao pesquisador que crie tanto técnica quanto metodologicamente, procedimentos mais

adequados à captação do seu objeto de pesquisa, e produzir sua teoria a partir da junção entre corpo teórico e materiais empíricos.

Nesta perspectiva o marco teórico faz referência a autores como Moscovici, Jodelet, Guareschi, Goffman, Foucault, Marcílio, Rizzini, Rizzini e Rizzini, Faleiros, Bourguignon, Baptista, Bardin, dentre outros (mencionados no aporte bibliográfico), com a preocupação de fundamentar as abordagens sob uma linha crítica.

Compreendendo que a metodologia é muito mais que um conjunto de técnicas de pesquisa, pauta-se, como sugere Turato (2003), na necessidade de o pesquisador ter a mente aberta, ser capaz de ver onde outros não viram, poder interpretar os dados em profundidade – como exige a ciência – indo além do aparente, modificando caminhos de forma criativa, sempre rumo ao novo, ao não conhecido.

Na escolha do método da pesquisa, considerou-se que o método científico é historicamente determinado e só pode ser compreendido dessa forma, é reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, interferindo nelas, no decorrer da história.

Nesta pesquisa a abordagem dialética foi a melhor opção, por se avaliar que tem como referencial teórico o materialismo histórico, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas entre sujeito e objeto, entre conhecimento e ação, entre teoria e prática.

O desenvolvimento da abordagem dialética proporciona ao pesquisador dar devida atenção às experiências, práticas, processos/históricos, discussões filosóficas ou análises contextualizadas, com propostas críticas, a fim de desvendar os conflitos de interesses que perpassam os conflitos das interpretações.

A pesquisa utilizará como referência a teoria das representações sociais baseando-se nas obras de Serge Moscovici (1961), seu principal teórico, que questiona, ao invés de adaptar-se e busca o novo, em conformidade com a abordagem dialética proposta.

Na busca da interpretação das relações entre sujeito e objeto, optou-se pela análise do conteúdo, enquanto método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens, as quais podem ser abordadas sob diferentes formas e ângulos, nos pressupostos trazidos por Bardin (1977).

O trabalho de investigação científica será desenvolvido no município de Paranaíba, pertencente à região noroeste do estado de Mato Grosso do Sul,

denominada de Bolsão Sul Matogrossense, na instituição de acolhimento municipal que está inscrita no sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes.

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes do município de Paranaíba-MS funciona no “Abrigo Municipal Pâmela Silva”, vinculada à Proteção Social Especial de alta complexidade que se destina a pessoas que tiveram seus direitos violados, e necessitam do acolhimento como medida protetiva, constituindo um dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – (SUAS), gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município.

Para melhor compreensão da estrutura da pesquisa, propomos uma apresentação geral da mesma, por capítulos, assim divididos para melhor entendimento do leitor.

No primeiro capítulo, denominado: *As Representações Sociais*, pretende-se conceituar a teoria das representações sociais enquanto aporte teórico-metodológico para análise da realidade social vivenciada pelos sujeitos.

Considerando que estaremos estudando a realidade social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional que já vivenciaram diversas situações de violação de direitos, apropriamo-nos do fato de que as representações sociais se apresentam nos usos e costumes, como também podem estar presentes nas conversações das pessoas, podem ser recolhidas em textos, imagens, danças, produzidas pelo público investigado e, por fim, não menos relevante, elas podem ser buscadas nas mentes das pessoas, em suas opiniões, atitudes, crenças e símbolos. Tudo para verificar as representações dos assistidos, as representações daqueles profissionais que os atendem diariamente, com a função de garantir seus direitos.

Destaca-se componente importante na análise das representações sociais, repensar como as instituições surgem na história, seus formatos e finalidades, as quais influenciam diretamente os modelos atuais, neste caso as instituições totais, sob caráter fechado, os manicômios, prisões, orfanatos, quartéis e institutos religiosos.

No segundo capítulo, *História do abandono da infância no Brasil*, são relatados os aspectos históricos do acolhimento institucional que teve seu início marcado pela criação das rodas dos expostos, até o surgimento das instituições para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), em vigor até a atualidade.

Tratando o tema dialeticamente, demonstraremos ao longo do texto a reconfiguração das instituições de acolhimento no Brasil sob as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, as quais norteiam os objetivos e o funcionamento destas instituições, enquanto serviço de proteção e garantia de direitos.

No terceiro capítulo, *A construção da pesquisa: Aspectos qualitativos*, informa-se que a investigação será realizada por meio de levantamento e análise de documentos e legislações municipais, pela contextualização do cenário onde se realizará, assim como pela construção do perfil dos sujeitos envolvidos. Optou-se pela entrevista semi-estruturada, pela flexibilidade de se ter um guia de questões, porém, aberto para possíveis desdobramentos na fala dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas se realizaram com gestores, professores e técnicos do serviço de acolhimento institucional de crianças do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS, e ainda com as crianças em questão, a fim de analisar as representações sociais destes profissionais para verificar se ocorrem no espaço escolar e institucional a revitimização ou a proteção destas crianças, com seus direitos violados, considerando a dialética sujeito-contexto em que toda representação está ancorada e categorizada.

Foram realizadas análises dos resultados, por informações oriundas das entrevistas, com o intuito de compreender as representações sociais dos sujeitos envolvidos.

A análise dos dados orienta-se na perspectiva dialética, por meio da análise de conteúdo das entrevistas que permite configurar unidades de significado recorrentes ao longo da pesquisa. Assim será possível identificar as representações sociais dos sujeitos acerca da realidade das crianças em acolhimento institucional. A partir daí, então, relatar a ocorrência de proteção e ou revitimização destas crianças no âmbito institucional do Abrigo e da Escola.

A possibilidade da existência de influências nas representações sociais dos professores e técnicos das crianças em acolhimento institucional, por conta do surgimento das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos no Brasil, nos moldes das instituições fechadas consideradas instituições totais, comparadas a prisões, nos instiga a investigar esta temática tão interessante.

Em suma, nas considerações finais pretendemos revelar algumas reflexões as quais consideramos importantes acerca do serviço de acolhimento institucional para crianças no município de Paranaíba-MS. Este estudo pode contribuir para o processo de reordenamento do serviço de acolhimento pelos profissionais envolvidos neste trabalho, tanto em nível de município como de outras esferas da ação social.

CAPÍTULO 1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

1.1 Conceituando a teoria das representações sociais

A Teoria das Representações Sociais surge em 1961, com o francês Serge Moscovici, que a inaugura na publicação da obra “*La psychanalyse, son image et son public*”, em português se diz “A psicanálise, sua imagem e seu público”, marco da produção deste conhecimento.

A proposta de Moscovici tem o intuito de debater as contradições existentes na relação indivíduo-sociedade e como esta relação se constrói, resultando nas representações sociais que constituem o comportamento, a linguagem, gestos, enfim, definem como as interações sociais vão se interligar na construção do cotidiano.

Esta pesquisa utilizará como referência a teoria das representações sociais que, ao invés de adaptar-se busca o novo, lá mesmo onde o peso hegemônico do tradicional impõe as suas contradições (FARR, 1995), em conformidade com a abordagem dialética proposta.

Constitui-se uma tarefa difícil conceituar a teoria das Representações Sociais por possuir um conceito dinâmico, referindo-se tanto ao processo pelo qual as representações são elaboradas como as estruturas de conhecimento que são estabelecidas, para tanto discutiremos algumas faces destes processos que constituem as representações.

O propósito de todas as representações é tornar algo não familiar, desconhecido, em familiar, passando a ocupar um lugar dentro do nosso mundo próximo. As representações sociais emergem não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também pela forma como o sujeito constrói uma capacidade de definição, uma função de identidade, expressando um valor simbólico:

A representação é uma forma de conhecimento prático conectando um sujeito a um objeto, quantificar esse conhecimento como ‘prático’, refere-se à experiência a partir da qual ele é produzido, aos referenciais e condições em que ele é produzido e, sobretudo, ao fato de que a representação é empregada para agir no mundo e nos outros. (JODELET, 1989, p. 43-44).¹

¹ Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica de Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ - Faculdade de Educação, dez. 1993.

As representações constituem-se no cotidiano e nos processos de interação social; cumprem o papel de reconstruir o objeto de atenção dos sujeitos, mantêm ou interferem no sistema de valores e de crenças professadas por grupos sociais, bem como, mobilizam as atividades e os comportamentos humanos (BOURGUIGNON, 2001):

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 1978, p. 21).

O cotidiano está permeado por situações diversas que nos exigem posicionamentos, instante em que se faz necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, para que possamos identificar as questões que nos cercam e solucioná-las da melhor maneira que convier naquele dado momento, sistemas de interpretação que configuram as relações das pessoas com o mundo e com os outros, desencadeando determinadas condutas e comunicações sociais.

Toda a representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente uma representação social é a organização de imagens e linguagens, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são próximos, tornam-nos comuns (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

Para Moscovici (1978, p. 26), “[...] a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamento e a comunicação entre indivíduos.”

Representações sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligados a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações (BOURDIEU apud SÁ, 1998, p. 74-75).

A teoria que explica as Representações Sociais através dos estudos de Moscovici (1978), busca compreender a construção de saberes sociais, a construção dos significados dados ao social e aos seus elementos constitutivos, envolvendo atos de conhecimento, afetos, experiências sociais, grupos sociais baseados no contexto sócio – histórico.

Conforme Moscovici (1978), as representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, uma manifestação concreta ou subjetiva em nosso cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados, são influenciadas por estas.

Representação Social, portanto, é a expressão do conhecimento reconstruído pelo sujeito a respeito da sua realidade cotidiana, considerando as determinações sociais, históricas e culturais presentes no contexto em que se insere. “As Representações Sociais são a passarela entre o mundo individual e o mundo social. Permitem compreender a vida social, sem desprezar os espaços micro – sociais em que as relações sociais se fazem, se solidificam.” (BOURGUIGNON, 2001, p.82).

Nesta perspectiva, acrescentam-se outras concepções de autores que realizam o debate da temática.

Representação Social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto, “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET apud SÁ, 1996, p. 32-33).

Representações são construções sempre ligadas a um lugar a partir do qual sujeitos representam, estando, portanto, intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais. Nessa medida, elas representam uma forma particular de construção do objeto e estão, constantemente, em relação com outras representações que representam outros sujeitos e outros lugares sociais. (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 77)

Para Abric (1998), a representação social não é um simples reflexo da realidade, ela é uma organização de significados que funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas.

Considera-se representação social como o sentido atribuído a um dado objeto pelo sujeito, a partir das informações que, continuamente, lhe vêm de sua prática, de suas relações (MADEIRA, 1998, p. 49).

A representação social é uma modalidade de saber gerada através da comunicação na vida cotidiana com a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas (SÁ, 1998, p. 68).

Segundo Jodelet, citada por Lane (1995a, p. 61), apreender as Representações Sociais exige do pesquisador estar atento a três dimensões essenciais: as condições sócio-culturais em que se produzem; o conteúdo cognitivo destas representações e a experiência social dos sujeitos. Ou seja, é necessário articular os elementos afetivos, os sociais e os cognitivos e a sua exposição através da linguagem e da comunicação. Todos estes elementos permeiam a construção dos “significados que o sujeito dá ao social”.

As Representações Sociais ligam o conhecimento do senso comum ao científico, na medida em que as informações do meio social são concretizadas através das experiências e da comunicação.

Uma representação pode se apresentar nos usos e costumes, como também pode estar presente nas conversações das pessoas; comentários e questionamentos indiretos deixam claro o que está subjetivo na mente das pessoas, ela pode ser recolhida em textos da mídia impressa, de forma indireta ou direta, como pode estar presente nas imagens de cenas televisivas, ou mesmo em danças, passeatas e marchas de manifestações populares (GUARESCHI, 2000).

Estas manifestações das representações são desencadeadas por meio de uma memória coletiva que reflete um conhecimento anterior que poderá alterar a forma de se pensar e compreender a informação presente, o que significa que experiências ou ideias passadas não estão descartadas, são ativas e podem mudar as experiências e ideias atuais.

O estudo das Representações Sociais revela “sinais”, “símbolos” e “linguagens” que possibilitam diferentes interpretações de uma mesma realidade, desmitificando como os “sujeitos” se apropriam de sua própria realidade, dando indícios de suas relações sociais e sua inserção a um grupo social. As representações do mundo social são determinadas por interesses dos grupos que as inventam.

De acordo com Jodelet (1984, p. 34), “[...] um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” constituem as representações sociais. Segundo a definição, são conhecimentos práticos orientados para a comunicação e compreensão do contexto social vigente, material e ideológico.

Esses conhecimentos são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e

ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (ALEXANDRE, 2004, p. 131).

A comunicação tem papel fundamental na construção das representações sociais por constituírem um elo entre os sujeitos por meio da linguagem, que possibilita trocas e interações, contribuindo para a instituição de um ambiente consensual. Aquela jamais poderá ser reduzida à mera transmissão de mensagens, pois, ela diferencia, interpreta e combina objetos sociais e representações de determinados grupos.

Para Moscovici (1961), a comunicação pode ser verificada em relação à constituição das representações sociais em três níveis:

- No nível da emergência das representações, onde as condições afetam os aspectos cognitivos, entre as quais se destacam: a dispersão e a distorção das informações relativas ao objeto representado, desigualmente acessíveis aos grupos; a focalização em aspectos de interesse dos sujeitos e da implicação dos sujeitos; a pressão devido à necessidade de agir, tomar posição ou obter o reconhecimento de outros, assim como, os elementos que vão diferenciar o pensamento natural em suas operações, sua lógica e seu estilo.

- No nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem consideram a interdependência entre a atividade cognitiva e condições sociais em que ocorrem, das significações e da utilidades que lhes são conferidas.

- No nível das dimensões das representações que têm influência na construção de condutas: opinião, atitude, estereótipos, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação mediática, os quais apresentam propriedades estruturais diferentes correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda.

Notamos que os diversos autores mencionados concordam que as representações sociais são formas de saber prático ligando um sujeito a um objeto. Em seus diversos estudos, Jodelet (1989) construiu uma síntese que demonstra elementos e relações das representações sociais importantes para as diversas pesquisas sobre a temática:

- A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é.

- Ela está com seu objeto numa relação de “simbolização”, toma seu lugar, e de “interpretação”, ela lhe confere significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma “construção” e uma “expressão” do sujeito.

- Forma de saber, a representação apresenta-se como uma “modelização” do objeto diretamente legível em, ou inferido de, diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais. Todo estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento.

- Qualificar esse saber de “prático” se refere à experiência a partir da qual ele se produz, aos quadros e condições nos quais se insere, e sobretudo ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que esclarece suas funções e sua eficácia.

Nesta perspectiva, a autora condensa ainda mais sua síntese em três questões norteadoras aos pesquisadores que se propõem pesquisar as representações sociais; “Quem sabe e de onde sabe?, O que e como sabe?, Sobre o que sabe e com que efeito?”.

Para demonstrar esta relação do sujeito com o objeto, Moscovici (1961) propõe uma estrutura teórica para as representações sociais, composta por duas faces indissociáveis: a face figurativa, que corresponde ao objeto, e a face simbólica, que corresponde ao sentido atribuído ao objeto pelo sujeito, denominando a configuração estrutural por seus processos formadores: a Ancoragem e a Objetivação.

Moscovici (2012, p. 61) assim entende o processo da ancoragem:

A ancoragem é um processo que transforma algo estranho e perturbador, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela.

Esse processo diz respeito à classificação e denominação das coisas que nos são estranhas, e que não existem, sendo ao mesmo tempo ameaçadoras, por isso a necessidade de classificá-lo, encaixá-lo em um lugar, atribuir-lhe um sentido. É preciso atentar para o fato de que classificar algo significa que determinamos seu pertencimento a um conjunto de comportamentos e regras, que o caracterizam como

parte de uma categoria, já existente em nossa memória, podendo ser positiva ou negativa em relação ao objeto ou sujeito classificado.

Para Jodelet (1990), o sistema de interpretação que ocorre no processo de ancoragem tem uma função de mediação entre o indivíduo e seu meio e entre os membros de um mesmo grupo, afirmando a identidade grupal, torna-se um código comum que permite classificar pessoas e acontecimentos, comunicar-se utilizando a mesma linguagem, portanto, influenciar. Assim, a ancoragem fornece a objetivação de seus elementos imaginados e pré-construídos, para construir novas representações.

A objetivação corresponde à função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato, naturalizá-lo, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o impalpável, transformar em objeto o que é representado (SÁ, 1995; NÓBREGA, 1990).

No que tange à comunicação, é importante salientar conforme Nóbrega (2001), que cada forma de comunicação tem como consequência a produção de representações sociais específicas, conforme a dinâmica das interações entre sujeito e objeto articulado no pensamento social.

Seguindo este raciocínio, a comunicação aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações sociais, por meio de sistemas indutores das representações denominados por Moscovici (1961) difusão, relacionada à formação das opiniões, propagação, com as atitudes e a propaganda com os estereótipos.

A difusão tem o propósito de informar o público, sendo dirigida a vários grupos ignorando as diferenças sociais, os quais emitiram opiniões do assunto sem a promoção de mudanças de atitudes. A função da comunicação será apenas de propor uma abertura na direção de opções disponíveis e fazer circular a informação sobre elas.

Na propagação, as mensagens são organizadas por um membro de um grupo para os demais membros do mesmo, com a finalidade de gerar atitudes em comum frente à temática. Produz um efeito seletivo sobre as reações das pessoas, por ser dotada de uma função reguladora (NÓBREGA, 2001).

A propaganda é realizada por um grupo consciente das diferenças existentes na sociedade e dos conflitos gerados por elas, utilizando-se destes para polarizar as ações dos indivíduos que recebem a mensagem, dessa forma, ocorre a manipulação

do saber a fim de criar estereótipos, alimentando e acentuando as diferenças. Nesse sentido, os estereótipos podem ser considerados como cristalização de atitudes e opiniões desfavoráveis, tendo como forte valência afetiva ou social, provocando respostas imediatizadas (MOSCOVICI, 1961).

1.2 A interface das representações sociais com a pesquisa

Acredita-se que representações sociais são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza pela linguagem.

Tendo em vista todos estes pressupostos teóricos, tem-se o objetivo de interpretar, produzir sentidos à fala dos professores, gestores e dos técnicos da instituição de acolhimento, assim como das crianças em acolhimento institucional do município de Paranaíba-MS.

Logo, percebemos que as representações sociais são um recurso imprescindível para esta pesquisa, pois, possibilitam a percepção de um grupo de profissionais sobre a temática em questão numa perspectiva de coletividade, e que permeia outros saberes que compõem o contexto destas crianças vitimizadas, além da percepção destas, enquanto sujeitos, de si mesmos, possibilitando análise de um discurso a fim de desvelar e desmistificar as entrelinhas dos comportamentos dos sujeitos.

O conceito de teoria das representações sociais de Jodelet, principal colaboradora e continuadora de Moscovici, demonstra a riqueza de possibilidades de análise que esta teoria dá ao pesquisador, quando diz: “As teorias das representações sociais são uma forma de conhecimento elaborada e partilhada socialmente, tendo uma visão prática e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 1989, p. 36).

Para Jovchelovitch (1995, p.78), “[...] é através da atividade do sujeito e de sua relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo”, o que nos permite compreender que toda representação é construída na relação do sujeito com o objeto representado.

No processo das relações sociais, que permeiam a realidade, o sujeito elabora o conhecimento, vai se socializando, reconstruindo valores e ideias que

circulam na sociedade. De acordo com Moscovici (1969, p. 11), toda representação é de alguém, tanto quanto de alguma coisa. É uma forma de conhecimento por meio da qual aquele que conhece se substitui no que é conhecido.

Para Guareschi (2000), é no mínimo complexo o “*status*” de realidade, isto é, ontológico, de uma representação social. Elas “são”, de fato, mas elas não podem ser tocadas. Elas existem, mas não se deixam ver. Possuem determinada concretude, mas não podem ser delimitadas, medidas, desenhadas. Aparecem sem ser vistas: influenciam, sem que as identifiquemos claramente.

A maioria dos teóricos são rápidos em afirmar que as representações sociais são saberes práticos, populares. Moscovici (1969) em seu prefácio ao livro de Herzlich, afirma que uma representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas sociais relativas a objetos sociais.

A fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa na teoria das representações sociais se pauta na afirmação que Guareschi (2000, p. 252) faz com relação à importância desta teoria no desvendar de situações vivenciadas no cotidiano, na realidade social:

A questão que gostaria de colocar aqui é a de que as RS, como práticas populares, poderiam passar a ocupar mais espaço nas investigações e poderiam desse modo ajudar a refletir e a levar a uma possível superação de situações que revelem e impliquem assimetrias, ou mesmo injustiças. Na medida em que as RS são práticas populares, poder-se-ia levar adiante a hipótese de que elas muito provavelmente poderiam colaborar, tanto na identificação, como na criação e consolidação dessas novas epistemes, frutos de práticas diferentes e alternativas.

Considerando que estaremos estudando a realidade social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional que já vivenciaram diversas situações de violação de direitos, apropriamo-nos do fato de que as representações sociais se apresentam nos usos e costumes, como também podem estar presentes nas conversações das pessoas, podem ser recolhidas em textos, imagens, danças, produzidas pelo público investigado e, por fim, não menos relevante, elas podem ser buscadas nas mentes das pessoas, em suas opiniões, atitudes, crenças e símbolos. O objetivo é verificar as representações dos assistidos, dos profissionais que os atendem diariamente, com a função de garantir seus direitos.

Sabe-se que os conceitos socialmente elaborados e que permeiam o cotidiano de crianças e adolescentes, interferem diretamente em sua atitude e

comportamento frente ao acolhimento institucional. Desta forma a análise das representações possibilita a identificação de elementos que compõem suas fragilidades, favorecendo a compreensão e identificação das condutas permeadas por variáveis.

A representação social construída pelos sujeitos de pesquisa tem forte influência em como no decorrer do tempo as instituições totais foram implantadas para o atendimento daqueles que necessitavam, por algo que os incapacitava, evoluindo para as atuais instituições e serviços ofertados em seus diversos setores.

A sociedade criou mecanismos de organização e controle de situações consideradas em determinado período inaceitáveis aos governantes, mendigos (perigo social, desestímulo ao trabalho), crianças e adolescentes (indisciplina social), doentes e idosos (enfraquecimento da mão de obra), porém difíceis de serem resolvidas, por meio da criação das instituições, a fim de:

Quando a indigência, a desnutrição, a velhice, a delinquência ou outras formas de “desvio” e anomalias sociais aparecerem como ameaça à ordem estabelecida, organizam-se instituições de assistência, de proteção, de recuperação, seguros sociais. (FALEIROS, 2001, p. 34).

Nesta perspectiva, as instituições são criadas pelo Estado enquanto patrulha ideológica da vida pessoal e social de seus usuários, com a finalidade de controle social, ofertando apenas o adiamento das soluções ou até mesmo escondendo os problemas, por meio de respostas simbólicas e parciais.

Portanto para compreendermos de que instituições se está falando, faz-se necessário uma breve conceituação desta, trata-se por instituições totais:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2008, p. 11).

As instituições totais são fechadas, o que simboliza claramente a determinação de uma barreira ao usuário que vive neste local, sem a relação social com o mundo externo, evidenciada pelas proibições de muitos destes locais às saídas de seus internos sob o pretexto de garantir-lhes a segurança.

As principais características destas instituições são a existência de uma única autoridade, número grande de pessoas residindo, redesenho da história de vidas

dos internos, contato restrito com outras pessoas que não sejam da instituição, as atividades da vida diária não são determinadas pelos internos, obrigações a serem cumpridas pré-determinadas, regras da casa.

Segundo Goffman (2008), as instituições totais podem ser divididas em cinco grupos: instituições criadas para cuidar das pessoas que são incapazes e inofensivas; estabelecimentos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; instituição organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais; para realizar de forma adequada tarefa de trabalho; estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo ou para instrução de religiosos.

Em orfanatos, instituições de tratamento psiquiátrico, presídios, quartéis ou escolas militares, instituições religiosas, observamos que, além do caráter fechado, a rotina se assemelha, mesmo o público sendo diferenciado, as vivências diárias ocorrem no mesmo espaço e tempo, por exemplo: dormem juntos e no mesmo horário, alimentam-se, fazem a higiene pessoal, tomam medicamento, estudam, o que impossibilita decidir sobre questões pequenas e íntimas, não havendo privacidade ou individualidade. Sua rotina está sob dominação e sujeição dos dominantes:

De fato, qualquer situação social em que intervenha uma relação de poder comporta um aspecto de “programação da atividade” e de “centralização da programação”, pelo menos do ponto de vista daquele que, nessa relação, encontra-se no polo dominado. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 89).

As instituições totais são marcadas pelo binarismo entre equipe dirigente, que comanda e internos/usuários, que são comandados, por meio de uma estrita hierarquia que determina ações, hábitos, comportamentos e até mesmo visão de mundo, viabilizando o funcionamento da instituição de forma autoritária e disciplinadora:

Pode-se, assim, em toda circunstância, classificar as pessoas envolvidas em duas categorias, a dos superiores, que exercem a fiscalização, e a dos subordinados, que estão sendo observados, avaliados e julgados nas suas condutas, mesmo as mais triviais, de maneira a possibilitar a correção dos desvios através dos processos de socialização e seus contínuos reforços peculiares a cada instituição em particular. (GOFFMAN, 2008, p. 18).

Os dirigentes das instituições utilizam mecanismos de imposição da ordem para manter o domínio dos internos, legitimando o poder institucional e a

manutenção de seu funcionamento, submetendo-os a processos disciplinadores, “estufas para moldar pessoas” (GOFFMAN, 2008), causando a mortificação do eu:

[...] uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativas para ele. (GOFFMAN, 2008, p. 24, grifo do autor).

O afastamento do indivíduo da vida em sociedade produz uma profunda ruptura com as vivências que constituem seu eu, até aquele determinado momento, as quais compõem sua identidade, que com a institucionalização passam a ser desconstruídas, com procedimentos normalizadores que retiram sua privacidade e sua individualidade:

[...] obter uma [nova] história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado. (GOFFMAN, 2008, p. 25-26).

Os internos institucionalizados deixam de ser integrantes de uma sociedade dinâmica em que tinham poder de decisão de sua conduta, de seus hábitos cotidianos e passam a ser números, ser apenas mais um interno em uma dada instituição, esta mudança desencadeia uma representação social de si para ele mesmo e para a sociedade, desencadeando novos olhares sobre ele:

No mundo externo, o indivíduo pode manter objetos que se ligam aos seus sentimentos do eu – por exemplo, seu corpo, suas ações imediatas, seus pensamentos e alguns de seus bens – fora de contato com coisas estranhas e contaminadoras. No entanto, nas instituições totais esses territórios do eu são violados: a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas (GOFFMAN, 2008, p. 31).

O espaço institucional tutela o interno de forma que sua identidade é (des)construída e suas ações são conduzidas conforme o interesse da equipe dirigente que impõem no cotidiano normas, que são mantidas por mecanismos disciplinares altamente eficazes.

Para tratar dos mecanismos de disciplina dentro das instituições totais utilizaremos os estudos de Michel Foucault (1999), realizados nas instituições disciplinares, sem a pretensão de aprofundar-nos, no qual se destaca que o caráter disciplinador das instituições torna os indivíduos instrumentos dóceis e úteis, adestrando seus corpos:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior adestrar, ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (FOUCAULT, 2013, p. 164).

O olhar hierárquico consiste na ideia mais ampla de vigilância, funciona como uma máquina, sendo a mola propulsora para automatizar e desindividualizar o poder, organiza-se como uma pirâmide, trabalhando em rede de forma contínua e funcional.

A sanção normalizadora tem seus próprios mecanismos penais, ou seja, maneiras específicas de punir, os castigos têm a finalidade de corrigir desvios, a punição se baseia em um binômio, gratificação-sanção, sistema utilizado no processo de treinamento e de correção, a fim de mostrar o bem e o mal.

A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (FOUCAULT, 2013, p. 176).

O exame realiza uma articulação entre a vigilância e a sanção normalizadora, trata o indivíduo como um objeto para análise e posterior comparação, manifestando a sujeição dos que são considerados e se consideram objetos, e a objetivação dos que se sujeitam. Realizando um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir.

Nesta perspectiva Faleiros (2001) destaca que o caráter disciplinador das instituições tem a finalidade de tornar os indivíduos instrumentos dóceis e úteis, adestrando seus corpos, controlando o espaço onde vivem, estabelecendo as atividades que devem cumprir, vigiando suas ações e comportamentos, realizando exame minucioso sobre eles e, conseqüentemente, punindo-os quando não se adequam às normas estabelecidas.

Existe uma série de práticas que são realizadas no processo de admissão daquele que passará a integrar o espaço institucional, ritos de passagens:

Pode-se incluir até mesmo certas práticas de mutilação, como raspar os cabelos, por exemplo, na medida em que seu efeito repressivo não seja dominante. A agressão física, que muitas vezes ocorre durante o processo de admissão, não tem um efeito exclusivo repressivo, pois visa, principalmente, ensinar o pensionista a dizer “Senhor”, “por obséquio”, e assim por diante. Outras práticas, se bem que concentradas igualmente no rito de passagem, também ocorrem continuamente mais tarde, não lhe sendo exclusivas. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 118).

As instituições utilizam técnicas de repressão para criar nos internos o respeito pelos que dominam, institui-se pela dominação e repressão à sujeição dos corpos daqueles que se encontram sob a tutela da instituição, respeitando as regras e normas impostas.

Podemos perceber que muitas das características das instituições totais mencionadas podem ser observadas em instituições abertas, como escolas, já que o caráter disciplinar é percebido como forte ferramenta de controle e manutenção do funcionamento destas, o que ocasiona uma representação social semelhante à das instituições como um todo na percepção popular.

Assim, observamos que o termo instituição criou uma imagem negativa de seu próprio mundo, por conta de todas as repressões, humilhações e violências que aconteceram em seu espaço, com sua população interna, sendo caracterizado como local de fracasso, sem saída e sem perspectivas:

Devemos ainda considerar o fato das instituições serem as reprodutoras de ideologia que têm a sua eficácia garantida pelo seu conteúdo de valores, cuja captação no plano individual se dá pela esfera afetiva, e se não forem refletidas ou decodificadas pela linguagem, irão constituir fragmentos que poderão inibir o desenvolvimento da consciência, dar falsos significados à atividade e mesmo constituir aspectos nucleares da afetividade, levando à cristalização da identidade. (LANE, 1995a, p. 62).

Algumas instituições criadas com a finalidade de cuidar de crianças e/ou adolescentes, como a Fundação Centro de Atendimento Socio-Educativo ao Adolescente (Fundação CASA) que atende adolescentes em conflito com a lei no estado de São Paulo, passam uma imagem contrária a essa ideia de proteção e acolhimento de crianças e/ou adolescentes. Neste caso existe uma relação de ordem, disciplina, controle e punição.

Dentre as instituições totais está o abrigo para crianças e adolescentes foco deste estudo, que oferece medidas de proteção à infância, porém pela sua forma de atendimento, expõe inúmeras crianças a outras tantas situações de riscos, como a segregação social e a ruptura dos vínculos familiares, além de ofertar serviços de cunho formativo, educativo, correcional ou terapêutico.

Benelli (2006), salienta que as instituições totais não apenas cumprem com seus objetivos, mas promovem a segregação, a estratificação social e a modelagem da subjetividade por meio de mecanismos que alternam punições e recompensas, assim como desconstrói a identidade do sujeito, classificando-o em estereótipos como desvalido, rejeitado, incapaz, doente. Em outras palavras: a subjetividade é modelada de acordo com o status que o sujeito (no caso, o interno) possui na hierarquia institucional e os dispositivos utilizados pelos dirigentes que contribuem para imprimir a marca da inferioridade em seus subordinados.

Devemos nos ater neste estudo à possibilidade de os abrigos para crianças e adolescentes se tornarem espaços de reprodução dos traços ou heranças deixadas pelas instituições totais, que se encontram na representação social dos trabalhadores e dirigentes destas instituições, enquanto melhor estratégia de funcionamento.

Bleger (1995) chama a atenção para o fato de que o funcionamento das instituições tende a repetir a mesma violação sofrida, a que se deveria combater; dessa forma, sua proposta de abrigo, proteção, amparo e formação nunca chegou a obter êxito. A institucionalização recria as mesmas dificuldades, sofrimentos e abandonos já vividos por essas crianças e adolescentes, reeditando, assim, a mesma relação que a sociedade estabeleceu com esses sujeitos ao abandoná-los e isolá-los.

Relembrando que a representação social é uma construção cotidiana, orienta o comportamento e as relações sociais, as quais utilizamos para dar sentido pessoal a significados elaborados socialmente. Ocorrendo a necessidade de respostas à eficiência no funcionamento da instituição pode-se incorrer nos erros passados em nome da ordem.

A representação social sobre a instituição abrigo envolve as representações das crianças e adolescentes sobre o espaço institucional em si, sobre as relações entre eles, deles com a equipe técnica (dirigentes), com os visitantes e familiares,

assim como das atividades realizadas neste espaço e do significado social do abrigo.

O fracasso do modelo de instituições totais para acolhimento de crianças e adolescentes levou à criação de soluções alternativas, dentre as quais se destaca a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), desencadeando ações voltadas a proteção de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados:

A extinção dos grandes complexos de internação e a construção de unidades menores, que mais se assemelham às condições de um ambiente familiar, são medidas que têm como pano de fundo a compreensão da necessidade de erradicação das condições institucionais que favorecem o florescimento das identidades negativas e criminosas, e que são determinantes na definição da etiologia do comportamento criminoso. (SILVA, R., 1997, p. 147).

Questões que constituem o pensamento de técnicos de instituições como o abrigo podem possibilitar ações ambíguas, ou seja, em nome da funcionalidade busca-se a todo o momento tornar o espaço útil, limpo, com rotina, que deve ser seguida por todos ao mesmo tempo, como se fosse execução em série, com sequências previamente determinadas, esta forma de funcionamento é concebida por Foucault (2013) como formas de tornar os indivíduos corpos dóceis.

A proteção a crianças e adolescentes em instituições de acolhimento perpassa a linha tênue do proteger sem revitimizar, do cuidar sem disciplinar, destaca-se que os modelos de instituições totais regulamentados pelos códigos de menores não tinham essa visão.

Proteger crianças e adolescentes nunca foi tarefa fácil no Brasil. Na história da política social de atenção às crianças e adolescentes das classes populares constata-se que a negação dos direitos destes, ao invés da garantia de direitos e da inclusão social, tratou-se a infância pobre como culpada por sua própria sorte e não como sujeitos de direitos.

Para melhor compreender a construção da instituição de acolhimento nos moldes atuais se faz necessário conhecermos sua história no decorrer do tempo, com seus embates, desafios, avanços e persistências. No próximo capítulo tratamos do surgimento das instituições para crianças e adolescentes até o reordenamento destes serviços que hoje são regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAPÍTULO 2 HISTÓRIA DO ABANDONO DA INFÂNCIA NO BRASIL

2.1 Aspectos Históricos

Neste capítulo pretende-se relatar os aspectos históricos do acolhimento institucional que teve seu início marcado pela criação das rodas dos expostos, até o surgimento das instituições para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), em vigor até a atualidade.

Com este intuito, faz-se necessária a compreensão do contexto histórico e da legislação que disciplina as instituições de acolhimento no Brasil, para o entendimento dos comportamentos dos gestores, professores e técnicos do serviço de acolhimento institucional do município de Paranaíba-MS, na empreitada de atender e cuidar do público mencionado, já tão vitimizado, que são as crianças e adolescentes institucionalizados.

O surgimento das Rodas dos expostos no Brasil se deu no início do Período Colonial (1500-1815), onde meninos e meninas de diferentes raças e idades vinham sendo colocados à margem da sociedade, em circunstâncias diversas, mas, com motivos semelhantes, isto é, abandono e orfandade vinculados à pobreza, à escravidão ou aos códigos morais que não admitiam mães solteiras.

Naquela época as crianças eram comumente deixadas nas portas das igrejas, conventos, residências e nas ruas dos principais centros urbanos, onde “[...] eram frequentemente devoradas por cães, porcos ou outros animais. Outras vezes, morriam de fome ou de exposição aos elementos.” (ORLANDI, 1985, p. 75).

Os motivos pelos quais se abandonavam crianças eram variados: mães que enfrentavam dificuldades de manter seus filhos e que viam a roda dos expostos como último recurso; mães escravas que achavam que, abandonando seus filhos na roda, estavam livrando-os de terem os mesmos destinos que elas; e, ainda, outras abandonavam seus filhos na tentativa de encobrir transgressões sexuais cometidas.

A Roda dos expostos é a primeira forma de acolhimento institucional no Brasil, tendo seu início no Período Colonial e sua abolição em 1950, sendo a única forma de garantia de sobrevivência às crianças consideradas expostos, enjeitados, deserdados da sorte, ou seja, situação de abandono, daquele período.

No período colonial, tivemos a implantação de três rodas de expostos no Brasil, nas Santas Casas de Misericórdia, a primeira em Salvador no ano de 1726, posteriormente no Rio de Janeiro em 1738 e a última em Recife em 1789, nas cidades mais importantes daquele período, estendendo-se no decorrer dos anos a outras cidades do país.

O atendimento institucional a crianças e adolescentes sempre esteve presente na história, estabelecimentos foram criados para que estas tivessem um local onde pudessem viver com proteção. Realizando-se uma retrospectiva histórica, tem-se as instituições religiosas, na Idade Média, como instituições criadas para recolher crianças abandonadas (ROCHA, D. N., 1979).

Estabelecimentos criados para atender às crianças abandonadas foram as Rodas dos Expostos, entre outros, seu nome provém do dispositivo onde se colocavam os bebês:

[...] aparelho, em geral de madeira, do formato de um cilindro, com um dos lados vazados, assentado num eixo que produzia um movimento rotativo, anexo a um asilo de menores. A utilização deste tipo de engrenagem permitia o ocultamento da identidade daquele (a) que o abandonava. A manutenção do segredo sobre a origem social da criança resultava da relação promovida entre abandono de crianças e amores ilícitos. Os espaços especialmente destinados a acolher crianças visavam, num primeiro momento, absorver os frutos de tais uniões. Com o tempo estas instituições passaram a ser utilizadas também por outros motivos. (GONÇALVES, 1987, p. 37-38).

Com a garantia do anonimato do expositor, as rodas serviam também para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento, ou ainda como estratégia para se regular a quantidade de filhos de famílias pobres, dado que não havia métodos eficazes de controle de natalidade, além de evitar a ocorrência de aborto e o infanticídio.

De acordo com Marcílio (2011), as crianças recolhidas pela roda eram registradas em um livro de entrada dos expostos, mediante inventário dos eventuais pertences da criança. Registrava-se no livro tudo o que as acompanhava, inclusive os dizeres de bilhetes comumente encontrados, e as condições de saúde, onde também se relatava todos os fatos de sua vida cronologicamente (data da morte e causa, saídas para casas de amas, para prestar serviços, casamento, emancipação

da casa etc). Os nomes escolhidos para o batismo eram extraídos dos calendários dos Santos da Igreja e de nomes latinos do Império Romano ou da Grécia antiga.

Paralelamente a essa forma de acolhimento institucional, surgem outras formas de assistência à infância, como a criação das instituições para educação de órfãs, que foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero), que ofereciam educação e formavam as moças para serem esposas e boas donas de casa, preparando-as para o casamento. O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa.

No século XIX, percebem-se algumas mudanças de forma acanhada, porém significativas, com relação à educação nos asilos de crianças, no reinado de D. Pedro II, com o ato adicional de 1834 (Lei n.16 de 12/08/1834), este determinou que a instrução primária passasse a ser de responsabilidade das províncias brasileiras, os governos das províncias criam escolas e institutos para a instrução primária e profissionalizante em Casas de Educandos Artífices, para crianças e adolescentes das classes pobres (BRASIL, 1834).

A maioria das casas de Educandos Artífices funcionava sob o modelo asilar, “[...] como espaço único para a disciplina do corpo e tinha como objetivos: educar, formar, proteger e corrigir menores abandonados.” (MARCÍLIO, 2006, p. 208), criando o hábito e o amor pelo trabalho, além de formar crianças, para serem úteis à sociedade.

Nas instituições de ensino, os meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, e o aprendizado de ofícios mecânicos, tais como de sapateiro, carpinteiro, marceneiro, alfaiate, entre outros. Com o surgimento das necessidades ampliaram-se os ofícios ensinados.

Para as meninas órfãs e desvalidas foram criados por religiosos os recolhimentos femininos, desde a existência das rodas dos expostos, tinham o propósito de proteger e educar, serem preparadas para ocupar seu lugar na sociedade, de mães de família, por meio de educação para o lar, preparo de enxoval de casamento e o dote.

Surgem algumas mudanças fundamentadas no pensamento racional, de cunho positivista, que questionava “[...] a assistência fundada na caridade cristã, instituindo uma gestão filantrópica da assistência para responder às demandas

impostas pelas profundas transformações políticas, econômicas e sociais” (RANGEL, 2010, p. 6). Tais mudanças para Nunes (2007, p. 25-26), originaram:

[...] campanha para acabar com as rodas dos expostos, que então passaram a ser consideradas imorais e contra os interesses do Estado, cujo processo de industrialização e de desenvolvimento urbano, exigia uma nova fórmula de se resolver os problemas antigos. A roda dos expostos não combinava com a modernidade que começava a tomar conta do país. Os novos tempos exigiam novas formas de tratar a questão do menor abandonado, carente e infrator.

Com o decorrer do tempo, “[...] o modelo vigente de assistência ao pobre, liderado pela igreja e baseado nos princípios de caridade, estava desgastado e caduco.” (RIZZINI, 2009, p. 90), ocorrendo a transição da assistência social de caráter caritativo para a de caráter filantrópico:

A filantropia surgia como modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo da caridade. Nesses termos, à filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil. (MARCÍLIO, 2011, p. 78).

O modelo caritativo e filantrópico, na grande maioria de suas ações apresenta o mesmo propósito de controle social e o mesmo método de confinamento, o primeiro, de natureza religiosa e asilar, cuida da pobreza sob o dever de salvá-las, o segundo, baseia-se na cientificidade e é favorável a uma assistência estatal, com preceitos da gestão técnica dos problemas sociais, sob o modelo de normalidade, o que se revelou preconceituoso, caracterizando a criança pobre de “anormal”, “deficiente” ou “delinquente”.

Com o advento da República ocorre uma nítida preocupação com o estudo sobre a população que precisava ser protegida e normatizada para possibilitar as devidas reformas institucionais à assistência à infância.

Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos menores. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 29).

Nesse período da história, a legislação brasileira para infância contou com a criação de grande número de leis, na tentativa de regular a situação da infância,

sendo alvo de discursos nas assembleias das câmaras Estaduais e do Congresso Federal.

No cenário político a questão da criança ora denominada como “problema da criança”, passa a ser um ideal republicano, tornando-se urgente a intervenção, educando ou corrigindo “os menores”, com a finalidade de transformá-los em indivíduos uteis e produtivos para o país, e garantindo a conduta moral na sociedade².

Esse foi o período em que ocorreu a participação do Estado no planejamento e implementação de políticas de atendimento ao menor, culminando na aprovação do primeiro Juízo de Menores do país, o Código de Menores, idealizado pelo jurista Mello Mattos, apresentando um modelo de atuação que se manteve até meados de 1980. Tal medida, Rizzini e Rizzini (2004), possibilitou aos juizados estruturar, ampliar e aprimorar o modelo, construindo e reformando estabelecimentos de internação, demonstrando grande avanço enquanto iniciativa do Estado.

Em 1927, foi aprovado o Código de Menores (BRASIL, 1927), consolidando as ‘Leis de Assistência e Proteção aos ‘menores’ que nada mais era do que classificar, recolher e internar menores sob a tutela do Estado ao invés de políticas de atendimento ao menor, como se pregava, porém, as incorporações de novos capítulos e artigos na legislação descaracterizou seu propósito inicial de assistência e proteção aos menores, quando acrescentou à categorização de menor abandonado ou pervertido, a frase “... *ou em perigo de o ser*”, o que possibilitou, em nome da lei, enquadrar-se qualquer um na ação do Juiz.

A caracterização dos menores como delinquentes por meio de uma simples suspeita, desconfiança, pelo biótipo ou vestimenta, poderia ser o suficiente para que fosse apreendido, conforme diz a legislação:

Se o menor não tiver sido preso em flagrante, mas a autoridade competente para a instrução criminal achar conveniente não o deixar em liberdade, procederá de acordo com os §§ 2º e 3º (confiado, mediante termo de responsabilidade, à sua própria família, pessoa idônea, instituto de ensino de caridade, art.86, §4º). (BRASIL, 1927, p. 4).

² De acordo com a terminologia da época, utilizarei o termo “menor” empregado no discurso jurídico (BRASIL, 1927), para designar indivíduos que não tivessem atingido a maioria penal e civil, de acordo com a legislação vigente e considerando a conotação de que o termo também era associado aos segmentos empobrecidos e marginalizados da sociedade.

A classificação e intervenção sobre o “menor”, realizada pelos juizados, forte característica herdada da ação policial, desencadeou a necessidade da ampliação das vagas em instituições para atender e ao mesmo tempo reeducar a todos aqueles denominados menores delinquentes.

A internação de crianças e adolescentes é permeada por justificativas controversas de reeducação e proteção, vale destacar algumas características das práticas empreendidas e dos efeitos produzidos:

Sob égide do Juiz, os menores não eram “julgados”, mas “tutelados”, não eram “condenados”, mas sim “protegidos” e não eram “presos”, mas “internados”. Visando assegurar sua assistência e proteção, o Juiz os encaminhava aos estabelecimentos, mas que a educação e recuperação dos menores, privava-os da liberdade, afastando-os do convívio das ruas, encaradas como espaço pernicioso. [...] Outra preocupação que se fazia presente naquela época, e que se verifica até os dias de hoje, era a tendência de se oferecer ofícios profissionalizantes em oficinas, que preparam para o trabalho, mas em funções socialmente desvalorizadas e de baixa remuneração [...]. (BULCÃO, 2001, p. 60).

No ano de 1937, período de implantação do Estado Novo, identifica-se uma maior ideologização de discursos entre representantes do Estado na assistência prestada à infância e juventude. Em 1941, o governo de Getúlio Vargas cria o Serviço de Assistência a Menores (SAM), centralizando a assistência.

Segundo o Decreto-lei n. 3.799 de 5/11/1941 que institui o SAM, este tinha por fim:

a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder a investigação social e ao exame médico-psico-pedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores, a disposição do juízo de menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (BRASIL, 1941).

O SAM passou a ser responsável pela sistematização e orientação dos serviços, ficando os estabelecimentos federais (institutos e patronatos agrícolas). Mantinha contrato com as instituições particulares para menores por ele encaminhados, somando 33 educandários, com diversas formas de vínculo, como: estabelecimentos oficiais (para meninos), casas sob contrato (para meninos), órgãos

de colaboração gratuita (para meninas ou misto), instituições particulares onde são internados menores mediante contribuição mensal per capita (diversas para ambos os sexos, separados).

O Serviço de Assistência a Menores (SAM), criado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, com a finalidade, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004), de assistir aos “autênticos desvalidos”, aqueles sem responsáveis por sua vida, foi desvirtuado passando a atender a “falsos desvalidos” por meio de indicações e interesses políticos.

Paulo Nogueira Filho (1956) publicou um livro com o título **Sangue Corrupção e Vergonha**, ano em que deixou a direção do SAM, em que relata a ocorrência de exploração de menores, a corrupção nos internatos, na sede e no Ministério da Justiça.

No interior do SAM as relações clientelistas estiveram presentes no processo de triagem dos menores desvalidos, que deveriam ser aqueles sem responsáveis por suas vidas, enquanto na realidade se tratava de filhos de famílias com recursos, que por apadrinhamento ficavam com as vagas nos melhores educandários mantidos pelo Serviço.

Para os menores desvalidos destinavam-se as instituições consideradas como depósitos para transviados, longe de atingir seu propósito de abrigar e oferecer estudo aos que necessitavam, criando na população receio em relação aos menores atendidos por este serviço:

No imaginário popular, o SAM acaba por se transformar em uma instituição para prisão de menores transviados e em uma escola do crime. A passagem pelo SAM torna o rapaz tímido e indelevelmente marcado. A imprensa teve papel relevante na construção desta imagem, pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos “bandidos” que passavam por suas instituições de reforma (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 34).

O modelo de atendimento do SAM duramente criticado pela sociedade, que transformava seus internatos em verdadeiras sucursais do inferno, sendo até chamado de Sem Amor ao Menor, passa a ser revisto até mesmo dentro do meio jurídico, com o propósito de que se construam estabelecimentos destinados a proteção dos menores desvalidos, abandonados e transviados, com escolas, e não simples depósitos, surgindo a necessidade de novos rumos ao atendimento a este segmento.

Em 1964, devido à articulação realizada no meio social, institucional e partidário para se extinguir o SAM, mediante resistência do Ministério da Justiça, a Política Nacional do Bem - Estar do Menor recém criada, institui a Fundação Nacional de Bem - Estar do Menor (FUNABEM), com a meta de ser o inverso do SAM, seus objetivos eram: “[...] autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos ‘depósitos de menores’, nos quais se transformaram os internatos para crianças e adolescentes das camadas populares.” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 35).

Para Cunha (1984) se faz necessário salientar que a mudança de uma estratégia repressiva para uma estratégia integrativa e voltada para a família tem um novo ordenamento institucional dentro de um governo repressivo, do qual não poderia se esperar diferente, reverterão os propósitos educativos e integrativos do novo órgão.

A Política Nacional do Bem - Estar do Menor, que, a princípio, deveria se opor às concepções, propostas e práticas do SAM, com a proposta de uma mudança de estratégia repressiva para uma estratégia integrativa e voltada para a família, é fadada ao fracasso, na realidade herdara não somente todos os seus bens como muitos dos seus métodos.

É importante destacar que ocorre uma divisão dentro do público atendido por essa política, com instituições diferentes, em duas categorias, com características diferentes: o menor e a criança. O menor permanece à esfera policial e jurídica, com ações executadas pelo Juizado de Menores, e a criança é exclusividade da esfera médica e educacional, com ações realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

Em 10 de outubro de 1979 institui-se o Novo Código de Menores (BRASIL, 1979), sob a doutrina da situação irregular, em que os menores são sujeitos de direito quando se encontrarem em estado de patologia social, definida legalmente.

Definição de situação irregular, conforme Código de Menores: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Rizzini (2011, p. 70) esclarece:

As condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. Na prática consagra o que vinha fazendo a FUNABEM.

O código considerava as situações de abandono e delinquência, isoladas do contexto, com uma visão do problema da criança marginalizada, enquanto patologia social, em que cabia ao Juiz de Menores intervir na suposta irregularidade, não as distinguindo, englobando desde a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais, até a autoria de infração penal. Assim:

Nessa época, era comum as crianças e os adolescentes serem abrigados em complexos de atendimento, semelhantes aos antigos reformatórios e orfanatos, isolados da malha urbana e distantes da vida em comunidade. Suas estruturas eram montadas de forma a impedir o contato com o mundo externo, mantendo, no seu interior, escolas, quadras esportivas, piscinas, núcleo profissionalizante, além de atendimento médico, odontológico e enfermarias. Seu sistema de funcionamento era baseado na segregação por gênero e por idade, e na massificação: as crianças e os adolescentes eram distribuídos por módulos (com capacidade para abrigar mais ou menos 100 em cada um), de acordo com o sexo e a faixa etária, separando irmãos e parentes. A superlotação era constante, bem como as saídas não autorizadas (fugas). (BAPTISTA, 2006, p. 31).

A construção da assistência à infância no Brasil disseminou representações negativas sobre as famílias, cujos filhos eram atendidos pelos serviços de assistência, com a ideia de que proteção à infância era, antes de tudo, proteção contra a família, responsabilizando as mesmas pela situação de pobreza vivenciada, sem uma análise mais profunda relacionada às questões estruturais vinculadas aos fatores econômicos, políticos e sociais.

O poder de decisão sobre os destinos dos menores considerados irregulares nas mãos dos juízes não durou muito, já que o período do governo militar estava se findando, porém, os estigmas deixados na sociedade foram inúmeros.

A avaliação de fracasso da FUNABEM é apresentada no Relatório Final de Avaliação da Fundação, elaborado pelo Instituto João Pinheiro, em 1987: "O sistema nacional de atendimento ao menor pouco, se tanto, alterou à estrutura de desigualdade que penaliza a criança e adolescentes de baixa renda, e menos ainda elevou os patamares de cidadania desses segmentos." (FUNABEM, 1984, p. 43).

Mediante grande mobilização da sociedade, o Estatuto da Criança e do Adolescente é promulgado em julho de 1990, revogando o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da FUNABEM, adotando a doutrina da Proteção Integral que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos de direito; garante a efetivação dos direitos da criança e do adolescente; estabelece uma articulação do Estado com

a sociedade na operacionalização da política através da criação de conselhos de direito e conselhos tutelares; garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso às políticas sociais; estabelece medidas de prevenção; uma política especial de atendimento, um acesso digno à Justiça com a obrigatoriedade do contraditório.

Com a abertura política, iniciou-se no bojo nacional um processo lento e gradual de liberalização do controle do Estado sobre a sociedade, ocorrendo discussões quanto à assistência prestada a crianças e adolescentes, culminando na inclusão do artigo 277, na Constituição Federal de 1988, que versa sobre os direitos da criança.

2.2 Acolhimento institucional de crianças e adolescentes na contemporaneidade

As instituições para crianças abandonadas até o momento se tratavam de espaços considerados como depósitos, para menores delinquentes ou desvalidos, com ações correcionais, colocando a criança como réu, sendo culpabilizada por sua situação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem a difícil empreitada de romper com esse paradigma, por meio do acolhimento ao invés de internação.

Para Baptista (2006, p. 53), acolher reporta à ideia de cuidado. A prática de acolher, neste contexto, está associada ao referencial de direitos humanos e refere-se à noção de que viver com dignidade é um direito do cidadão.

O acolhimento institucional para crianças e adolescentes realizado atualmente é resultado da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com diretrizes pautadas na Proteção integral, diferentes das suas antecessoras na história da assistência à infância no Brasil.

A doutrina de proteção integral, consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), busca promover a essas crianças e adolescentes os direitos atribuídos a todos os cidadãos, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e em situação de risco, expressando um conjunto de direitos a serem assegurados com absoluta prioridade, por meio das políticas públicas.

A garantia de prioridade da criança e do adolescente no atendimento, execução e formulação de políticas públicas, estabelecidas no art. 4º do ECA, compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos; preferência na formulação e na

execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas a proteção à infância e à juventude. Posteriormente, do art. 7º até o art. 69 do ECA, são assegurados os direitos fundamentais da criança e do adolescente.

A legislação também prevê a existência do Sistema de Garantia de Direitos, composto por atores sociais que devem prezar pela proteção integral à criança e ao adolescente, por meio dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos públicos criados para a deliberação e o controle da política de atendimento, sendo sua função: a determinação e fiscalização das políticas e programas destinados à criança, ao adolescente e à família e a destinação de recursos orçamentários aos fundos da criança e do adolescente que serão utilizados conforme Programação e Plano de Aplicação aprovados pelo referido Conselho.

Os Conselhos Tutelares, instituídos pelo ECA, órgãos autônomos e permanentes de natureza não jurisdicional, cujos membros são eleitos pelo voto direto da população, constituem o Sistema de Garantia de Direitos, sendo dever do Poder Executivo Municipal, manter a infra-estrutura necessária para execução de suas ações.

Depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), proliferaram as 'casas-abrigo' destinadas a acolher crianças desamparadas ou tuteladas pela justiça, porém, com o claro propósito de servir de abrigo temporário, e não de moradia fixa, como era o caso dos orfanatos (PARREIRA; JUSTO, 2005, p. 179-180).

Com nova titulação e portões abertos, as instituições que antes desenvolviam a prática de internação de crianças e adolescentes agora têm nova forma de atendimento e passaram a ser denominadas como serviço de acolhimento institucional.

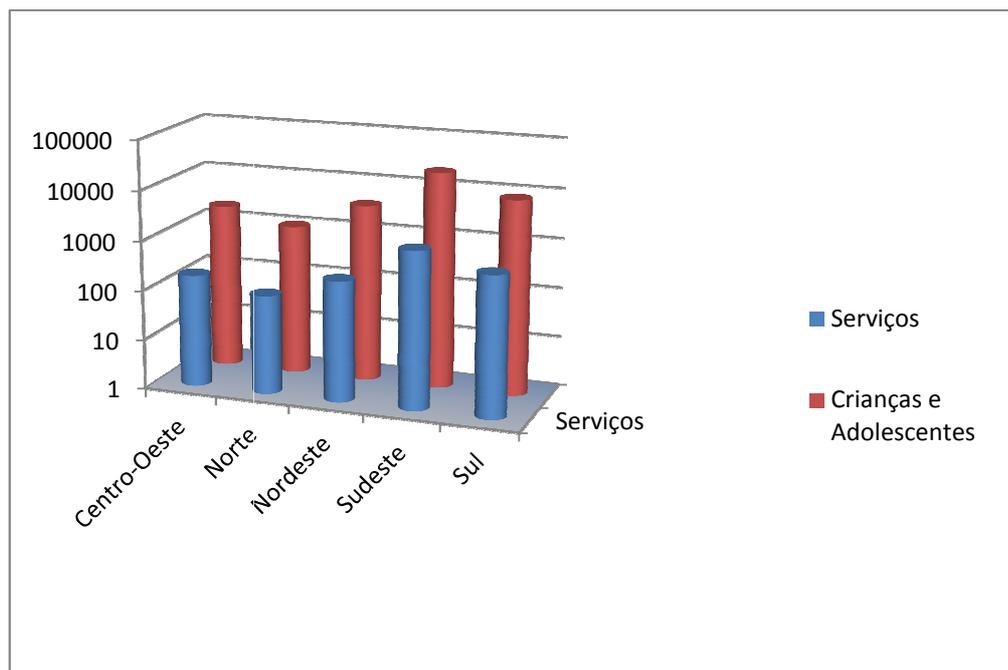
Para Enid Silva (2004), funciona, de fato, como residência provisória, na qual as crianças permanecem até o retorno ao seu lar de origem ou em caso de impossibilidade, até serem colocadas em família substituta. Foram instituídas mudanças na lei em relação à questão da internação:

Há a medida de abrigamento, que é uma medida protetiva, de caráter provisório e excepcional, destinada para crianças e adolescentes em situações consideradas de risco pessoal e social; e há a medida de internação de adolescentes em instituições, que seria uma medida sócio-educativa, de privação de liberdade. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 48).

No Brasil, de acordo com o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento/MDS realizado pela Claves/Fiocruz (2010) existem na região Centro-Oeste, 180 serviços e 2.114 crianças e adolescentes; na região Nordeste, 264 serviços e 3710 crianças e adolescentes; na região Norte, 97 serviços e 1051 crianças e adolescentes; na região Sudeste, 1.419 serviços e 21.730 crianças e adolescentes; na região Sul, 664 serviços e 8.324 crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

As regiões menos industrializadas com menores centros comerciais têm menor número de serviços para atender às crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos, e todas as regiões apresentam déficit de vagas para atender toda sua demanda, como se demonstra no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO



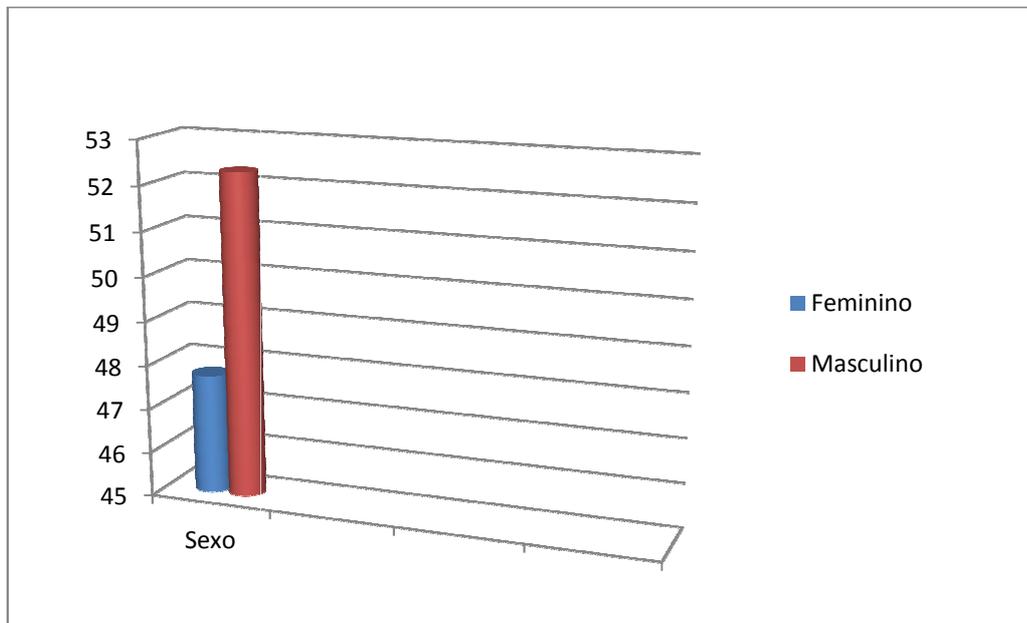
Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

A pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz e Centro Latino Americano de Estudo de Violência e Saúde Jorge Careli (2010) demonstra em seus dados o perfil de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento institucional no Brasil: 52,3% são do sexo masculino e 47,7% do sexo feminino, 24,7% tem até 5 anos de idade; 35,7%, de 6 a 11 anos; 28,9%, de 12 a 15 anos; e 10,1% de 16 a 17 anos; 41,1% são da

cor/raça/etnia branca; 38,7% pardas; 18,9% negras; 0,4%, indígenas; e 0,3%, amarelas; 19,2% das crianças e adolescentes possuem trajetória de rua, e desse total 74% possuem vínculo familiar. A média de tempo das crianças e adolescentes é de 24,2 meses.

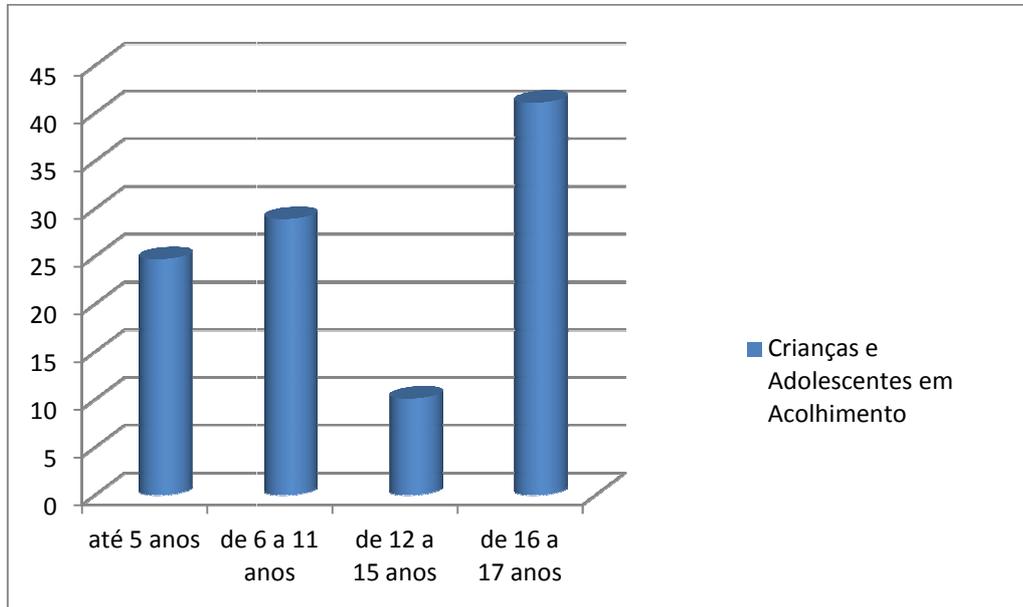
Para melhor visualização dos dados elaborou-se gráficos, para explanar desta forma a situação das crianças e adolescentes em acolhimento no Brasil de acordo com dados obtidos pela consulta à Pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz e Centro Latino Americano de Estudo de Violência e Saúde Jorge Careli (2010):

GRÁFICO 2: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR SEXO



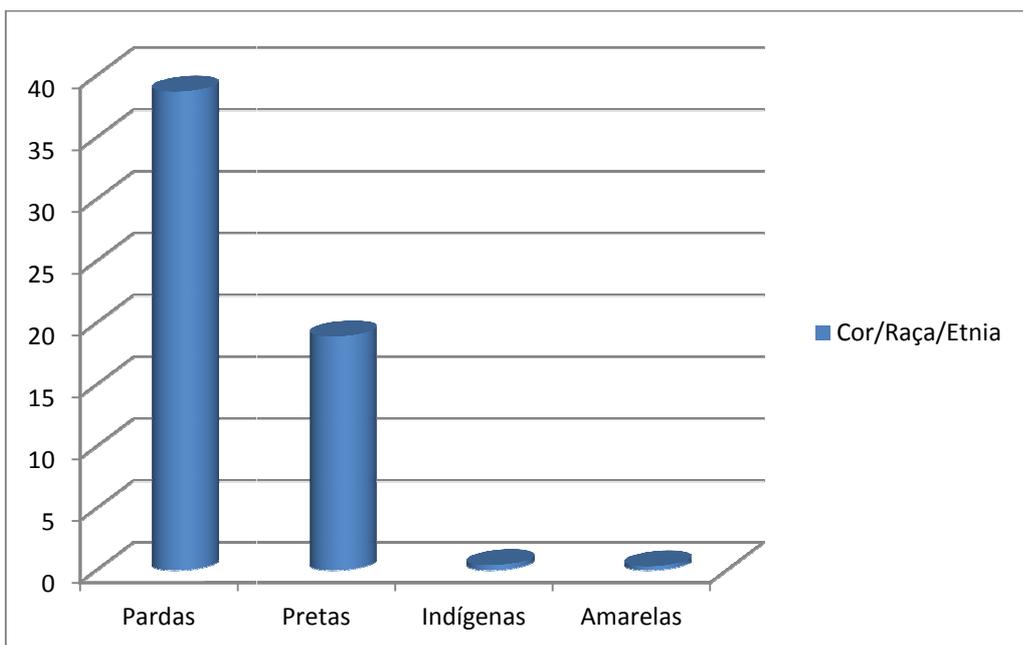
Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

GRÁFICO 3: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR FAIXA ETÁRIA



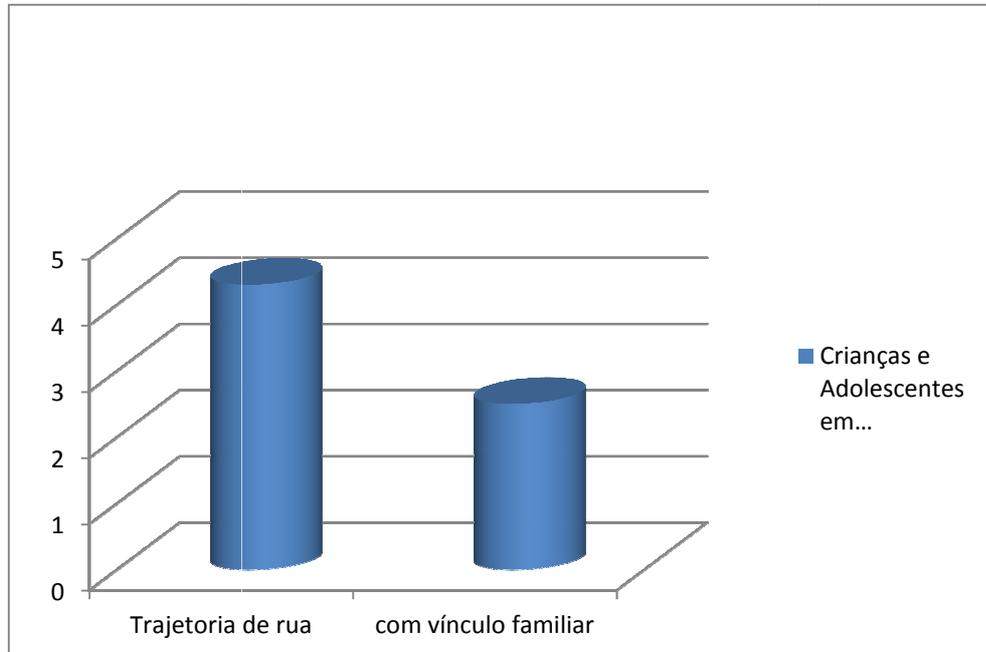
Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

GRÁFICO 4: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR COR/RAÇA/ETNIA



Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

GRÁFICO 5: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO POR SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

A pesquisa destaca que as crianças e adolescentes vivem há mais de dois anos nas instituições, havendo maior número de adolescentes institucionalizados, o que contraria o preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém pode-se dizer que algumas sequelas das antigas formas de acolhimento ainda se refletem atualmente como no caso desses abrigados.

Para o enfrentamento desta realidade permeada por dados conflitantes com o desejado, faz-se necessário a legitimação da legislação vigente, o ECA, com os princípios e determinações de funcionamento das entidades de acolhimento institucional.

O ECA (1990) versa em seu artigo 92, os princípios da instituição de acolhimento, estes incluem: a preservação do vínculo familiar e promoção da reintegração familiar, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não separação de irmãos; participação na vida da comunidade local; integração em família substituta,

se não for possível manutenção na família de origem; o dirigente do abrigo como guardião das crianças e adolescentes; participação de pessoas da comunidade no processo educativo; preparação gradativa para o desligamento da criança e ou do adolescente da instituição.

Percebe-se nitidamente uma grande mudança no serviço de atendimento, visto que o ECA prevê a extinção de internatos, orfanatos e instituições que não atendam às condições adequadas à formação e ao crescimento das crianças e adolescentes, com a preocupação em atender à família e à comunidade do entorno.

Vale destacar que no art. 98 do ECA, ficam estabelecidas as medidas de proteção à criança ou adolescente sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados: por omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta; ou seja, para situações específicas e não mais para “meninos pobres”.

A falta ou carência de recursos materiais não constitui, conforme art. 23 do ECA, motivo suficiente para o afastamento das crianças e dos adolescentes de suas famílias e a colocação em abrigos, visto que estas famílias devem ser incluídas em programas sociais a fim de propiciar a melhoria das condições socioeconômicas e, desta forma, garantir o fortalecimento dos laços familiares e a emancipação da família (MACHADO, 2011, p. 151).

Existem medidas de proteção vinculadas aos pais e responsáveis para evitar o acolhimento, conforme o art. 129 do ECA: encaminhamento a programa comunitário de proteção à família; inclusão a programa oficial ou comunitário de auxílio; orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a programas ou cursos de orientação; obrigação de matricular o filho e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; obrigação de encaminhar criança ou adolescente a tratamento especializado.

As medidas especificamente protetivas são elencadas no art. 101 do ECA, por meio de programas destinados a assegurar as seguintes ações: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar

ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; colocação em família substituta.

Ressalta-se ainda no art. 101, em seu parágrafo único: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.”

Atualmente, em conformidade com a legislação vigente, as instituições de abrigamento têm a finalidade de atender crianças e adolescentes que tenham tido seus direitos violados e que, em razão disso, necessitam ser temporariamente afastados da convivência de suas famílias. Funciona de fato como residência provisória, na qual as crianças permanecem até o retorno ao seu lar de origem ou em caso de impossibilidade, até serem colocados em família substituta (SILVA, E. R. A., 2004).

Os avanços na legislação possibilitaram o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos que está implementando as mudanças ocorridas nos últimos anos, para que crianças e adolescentes em situação de violação de direitos tenham seus direitos preservados, enquanto atendidos pelas políticas públicas.

2.3 Reconfiguração das instituições de acolhimento no Brasil

Para compreender a importância do reordenamento dos abrigos no Brasil, faz-se necessário conhecer o cotidiano recente das instituições que ofertam este serviço, para tanto trataremos do conceito de abrigo e de seu funcionamento.

No dicionário de língua portuguesa encontramos a seguinte definição para abrigo: 1- lugar que abriga; refúgio; moradia; abrigada; abrigadouro. 2- cobertura, teto. 3- casa de assistência social onde se recolhem pobres, velhos, órfãos ou desamparados. 4- local que oferece proteção contra os rigores do sol, da chuva, do mar ou do vento. 5- túnel, caverna ou construção subterrânea usada como refúgio e para proteção durante ataques aéreos. 6- agasalho em geral, impermeável, usado em ocasião de mau tempo. 7- asilo, amparo, socorro, proteção.

Percebemos que com o decorrer da história foram se constituindo diversos entendimentos para o conceito de abrigo, a definição mais utilizada é de instituições que tinham como objetivo atender àqueles que provocavam desordem social e iam contra a dignidade humana, neste caso o abandono e maus tratos de crianças. Foi-

se consolidando a ideia de que o abrigo de crianças em instituições era a melhor opção, enquanto medida social em situações de risco.

O termo instituição utilizado até então nas políticas públicas se assemelha ao conceito dado por Bleger (1995, p. 94): um conjunto de normas, padrões e atividades agrupadas em torno de valores e funções sociais; muito embora, também se defina como organização, no sentido de uma distribuição hierárquica de funções que se realizam geralmente dentro de um edifício, área ou espaço delimitado.

A existência de crianças e adolescentes abandonados no Brasil perpassa décadas, porém o reconhecimento da criança e do adolescente como um ser com particularidades e como sujeito de direitos é recente, tornando-se obsoleta a ideia de que era um adulto imperfeito, ou até mesmo fossem portadores de patologia social.

As políticas públicas para infância atendiam à realidade política, econômica e social do país que, conforme Weber (2000, p. 12), desemprega os pais e cria abrigos para os filhos, que impede o acesso das famílias pobres aos alimentos básicos e anuncia planos de combate à mortalidade infantil.

Com o ECA, ocorre a reconfiguração dos termos e conceitos, expressos em seus artigos, conforme mencionamos anteriormente, norteando as ações das instituições responsáveis pela operacionalização do Sistema de Garantia de Direitos, determinando papéis e funções no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violação de direitos.

Para Enid Silva (2004), são instituições que devem oferecer programas de abrigo a atender crianças e adolescentes que tenham tido seus direitos violados e que, em razão disso, necessitam ser temporariamente afastados da convivência de suas famílias. Funciona, de fato, como residência provisória, na qual as crianças permanecem até o retorno ao seu lar de origem ou em caso de impossibilidade, até serem colocadas em família substituta.

Neste contexto, fica iminente a importância das mudanças, não só nos conceitos e categorias que definem crianças e adolescentes, acolhimento e instituição, mas nas legislações pertinentes a este grupo, tendo em vista o acirramento das desigualdades sociais, que interferem diretamente nas relações desencadeadoras de risco e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e suas famílias. Contribuindo para a execução destes serviços é instituído o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (BRASIL, 2006) e as Orientações

Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, assim como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) (BRASIL, 2005), a qual desencadeou a elaboração e aprovação da Tipificação Socioassistencial Nacional.

A Política Nacional de Assistência Social regulamenta por meio da NOB-SUAS/2005 as seguranças as quais são direitos de seus usuários, sendo: Acolhida; Renda; Convívio ou vivência familiar, comunitária e social; Desenvolvimento de Autonomia; Apoio e Auxílio, estabelecidos mecanismos de efetivação nas Proteções Social Básica e Proteção Social Especial.

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes está inserido na Proteção Social Especial que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades, proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados.

A Proteção Social Especial tem suas atividades divididas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. O Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, enquanto a alta complexidade atende àqueles que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), aprovado em 2006, é grande aliado do Sistema de Garantia de Direitos, pois, visa a valorização da instituição familiar, o reordenamento institucional das instituições de acolhimento e o combate à violação ao direito à convivência familiar e comunitária.

O Plano teve como objetivo principal, garantir os direitos de crianças e adolescentes crescerem e serem educados em sua família e comunidade, tendo como foco a prevenção do rompimento dos vínculos familiares, qualificação dos serviços de acolhimento, e retorno ao convívio familiar, seja ela família biológica ou substituta (BRASIL, 2006).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) propõe algumas mudanças relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes aos quais, nos

reportaremos ao que tange ao reordenamento institucional das instituições de acolhimento, que posteriormente serão regulamentadas também em legislação que altera o ECA.

O reordenamento das instituições que oferecem programas de acolhimento institucional, defende a profissionalização dessas entidades e dos cuidadores, trabalhar conforme o preconizado no ECA, implementação de alternativas não institucionais de acolhimento, como os programas de família acolhedora, com o intuito de que crianças e adolescentes mesmo afastados temporariamente de suas famílias de origem tenham convivência familiar e comunitária.

A colocação de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento institucional passa a ser feita somente em último caso, quando não houver mais qualquer condição de garantir seus direitos no lar em que vivem.

O conceito de Acolhimento Institucional é usado para designar os programas, antes denominados de abrigo, conforme previsto no ECA, compreendendo diferentes modalidades de instituição: Abrigo Institucional, Casa Lar e Casa de Passagem.

As principais adequações que as instituições devem implementar, segundo PNCFC (BRASIL, 2006):

- Infra-estrutura adequada ao atendimento de pequenos grupos e semelhantes a uma residência normal;
- Localização em áreas residenciais e não afastadas da comunidade e da realidade de origem das crianças e adolescentes;
- Preservação dos vínculos com a família de origem quando não impedida por ordem judicial;
- Articulação e contato com o Poder Judiciário;
- Condições adequadas ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, oferecendo o estabelecimento de relações de afeto e cuidado;
- Condições, espaços e objetos pessoais que respeitem a individualidade e o espaço privado de cada criança e adolescente;
- Atendimento integrado e adequado à crianças e aos adolescentes com deficiência;

- Acolhimento de ambos os sexos e diferentes idades, preservando assim os vínculos entre os grupos de irmãos;
- Respeito às normas e orientação para as equipes de trabalho, oferecendo a devida capacitação para o trabalho;
- Estabelecimento e articulação com a rede social de apoio;
- Promoção da convivência comunitária utilizando os serviços disponíveis na rede de atendimento a evitar o isolamento social;
- Preparação da criança e do adolescente para o processo de desligamento, respeitando assim o caráter excepcional e provisório do regime de abrigo;
- Fortalecimento e desenvolvimento da autonomia e a inclusão de adolescentes na comunidade visando a sua inserção no mercado de trabalho, possibilitando-lhes ainda, condições de sobrevivência fora da instituição de acolhimento.

O Acolhimento Institucional é definido como atendimento institucional a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ser afastados, temporariamente, da convivência familiar. O termo Acolhimento Institucional é fruto da alteração feita pela Lei nº 12010, de 03 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), a fim de substituir o termo abrigamento, em conformidade com o PNCFC.

Aprovadas em 18 de junho de 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes têm por objetivo estabelecer orientações metodológicas e parâmetros para o funcionamento das entidades que ofereçam acolhimento a crianças e a adolescentes, a fim de fortalecer vínculos familiares e comunitários, promover o desenvolvimento de potencialidades, possibilitar a conquista de independência individual e social do público em questão.

As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes determinam que as entidades que oferecem serviços de acolhimento institucional devem elaborar um projeto político-pedagógico constituído pelos seguintes aspectos:

- Apresentação (histórico atual, composição da diretoria, os principais momentos do serviço, as principais mudanças e melhorias realizadas, em especial se sua instalação for anterior ao ECA);
- Valores do serviço de acolhimento (valores que permeiam o trabalho e ação de todos os que trabalham e encontram-se acolhidos no serviço);
- Justificativa (razão de ser do serviço de acolhimento dentro do contexto social); Objetivos do Serviço de Acolhimento;
- Organização do serviço de acolhimento (espaço físico, atividades, responsabilidades etc.);
- Organograma e quadro de pessoal (recursos humanos, cargos, funções, turnos, funcionários, competências e habilidades necessárias para o exercício da função; modo de contratação; estratégias para capacitação e supervisão);
- Atividades psicossociais (com as crianças e adolescentes, visando trabalhar questões pedagógicas complementares, auto-estima, resiliência, autonomia; com as famílias de origem, visando a preservação e fortalecimento de vínculos e reintegração familiar);
- Fluxo de atendimento e articulação com outros serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem e preparação para desligamento do serviço;
- Monitoramento e avaliação do atendimento (métodos de monitoramento e avaliação do serviço que incluam a participação de funcionários, voluntários, famílias e atendidos durante o acolhimento e após o desligamento);
- Regras de convivência (direitos, deveres e sanções).

Destaca-se ainda, a importância da realização de trabalho social com as famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos, com ações que garantam a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, por meio de flexibilização dos horários de visitas à instituição, a intervenção profissional junto à família, considerando todo processo de acolhimento de seus filhos desde os motivos que os levaram à instituição até a situação atual.

O atendimento às crianças e adolescentes executado pela equipe técnica na instituição de acolhimento, conforme o documento de orientações deve investir na

capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores, de forma contínua, encaminhar relatórios periodicamente à Justiça da Infância e da Juventude, para subsidiar o acompanhamento judicial.

Os documentos mencionados demonstram grande avanço no que diz respeito ao estabelecimento de parâmetros de funcionamento das entidades de acolhimento institucional, independente da modalidade, as quais, devem oferecer condições ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Para compreender a dinâmica dos atendimentos realizados em cumprimento de medida protetiva de acolhimento, é preciso conhecer as modalidades que o constituem.

A modalidade abrigo deve ser executada em instituição semelhante a uma residência, inserida na comunidade, a pequenos grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes, contar com educadores/cuidadores em turnos fixos diários, garantida estabilidade das tarefas de rotina diária, com atendimento personalizado e em pequenos grupos, e favorecer o convívio familiar e comunitário dos atendidos.

Nas casas-lares, o atendimento é oferecido em unidades residenciais, nas quais um cuidador residente se responsabiliza pelo cuidado de até 10 crianças e/ou adolescentes, devendo para tal receber a supervisão técnica. O cuidador é denominado de “pai social ou mãe social”.

O Programa de Família Acolhedora, embora não se encaixe nas modalidades de acolhimento institucional, tem sido uma forma de acolhimento que minimiza danos psicológicos à criança ou adolescente. Caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família de origem, na residência de famílias acolhedoras previamente cadastradas e selecionadas. O programa não deve ser confundido com a adoção, que suspende definitivamente o poder familiar e é irrevogável e mesmo se tratando de acolhimento não institucional, não isenta a responsabilidade do gestor do programa (e não o cuidador) em prover o atendimento psicossocial à criança/adolescente e sua família.

Embora as instituições de acolhimento tenham a função de atender crianças e adolescentes em conformidade com o ECA e as demais legislações pertinentes, em muitos aspectos tem contrariado estes, colocando em dúvida se efetivamente é um abrigo para proteção. Podemos verificar tal contradição na preservação, ou até mesmo no estímulo, do fortalecimento do vínculo familiar. A organização institucional cria obstáculos para que as famílias não sejam insistentes e “atrapalhem o

funcionamento da casa”. Uma vez que se deva manter o vínculo, o trabalho da instituição é justamente abrir espaço para a família, e não limitá-la ou até mesmo impedi-la de exercer o convívio com seus filhos.

Percebe-se que parte das instituições não se direciona no mesmo sentido da missão para a qual existe e que o serviço social trabalha. Elas foram criadas para o controle do problema social que vitimiza crianças e adolescentes, e por isso é de sua essência ser controladora (SOUZA, 1995). Mas não devem tentar afastar, de qualquer forma, os abrigados de suas famílias.

CAPÍTULO 3 A CONTRUÇÃO DA PESQUISA: ASPECTOS QUALITATIVOS

Quando guri, eu tinha de me calar à mesa: só as pessoas grandes falavam. Agora, depois de adulto, tenho de ficar calado para as crianças falarem.
(Mario Quintana)

A busca por respostas na ciência requer pesquisa e a mesma requer um trato adequado do real. A pesquisa se insere na temporalidade do real e da mutabilidade social. Queremos dar ênfase aqui à pesquisa como instrumento de transformação social que é manuseada ou desenvolvida sob um conjunto de técnicas e métodos e principalmente sob um trato ético, ou seja, [...] não há ciência sem o adequado movimento teórico, que significa a ordenação da realidade ao nível mental (DEMO, 2008, p. 23).

Com isso, evidencia-se a importância que a mesma possui na concreticidade do real. Assim, pesquisa constitui-se na “[...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade.” (MINAYO, 1994, p. 17). No campo da ciência, nos aspectos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos, a pesquisa é condução e condição para a busca ao real.

Constitui-se numa necessidade atrelada à formação e trabalho profissional, condicionada por valores pessoais. Toda pesquisa se conduz por uma finalidade e muitas vezes está direcionada por esses aspectos pessoais do pesquisador. Além do que é perceptível, do que se vê, abarca teoria, método e prática. Além disso, está vinculada diretamente à construção e produção do conhecimento.

Atribui-se à pesquisa um sentido; sua intencionalidade e importância não se dão somente para quem pesquisa, mas para quem está inserido nessa realidade, devido às suas considerações sobre o real e as possíveis contribuições para a transformação do mesmo. Ela é conhecida e reconhecida como construção do conhecimento, como espaço de ampliação do saber e criatividade. O conhecimento abarca a acumulação de informações, ou seja, a pesquisa é o caminho para chegar a esse conhecimento, ao mundo real, o que requer (como mencionado anteriormente) teoria, método e prática.

Neste estudo não há pretensão de esgotar o tema em todas as suas particularidades, mas será analisada a natureza da abordagem qualitativa e suas características, o que contribui para novos olhares frente à complexidade do mundo objetivo.

Quando nos referimos aqui à pesquisa qualitativa como metodologia do estudo, queremos dar ênfase à importância que a mesma tem na maior interpretação desse mundo. Nas ciências humanas e sociais aplicadas, a pesquisa qualitativa é a mais usada na interpretação dos fenômenos: “O lado *qualitativo* da pesquisa torna-se bem mais explícito, além de complexo e exigente.” (DEMO, 2008, p. 21, grifo do autor). Quando falamos de pesquisa qualitativa, Silva nos mostra em sua definição:

[...] que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

O objeto das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades e o objeto de pesquisa nas ciências sociais se interage naturalmente, o que requer uma ampla visão de homem/mundo, além de um olhar profundo na questão social:

Portanto, a pesquisa qualitativa, por suas características, é a mais aplicada nas ciências sociais, principalmente entre os trabalhadores sociais, uma vez que tem sua atenção preferencial voltada para os pressupostos que servem de fundamentos à vida das pessoas. (MESQUITA, 2004, p. 33).

Na pesquisa qualitativa sempre “[...] haverá um sujeito, numa situação, vivenciando o fenômeno sócio-político.” (LEHFELD, 2004, p. 20). Nesse sentido, o pesquisador procura “[...] ir além das aparências do que foi dito, questionado criticamente para ressaltar o implícito, buscando as contradições dialéticas nas falas.” (LEHFELD, 2004, p. 21).

Outra característica da pesquisa qualitativa é que o pesquisador tem a possibilidade de criar tanto técnica quanto metodologicamente, procedimentos mais adequados à captação de seu objeto de pesquisa, bem como produzir sua teoria a partir da composição entre o teórico e a coleção de materiais empíricos obtidos pelo uso de entrevistas, coleta de depoimentos, observações sistemáticas apuradas dos momentos problemáticos, mas rotineiros no cotidiano dos sujeitos pesquisados. (LEHFELD, 2004, p. 20).

A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador que em sua análise perceba aquilo que não está evidente, interpretando o que Demo (2001) diz ser silêncios eloquentes, o que é ou não dito: gestos, o olhar, o balançar da cabeça, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, tudo pode estar imbuído de sentido.

Desta forma, realizou-se uma pesquisa qualitativa, utilizando a análise de conteúdo, considerando que seu ponto de partida é a mensagem, seja ela, verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, e que esta expressa as representações sociais na qualidade de elaborações mentais, construídas socialmente nas relações que se dão na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem:

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não). (BARDIN, 1977, p. 38).

A escolha pela análise de conteúdo baseia-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, enquanto construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana, permeada por situações econômicas e socioculturais que determinam as relações entre linguagem, pensamento e ação.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através dessas mensagens, tem como finalidade explicar e sistematizar o conteúdo dessa mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem e o contexto ou os efeitos dessa mensagem.

A partir da comunicação dos sujeitos entrevistados serão selecionadas unidades de conteúdo que poderão resultar na constituição de categorias de análise, como: Instituição, Instituição Escolar, Controle, Acolhimento e Vínculo Familiar. Tais unidades de conteúdo poderão ser recorrentes ao longo das comunicações efetuadas oralmente pelos sujeitos, a partir das entrevistas realizadas e fundamentar a teoria utilizada como suporte para o estudo.

3.1 Contextualização do universo da pesquisa

O trabalho de investigação científica será desenvolvido no município de Paranaíba, pertencente à região noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, denominada de Bolsão Sul Matogrossense, na instituição de acolhimento Municipal que está inscrita no sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, na qual a pesquisadora atua como assistente social do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Para melhor compreensão dos sujeitos e suas relações se faz necessário antes de descrever os locais onde se deu a pesquisa, apresentarmos um pouco da história do município.

O território foi povoado pelos índios Caiapós, tornando-se conhecidos das Bandeiras Paulistas no início dos anos 1.700, permanecendo sob liderança do bandeirante Antonio Pires de Campos, o célebre “Pai Pira”, entre os anos 1739 a 1755, que vinha para o sertão capturar escravos índios.

Só em 1830 chegaram os primeiros colonizadores, oriundos de Minas Gerais, dentre eles José Garcia Leal, líder dos colonizadores que juntamente com seus familiares estabeleceram-se três léguas aquém de Paranaíba, seduzidos pela fertilidade do solo.

Em 1836 erguia-se a primeira igreja graças aos esforços dos Garcia e do Padre Francisco Sales Souza Fleury, e em 4 de julho de 1957 o povoado foi denominado Sant’ Ana do Paranaíba em homenagem à padroeira do lugar.

Na guerra do Paraguai, Paranaíba teve uma participação muito importante, como rota de apoio logístico e de fuga dos civis envolvidos no conflito, entre eles: Guia Lopes na célebre retirada da Laguna, e a documentação de Visconde de Taunay que deu origem ao romance Inocência.

Foi elevada a Distrito em abril de 1838, e quase vinte anos depois tornou-se município, em 1857.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2009), o Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 515,6 milhões. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 1,54% para 1,42% no período de 2005 a 2009.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 40.192 residentes, dos quais 1.343 se encontravam

em situação de extrema pobreza, conforme dados do Cadastro Único do mês de maio de 2013, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00.

De acordo com os registros de julho de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de julho de 2013 do programa Bolsa Família, o município conta com 5.814 famílias registradas no Cadastro Único e 2.076 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (35,42% do total de cadastrados).

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município se inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 110 famílias em situação de extrema pobreza.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988.

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Conforme dados do Censo SUAS do MDS de dezembro de 2012, os atendimentos do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos chegam a 120 famílias em grupos do PAIF, 16 famílias com crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 51 adolescentes de 15 a 17 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O Programa de Microempreendedores Individuais (MEI) conta com 643 pessoas cadastradas como MEI no mês de fevereiro de 2013, conforme última apuração e registro, sendo que 159 famílias também estão cadastradas no Cadastro Único, e as principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, o comércio varejista de artigos do vestuário, obras de alvenaria, cabeleireiros, serviços de pintura de edifícios em geral e comércio varejista de mercadorias em geral.

Conforme dados do último censo demográfico, do município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 9,9% e na zona rural era de 10,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,7%.

O percentual de crianças atendidas na rede educacional conforme dados do mesmo Censo é de 21,4% de crianças de 0 a 3 anos, 74,2% de crianças de 4 a 5 anos e 99,3% de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.

De acordo com dados do IBGE (2012), a rede de ensino do município de Paranaíba é constituída por 06 (seis) escolas públicas de Ensino Fundamental estadual, 08 (oito) escolas públicas de Ensino Fundamental municipal, 06 (seis) escolas públicas de Ensino Médio estadual e 02 (duas) escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio; 09 (nove) escolas públicas de Ensino Pré-Escolar municipal e 04 (quatro) escolas privadas de ensino Pré-Escolar. No Ensino Fundamental existem 5.955 alunos matriculados, no Ensino Médio 1.689 e na Pré-Escola 839 alunos.

O município conta com 02 (dois) Campi Universitários: Federal e Estadual e 02 (dois) particulares: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com os seguintes cursos: Psicologia, Matemática e Administração Rural; a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) com os cursos de Direito, Pedagogia, Ciências Sociais; as Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) contam com os cursos de Letras, Pedagogia, Administração, Análise de Sistemas, Ciências Sociais e Direito e a Universidade Norte do Paraná Semipresencial (UNOPAR) com os cursos, Gestão Ambiental, Administração, Pedagogia, Serviço Social, Educação Física e Ciências Contábeis.

No âmbito da Assistência Social do município, muitas mudanças foram verificadas desde a aprovação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) posteriormente, ocorrendo uma reestruturação administrativa, já que naquele momento a Assistência Social era um departamento da Secretaria Municipal de Saúde, sendo necessário seu desmembramento para que suas ações fossem realizadas de acordo com as novas normativas da legislação, constituiu-se em 2004 a Secretaria Municipal de Assistência Social a fim de atender ao Sistema Único de Assistência Social, a mudança mais importante, não foi a administrativa mas sim a da concepção da oferta dos serviços.

Atualmente a Secretaria Municipal de Assistência Social está habilitada pelo SUAS em Gestão Plena; porém no decorrer desses 10 anos passou pelos dois níveis de habilitação do Suas: inicial, básica até conseguir chegar ao nível da gestão plena, dos quais a gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de Assistência Social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios.

No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da Proteção Social Básica. No nível pleno, ele passa à gestão total das ações socioassistenciais, o que lhe confere maior autonomia na execução das ações e possibilidade de ofertar mais serviços de acordo com as demandas do município, além de mais cofinanciamentos estaduais e federais com aporte municipal.

A estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social que realiza a gestão da política municipal de assistência social se constitui da seguinte forma:

- **Setor de Planejamento:** elabora e acompanha a execução dos planos de ação de todos os setores da secretaria, realiza o monitoramento das execuções dos serviços e financeiros utilizados.
- **Proteção Social Básica:** oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, Benefícios Eventuais, Programa Bolsa Família, Programa Passe Livre, Programa BPC na Escola, Requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- **Proteção Social Especial** de média Complexidade: oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção social a Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, Serviços Especializados para Pessoas em Situação de Rua; De Alta Complexidade oferta o Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.
- **Setor de Habitação:** executa os programas habitacionais municipais estaduais e federais no município, desde o cadastramento, seleção até o acompanhamento na pós ocupação das unidades habitacionais.
- **Controle Social:** espaço reservado aos conselhos de direito e ao conselho da Assistência Social para o exercício da participação da

sociedade civil nas decisões das políticas vinculadas à secretaria de assistência social.

Neste estudo vamos nos ater, de acordo com a tipificação nacional socioassistencial, ao serviço de acolhimento institucional que se enquadra como Proteção Social Especial (PSE) de alta complexidade. Esta é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

3.2 A Pesquisa

Como procedimento, realizar-se-á uma investigação baseada no relato oral, com entrevista semi-estruturada a gestores, professores, técnicos do serviço de acolhimento institucional e às crianças do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS.

A pesquisa será realizada, com os sujeitos em questão, a fim de analisar as representações sociais deles para verificar se ocorrem no espaço escolar e institucional a revitimização ou a proteção dessas crianças, com seus direitos violados, considerando a dialética sujeito-contexto em que toda representação está ancorada e categorizada.

As casas de acolhimento institucional, ou como são conhecidas popularmente, os abrigos, integram os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na oferta do serviço de acolhimento à crianças e/ou adolescentes, podendo ser ofertado em diversas modalidades, sendo o atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, para grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes a escolhida por esta pesquisa.

Esta pesquisa tem como foco a Casa de Acolhimento Institucional Abrigo Municipal – Pâmela Silva, única instituição de acolhimento para crianças e/ou adolescentes em funcionamento no município de Paranaíba desde 1996 (mil novecentos e noventa e seis), sendo regulamentada em 2013, por conta de exigências do cofinanciamento do governo federal e reordenamento dos serviços de

acolhimento do país, pela Lei Municipal n. 1.915, de dezesseis de dezembro de 2013. (Anexo A)

A Casa de acolhimento funciona em prédio alugado, uma residência, em bairro residencial próxima a escolas, Centro de Educação Infantil (CEINF) e Unidade Básica de Saúde, a qual passou por adequação para atender as necessidades do público atendido, desde 2013, com 06 (seis) quartos, 01 (uma) copa, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço, 01 (uma) sala de convivência, 01 (uma) brinquedoteca, 03 (três) banheiros, 02 (duas) varandas, 01 (uma) garagem, 01 (um) parque de diversão, 01 (um) quintal, 01 (uma) sala dos técnicos e 01 (um) jardim.

O atendimento às crianças é realizado por uma equipe técnica constituída por 01 (uma) coordenadora com formação de nível superior, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) Assistente Social, 01 (uma) advogada, 01 (uma) pedagoga e pela equipe dos cuidados diretos, 04 (quatro) cuidadores, 02 (dois) auxiliares de cuidadores e 02 (dois) auxiliares de serviços diversos.

Os professores entrevistados são da Escola Municipal Prof. Ignácio José da Silva, onde as crianças em situação de acolhimento institucional estão matriculadas atualmente. Para melhor compreensão deste cenário, demonstraremos um pouco da história desta escola.

O prédio em que funciona a Escola Municipal Prof. Ignácio José da Silva foi construído originalmente para o funcionamento da biblioteca municipal, porém em 02 de julho de 1998, após solicitada pela Administração Municipal, foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Lei Municipal que criava a Escola Municipal.

No dia 01 de fevereiro de 1999, teve início o ano letivo com as séries iniciais do Ensino Fundamental, com 291 alunos matriculados, enfrentando grandes dificuldades com o espaço físico inadequado para atender à quantidade de alunos.

Depois de obras de ampliação e adequações no número de alunos por sala de aula, a escola oferece no ano de 2014, Educação infantil: Jardim II e III, Ensino Fundamental I de 1º ao 5º ano e o Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, com total de 200 alunos matriculados. Conta com 05 (cinco) professores coordenadores, 01 (uma) diretora e 01 (uma) diretora adjunta, 18 (dezoito) professores e 32 (trinta e dois) funcionários administrativos. Funcionam nesse espaço 08 (oito) salas de aula.

3.3 Perfil dos sujeitos envolvidos no acolhimento institucional no município de Paranaíba-MS

3.3.1 Gestor Municipal de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social determina que os municípios executem como um de seus diversos serviços, o acolhimento institucional de crianças e/ou adolescentes enquanto medida protetiva regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo seu executor e responsável legal o secretário municipal de assistência social, considerado o gestor da política municipal de assistência social.

O Secretário Municipal de Assistência Social tem o papel de gerir a política municipal de assistência social, baseando-se nos princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Salientamos que o SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

A NOB/SUAS, instrumento que disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis, definem os princípios organizativos do SUAS:

- universalidade do sistema por meio de fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programas, projetos e ações de Assistência Social;
- garantia de acesso aos direitos socioassistenciais a todos que deles necessitarem;
- descentralização político administrativa com competências específicas e comando único em cada esfera de governo;
- integração de objetivos, ações, serviços, ações, benefícios, programas e projetos em rede hierarquizada e territorializada;
- comando único por esfera da gestão, orientado pela PNAS/2004;

- ser referenciado por normas operacionais básicas que estabeleçam padrões de desempenho, padrões de qualidade e referencial técnico operativo;
- sistema ascendente de planejamento através de planos municipais, estaduais e federal de Assistência Social;
- sistema de regulação social das atividades públicas e privadas;
- sistema de gestão orçamentária para sustentação da Política de Assistência Social;
- sistema democrático e participativo de gestão e controle social, entre outros.

Neste sentido, estabelece, entre outras, as seguintes competências para os gestores da política no município: organização e gestão da rede municipal de inclusão e proteção social, composta pela totalidade dos serviços, programas e projetos existentes em sua área de abrangência; coordenação da elaboração de programas e projetos de assistência social no seu âmbito; execução dos benefícios, serviços assistenciais, programas e projetos de forma direta, ou coordenação da execução realizada pelas entidades e organizações da sociedade civil; definição da relação com as entidades prestadoras de serviços e dos instrumentos legais a serem utilizados; definição de padrões de qualidade e formas de acompanhamento e controle das ações de assistência social; supervisão, monitoramento e avaliação das ações de âmbito local e controle e fiscalização dos serviços prestados por todas as entidades beneficentes na área da assistência social, cujos recursos são oriundos das imunidades e renúncias fiscais por parte do governo.

São os gestores que determinam o percurso e a forma como será conduzido o trabalho, é a gestão que articula a rede socioassistencial, faz a gestão do recurso financeiro e humano e de acordo com sua visão, seja ela crítica social ou não, possibilita os vínculos com os usuários e implementa a metodologia de atendimento nos mais variados espaços.

3.3.2 Os Técnicos do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças

Para demonstrar as representações das crianças em acolhimento institucional do município, realizou-se entrevista com 05 (cinco) técnicos que compõem a equipe do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, sendo: Coordenadora, Assistente Social, Psicóloga e Advogada e a Gestora municipal de assistência social.

É importante salientar que a equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional trabalha no sentido de efetivar as proteções sociais afiançadas pelo ECA, como: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não-desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

A equipe técnica do abrigo deve realizar um estudo acerca da dinâmica familiar desta criança em acolhimento, colhendo e buscando o maior número de informações possíveis sobre o caso para sistematizar conhecimento acerca de sua realidade, construindo um Plano de Atendimento Individual (PIA) para nortear suas ações no decorrer do acompanhamento e, a partir de então, caso seja possível, investir na manutenção dos vínculos familiares no intuito de que esta criança possa retornar ao seu ambiente familiar ou para sua família ampliada, ou seja, tios, avós etc. Não sendo possível este desfecho, ou ainda “correr contra o tempo”, emitindo estudos de casos e pareceres a fim de que esta criança seja destituída do poder familiar para que possa ter a oportunidade de ter convivência familiar e comunitária garantidas bem como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A gestora municipal da assistência social é a responsável legal pelas crianças e adolescentes em acolhimento institucional, tem a função de coordenar e supervisionar a execução da política municipal de assistencial social em sua totalidade de serviços ofertados, conforme a Tipificação Nacional Socioassistencial.

Para a entrevista foi elaborado um questionário semiestruturado com os seguintes itens no campo de Identificação: Profissão, Função que atua, Escolaridade, Idade, Sexo, Tempo na instituição e tempo de exercício na profissão.

No decorrer da apresentação dos dados obtidos na pesquisa utilizaremos como identificação dos sujeitos a nomenclatura de "técnicos" seguida por números e a Secretaria Municipal de Assistência Social será representada como "gestora" seguida do número 01 (um).

Por se tratar de uma equipe interdisciplinar, mencionaremos a seguir em tabela os dados apurados no campo de identificação do roteiro da entrevista realizada com as técnicas da instituição de acolhimento:

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E GESTOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome	Profissão	Função em que atua	Escolaridade	Idade	Sexo	Tempo na Instituição	Tempo de Exercício na profissão
Técnica 1	Administração	Coordenadora	Administração	33 anos	Fem	2 anos	5 anos
Técnica 2	Assistente Social	Assistente Social	Serviço Social	29 anos	Fem	1 ano	1 ano
Técnica 3	Psicóloga	Psicóloga	Psicologia Especialização	43 anos	Fem	2 anos	3 anos
Gestora 1	Professora	Gestora	Pedagoga	50 anos	Fem	2 anos	2 anos

Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

As considerações dos técnicos e da gestora entrevistados serão abordadas a seguir, com a representação de duas falas dos técnicos e uma fala da gestora para os itens do roteiro de entrevista, para que não ocorram repetições ao longo do texto, por conta de posicionamentos semelhantes. Desta forma pretende-se demonstrar todas as observações dos sujeitos de pesquisa durante o percurso da análise, de forma direta, por meio de citações de suas falas ou indireta com fundamentações no texto, considerando todo o contexto do universo que envolve o presente estudo.

O significado do abrigo municipal de Paranaíba para os técnicos foi questionado a fim de dar aos sujeitos a possibilidade de expressar suas

representações, de acordo com sua visão, o significado do local onde trabalham, para eles e para as crianças que ali são atendidas. Apresentadas as seguintes contribuições:

Bom aqui pra nós, a gente tem o dever de proteger as crianças em primeiro lugar, e em segundo lugar não deixar romper o vínculo familiar, tá sempre procurando os fazer voltarem para o convívio familiar. (Técnica 2).

É um lugar que é necessário infelizmente, por conta da violação dos direitos das crianças que chega até nós, que a partir do momento que ingressa no abrigo pode-se desenvolver um trabalho, que pela natureza mesmo dos fatos graves de alta complexidade, talvez seja a oportunidade de estar trabalhando e fazendo com que estas famílias tomem consciência da situação, porque até então elas naturalizam muito, talvez não enxerguem a gravidade dos fatos. (Técnica 3).

Uma casa de acolhimento, que tem que ser realmente pra acolher, eu acho que é uma forma de tá ajudando aquelas crianças que estão num momento tão difícil como tão, que pra ser acolhido, elas precisam ter pelo menos uma apoio e a casa de acolhimento é esse apoio. (Gestora 1).

Destaca-se nas falas o entendimento da importância do abrigo no acolhimento de crianças para protegê-las, porém reforçam a necessidade de manter o vínculo familiar, ou seja, preservar o direito à convivência familiar e comunitária, reconhecido pela Constituição Federal e pelo ECA, considerando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas em seu cotidiano, com experiências tranquilas e conturbadas, nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais. Segundo Bruschini (1981, p. 77), a família “[...] não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade.”

Percebe-se na fala dos sujeitos de pesquisa a importância de proteger as crianças das violações de seus direitos, que na maioria das vezes ocorrem no âmbito familiar, porém se preocupam muito em manter o vínculo familiar. Uma relação de ambiguidade entre proteção e violação nos remete ao fato de que o abrigo se configura como um “mal necessário”, é necessário por isso é bom, mas não deveria existir então se torna bom e ruim ao mesmo tempo.

O Instituto Fazendo História define abrigo como um espaço no qual as crianças e os adolescentes se sintam protegidos e criem vínculos de confiança. Ele existe para ser um lugar de acolhimento e socialização, que favoreça o desenvolvimento da autonomia e da criatividade. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2008, p. 29).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), foi aprovado em 2006 por resolução conjunta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o qual determina ações municipais e estaduais, já que estabelece princípios, orientações metodológicas e os parâmetros de funcionamento para as diversas modalidades de serviço de acolhimento, fornecendo a direção e ordenamento para prestação de serviços junto à criança e o adolescente. O PNCFC está fundamentado nos seguintes princípios:

Prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem. Somente se forem esgotadas todas as possibilidades para essas ações, deve-se utilizar o recurso de encaminhamento para a família substituta. (BRASIL, 2006, p. 12).

De acordo com o PNCFC, a vivência da criança e do adolescente no ambiente familiar e comunitário garante a segurança, que sustentará o amadurecimento de seus relacionamentos, de sentimentos, na construção de sua própria identidade seguindo os modelos que se apresentam a eles enquanto família, na qual se desenvolverão para uma vida adulta saudável.

Para compreender melhor a dinâmica da institucionalização das crianças e adolescentes do município de Paranaíba-MS, indagou-se aos sujeitos qual o órgão responsável pela solicitação do acolhimento da criança que teve seus direitos violados e como se dá esse processo, ao qual relataram:

O conselho tutelar em último caso entra em contato com uma das técnicas e é feito o acolhimento, a gente tem que vim aqui pra poder ta apresentando a criança pra dar o primeiro recebimento pra ela, normalmente tem que ter uma técnica, as cuidadoras sempre estão, a técnica ta explicando que aqui não é assim, porque muitos **pensam que aqui é cadeia**, antes de passar por aqui depois que passam não, as próprias crianças, e depois que ele passam, que eles saem, eles têm uma visão diferente. No meu pensamento é porque a gente leva e busca na escola, então tem muito bullying com os amiguinhos, há porque você ta vindo com o conselho? E é só a gente que pode buscar eles na escola, e mais com o adolescente porque eles saem da escola e vai sozinho, igual ta na escola vai numa pracinha antes de ir pra casa, eles não, como a gente já ta lá na porta já pega e traz eles pra cá, é onde eles falam, não mas lá você fica preso? E é a visão do pessoal da rua, que passa aqui e vê o muro alto, o portão fechado acha que aqui é outro mundo totalmente diferente, muitas pessoas que vêm visitar quando chega falam nossa eu não imaginava que era desse jeito, mas assim um muro alto

e um portão trancado qualquer lugar tem e aqui é uma casa normal. Uma casa que tem parque que não é normal já muda totalmente. O maior problema mesmo é com o adolescente que eles pensam que fica trancado que aqui é **uma cadeia**, mas é que eles nunca tiveram regras limites e aqui a gente começa, a gente trabalha com tudo, com regras, com limite, com tudo, então quem nunca foi acostumado as vezes num primeiro momento assusta. (Técnica 1).

O conselho tutelar é que trazem as crianças e adolescentes até a casa de acolhimento ele desenvolve um trabalho a partir da experiência deles, eles verificam a necessidade de vir ou não para o abrigo e procuram então passar a informação para as crianças e quando elas chegam aqui elas tem ciência do fato que aconteceu com elas ou então por medida protetiva pelo próprio juiz, só que a maioria das vezes é o conselho. (Técnica 3).

È o conselho tutelar, através de denúncias ou então através do próprio ministério público que encaminha, pra que seja feita essa busca pelo CT, que se realmente é verídico e elas serão levadas para o acolhimento. (Gestora 1).

A visão dos serviços prestados pelo abrigo ainda está vinculada à cultura de institucionalização descrita no capítulo anterior, com estereótipos deixados por instituições como SAM e FUNABEM e legislações como extinto Código de Menores, que segregou a infância, ofertou procedimentos de cuidados massificados, sendo popularmente conhecidos como escola do crime.

Os modelos tradicionais de grandes instituições totais (manicômios, prisões, asilos, conventos) com atendimento em larga escala, entidades de longa permanência, que desqualificavam as famílias e eram aceitos socialmente como solução para problema das crianças pobres marcou a forma de cuidados realizados, os quais não respeitavam a individualidade nem a história do usuário, não preservavam os laços familiares e comunitários, revitimizando ao invés de reparar, violando os direitos e não protegendo, o que deixou uma herança nos atuais serviços prestados na atualidade.

Mediante o repúdio da sociedade em relação a esse tipo de modelo de atendimento em entidades de acolhimento que possuíam características carcerárias, que não contribuía para a reinserção das crianças e adolescentes à família e a comunidade, instituiu-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com propostas inovadoras, porém observamos que já se passaram vinte e quatro anos desde sua promulgação e ainda percebemos que heranças de modelos ultrapassados permeiam o imaginário popular.

Entende-se a forma como as famílias pobres ou em situação de vulnerabilidade social, privadas de condições materiais para o cuidado de seus filhos, situação irregular, herança do código de menores, associando a pobreza com risco, periculosidade e violência, os quais necessitam de um local de correção ou punição.

Considera-se como grande desafio, mais subjetivo, a forma como os abrigos são percebidos pela sociedade, que ainda para muitos, estas são instituições que realizam filantropia e caridade, estão educando e corrigindo, são espaços de exclusão social de crianças e adolescentes rotulados como “marginais” e “problemáticos”.

Entendemos tal contexto em conformidade com Arpini e Quintana (2003) que ressaltam que é relevante repensar, recuperar e investir no universo institucional dessas entidades, superando os estigmas que acompanham a realidade das instituições como lugar do “fracasso”, permitindo que o mesmo seja visto como um local de possibilidades, de acolhimento, de afeto e proteção.

De acordo com o ECA, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Criado por lei municipal e efetivamente implantado, passa a integrar de forma definitiva o quadro das instituições municipais. Tendo suas atribuições, poderes e, por via de consequência, deveres instituídos no ECA.

O ECA representa um novo paradigma, institui órgãos como o Conselho Tutelar com uma nova composição de forças, para atender novas demandas num cenário dinâmico, diferentes das anteriores vistas nos códigos de menores de 1927 e 1979, congregando-se em novas articulações e estratégias políticas.

O Conselho Tutelar foi pensado enquanto espaço de negociação, o que não existia anteriormente, pelo fato de a decisão ser somente do Juiz; possibilita o diálogo antes de se decidir algo conforme as problemáticas relacionadas à ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes, mas, em muitos casos não ocorreu por conta da tradição do não diálogo dos governantes e pela cultura clientelista e de troca de favores ainda existente no âmbito do Poder Público.

Portanto, compreendemos que o Conselho Tutelar é um dispositivo de proteção, mas também, de vigilância e de gestão da população, exerce um controle cotidiano das famílias e de crianças e adolescentes em meio-aberto, podendo

também, se se considerar necessário, encaminhar para instituições que funcionam em horários alternados aos da escola, instituições de acolhimento e programas oferecidos pelo poder público e rede privada.

Foucault (1999) já salientou que a sociedade humanista inventou direitos, mas também criou o poder disciplinar, com seus mecanismos de sujeição e controle dos corpos.

Ao questionarmos aos técnicos e gestora como é realizada a acolhida das crianças, pudemos perceber claramente as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) permeadas em suas ações com o enfoque na Segurança de acolhida:

A gente faz a acolhida com eles, onde é feito o PIA de cada um deles, e ai a gente vai começar esta busca familiar entre eles, alguém da equipe recebe, a criança chega a gente vai orienta as cuidadoras que já vai dando banho, alimentação, pra depois, porque eles chegam todos assustados, e a gente tem que fazer ficar calmos da melhor maneira possível, tem que tentar. Há uma dificuldade de entendimento da família sobre o abrigo porque ela pensa que se a criança ta aqui no abrigo, que eles vão ser adotados, então que vai perder o poder familiar, e é onde entra nossa orientação de que melhor maneira e decisão a ser tomada, mas que eles não entrou aqui e vai ser desligado e não vai. (Técnica 2).

Ele chegando ate aqui a gente mostra a estrutura, onde eles vão ficar o local onde eles vão dormir, faz a apresentação deles para as cuidadoras e em relação às outras crianças também, e informa pra eles também, procura saber se eles têm conhecimento do motivo pelo qual eles estão aqui e conversa com eles e a partir dai é desenvolvido então, é como se fosse uma conversa, mas é espontânea, existe então uma proximidade uma vinculação que a gente faz, e a partir daí a gente desenvolve o PIA o plano de atendimento individual com as crianças e incluindo as famílias de acordo com a demanda de cada um, demanda individual. (Técnica 3).

Na hora que chega lá tem a equipe que é a coordenadora do abrigo, a psicóloga, assistente social, então a criança é acolhida com respeito em primeiro lugar e de uma forma que a gente procura mostrar que ali ela vai ter uma segurança. (Gestora 1).

O serviço de acolhimento institucional está inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a qual prevê enquanto proteção social garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar, desenvolvimento de autonomia, apoio e auxílio.

Dentre estas seguranças notadamente a primeira e a quinta é garantida com êxito já que as crianças são atendidas em todas as suas necessidades básicas, com subsídios adequados para uma vida digna, assim como a segurança de acolhida que garante às crianças a provisão de recursos para o enfrentamento de violações de direitos, já a terceira pela própria condição do afastamento da família, existe uma dificuldade de se executar, existem algumas dificuldades em dar autonomia às crianças dentro da instituição, devido a necessidade de manter a organização.

A Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social NOB-SUAS descreve as seguranças em seu art. 4º (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012, p. 156):

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
- c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Com relação à segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social, denota-se o maior desafio aos serviços de acolhimento pelo seu próprio caráter de afastamento e ruptura familiar:

Essas necessidades supõem a busca de superação de situações de reclusão, de perda ou afastamento das relações essenciais. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece sua subjetividade. (VALENTE, 2013, p. 52).

Os desafios na garantia das seguranças propostas pela PNAS/2004 são muitos pelas especificidades que o serviço de acolhimento apresenta, porém a articulação delas poderá vislumbrar êxito nesta empreitada no sentido da redução de riscos e vulnerabilidades sociais em parceria com a rede de serviços do SUAS.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) aparece de forma explícita na Lei nº 12.010/2009, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação que reordena o serviço de acolhimento considerando a necessidade de romper com práticas inadequadas a reinserção da criança e do adolescente na família.

Elaborado imediatamente após o acolhimento da criança e levando em conta a opinião desta, a escuta dos pais ou responsáveis, o PIA deve conter os resultados da avaliação interdisciplinar da equipe e os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis, assim como a previsão das atividades desenvolvidas com as crianças e suas famílias, visando à reinserção familiar.

O PIA é um instrumento de acompanhamento do período de acolhimento que deve ser baseado em um levantamento de particularidades, potencialidades e necessidades de cada criança e família; em constante revisão, de acordo com os atendimentos em rede, possibilitando verificar a evolução da família (necessidades atendidas, mudanças ocorridas, perspectivas de futuro), constitui-se como importante ferramenta para o acompanhamento da medida de acolhimento pela rede, em especial os representantes do Judiciário, do Ministério Público e do Conselho Tutelar.

Compreender do que se trata a perda do poder familiar nos faz entender o receio das famílias, porém o desconhecimento de sua aplicabilidade pelas mesmas

pode constituir mais uma das heranças deixadas pelos códigos de menores, que tutelavam as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, decidindo seus destinos conforme o entendimento dos juízes. Atualmente o ECA garante direitos e deveres claros em relação ao poder familiar:

O pátrio poder, poder familiar ou pátrio dever, nesse sentido, tem em vista primordialmente a proteção dos filhos menores. A convivência de todos os membros do grupo familiar deve ser lastreada não em supremacia, mas em diálogo, compreensão e entendimento. (VENOSA, 2004, p. 367).

Ressaltamos que esta legislação prevê e exige dos pais que estabeleçam limites aos filhos, manutenção da disciplina educacional, e responsabilizar os pais, de suas obrigações, enquanto garantidores dos direitos de seus filhos.

A preocupação das famílias com a perda ou destituição do poder familiar é definida e fundamentada pelo fim do seu exercício por decorrência dos casos elencados no Código Civil, pelo Artigo 1638, onde consta:

Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:
I – castigar imoderadamente o filho;
II – deixar o filho em abandono;
III – praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
IV – incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.
(BRASIL, 2002).

Salientamos que a perda ou destituição do poder familiar é a mais grave sanção imposta aos pais que faltarem com os deveres em relação aos filhos, ultrapassando a questão da assistência material, chegando ao descaso com relação a sua criação, educação e moral, como consta no art. 227 da Constituição Federal, que dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010).

O Estado tem o dever de suprir à população o necessário à dignidade humana, sem distinção. Porém, percebe-se que esta não é a realidade social, principalmente nas famílias pobres, estes são privados de muitos direitos, são

obrigados a cumprir seu dever perante o Estado e a sociedade, enquanto que os setores públicos os privam de muitas garantias necessárias à dignidade humana.

Diante dessa situação marcada por omissões do Estado e na explícita má distribuição de renda, as famílias desassistidas pelas políticas públicas, acabam se enveredando por caminhos que as desfavorecem no exercício do seu poder familiar, desencadeando situações que requerem profunda análise do Poder Judiciário antes de qualquer decisão de destituição desse poder, podendo ocasionar rupturas de vínculos familiares irreparáveis.

Devemos nos ater aos fatos que podem caracterizar motivo para a ocorrência de destituição familiar, em famílias de qualquer classe social, tais como: o abandono, o castigo, a violência, a infração da moral e dos bons costumes, além de fatores implícitos que indicam uma anormalidade, considerando a perda do poder familiar como exceção, e não regra.

No cotidiano de crianças em acolhimento institucional, podem surgir alterações psicológicas. Tais ocorrências no abrigo pesquisado foram questionadas aos sujeitos da pesquisa. As respostas são bastante elucidativas:

Assim no começo tudo é novo né, eles não acham assim tão, chegam assustados, mas não acham o fim do mundo aqui, mas depois de um tempo parece que acaba a graça, parece ser um passeio e depois de um tempo eles passa a ficar com comportamento mais agressivo, chora, que começa a sentir falta de casa, não só dos pais, porque os pais vem fazer as visitas, eles ficam ... é estranho um ambiente diferente. Então o comportamento deles tem criança que agente nota que eles estão mais felizes aqui do que na casa deles, mas já tem irmãos mesmo que alguns deles acha melhor ta aqui e outros já não, não importa o que passaram em casa, que eles querem estar em casa com os pais, não importa se tavam negligentes nada que então depende de cada criança. Geralmente o adolescente ele fica querendo sair, mas as crianças não aceitam numa boa as regras, no começo como é tudo novo eles acatam todas as regras possíveis depois de um tempo, eles vão ficando mais já achando que pode muito, ai eles começam a querer pular algumas regras mas ai é onde agente entra novamente com as orientações, que não pode ser pulada nenhuma regra, que tem que ser cumprida as normas. (Técnica 2).

Eu vou te falar assim não como psicóloga, mas eu percebo, tanto para uma alteração boa como pra ruim porque muitos vem muito judiados magoados, machucados não fisicamente, então eles chegam aqui eles veem outro mundo, ai eles passam a ter uma convivência melhor a ser mais amável, porque eles tem o carinho o amor das pessoas que trabalham, muitos passam a ter mais atenção, a gente tinha um caso que a criança não ia a escola agora ele ta matriculado indo na aula de reforço e também tem casos

que a criança se revolta muito, que é onde acontece as fugas, sempre tem pros dois lados bom e ruim. A maioria são mudanças boas. (Técnica 1).

Notamos que as falas dos sujeitos têm explícita preocupação com a funcionalidade da instituição, para tanto se remetem às regras, o que verificamos em estudos realizados por Rizzini e Rizzini (1996), que frequentemente, pessoas que, a princípio, deveriam ter sido contratadas para "cuidar" das crianças e dos adolescentes abrigados – são os principais encarregados do cumprimento destas normas, tornando-se assim, pessoas extremamente sérias, ríspidas e autoritárias. Assim, o ambiente de abrigo pode se configurar em nome da organização, limpeza, funcionalidade e bem estar de todos, em espaço controlador, ditando padrões de comportamento e regras de conduta para as crianças institucionalizadas.

Compreendemos que existe a necessidade de estabelecer certas regras e horários para que a instituição não se torne desorganizada, porém, a forma como estas regras e normas são implementadas na prática, devem ser observadas para que não recaiamos nos mesmos erros cometidos pelas instituições totais.

Nesse sentido, a organização do cotidiano e suas rotinas, responsabilidade dos adultos que trabalham no abrigo, pode facilitar ou dificultar o processo de desenvolvimento e de reparação de possíveis prejuízos que essas crianças e adolescentes já carregam em suas curtas histórias de vida.

O espaço disciplinar, como é chamado, permite um contínuo e intenso conhecimento, controle, domínio e utilização eficiente de quem o ocupa, pois identifica os corpos de maneira dinâmica dentro do grupo social ao distribuí-los e fazer com que circulem numa rede de relações pré-estabelecidas (FOUCAULT, 2009, p. 138-141).

Um ambiente que admita e inclua também momentos de maior benevolência, tolerância e compreensão é fundamental para a construção de um processo significativo e com possibilidades de transformação (WINNICOTT, 1999).

O cotidiano das crianças em acolhimento deve levar em conta sempre se parecer o máximo possível com a rotina de uma casa, suas atividades devem ser pensadas e decididas em conjunto por meio das relações e combinados estabelecidos e não baseada em regras rígidas, que desconsiderem sua história de vida anterior ao acolhimento, lembrando que existem vários arranjos e estilos de vida familiar na sociedade moderna.

Na fala da gestora percebe-se que sua maior preocupação é diferente dos técnicos em relação a alterações psicológicas, ela reflete, ou melhor, se pergunta que consequências em seus comportamentos e vida, estas crianças terão no futuro:

Geralmente elas podem apresentar uma angústia uma tristeza profunda e ela se fecha e a gente percebe que quando elas chegam até elas se adaptarem no local, elas são crianças mais retraídas, agora o que isso pode causar futuramente tem inúmeras possibilidades, que a gente não tem um estudo porque as crianças passam por ali um período curto que elas logo voltam pra família ou vão pra outra família. As crianças gostam da casa de acolhimento enquanto estão lá, mas elas têm vontade de voltar pra casa delas, então elas tem uma visão que ali realmente é uma passagem é um momento só, elas chegam querendo ser acolhidas. (Gestora 1).

A gestora se preocupou com os possíveis danos que as rupturas de vínculos e traumas o acolhimento pode causar nas crianças futuramente, comportamentos diferentes são percebidos e trabalhados enquanto estão acolhidos sob acompanhamento da equipe técnica, mas e depois, nas suas vidas de adultos como serão seus reatamentos?

3.3.3 As Professoras das crianças em acolhimento institucional

Para verificar como são construídas as relações entre professores, gestor educacional e crianças em acolhimento institucional do município de Paranaíba-MS, foram entrevistados 05 (cinco) professores e 01 (uma) gestora educacional na Escola Municipal “Prof. Ignácio José da Silva”, envolvida por atender a este público.

Os dados que levantamos com a identificação dos professores e gestora estão expostos no seguinte quadro:

QUADRO 2: IDENTIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E GESTORA EDUCACIONAL

Nome	Profissão	Função em que atua	Escolaridade	Idade	Sexo	Tempo na Instituição	Tempo de Exercício na Profissão
Professora 1	Pedagoga	Professora	Pedagogia e Especialização em Ed. Infantil e Séries Iniciais.	47 anos	Fem	17 anos	13 anos na Ed. Infantil
Professora 2	Pedagoga	Professora	Pedagogia e Licenciatura Plena, Especialização em Ed. Infantil e Séries Iniciais e Metodologia e Didática.	50 anos	Fem	17 anos	Mais de 25 anos
Professora 3	Pedagoga	Professora	Pedagogia	53 anos	Fem	17 anos	29 anos
Professora 4	Pedagoga	Professora	Pedagogia e Especialização em Ed. Infantil e Séries Iniciais.	51 anos	Fem	14 anos	26 anos
Professora 5	Pedagoga	Professora	Pedagogia	41 anos	Fem	17 anos	17 anos
Gestora 2	Pedagoga	Gestão	Pedagogia	37 anos	Fem	3 anos	8 anos

Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

As reflexões das professoras e da gestora educacional, entrevistadas serão abordadas a seguir, com a citação de duas falas das professoras e uma fala da gestora para cada questão do roteiro de entrevista, a fim de que não ocorram repetições no texto, por conta de posicionamentos semelhantes.

A escola se assemelha ao abrigo, como local de proteção e por ser nela que as crianças ficam grande parte de seu dia, promovendo seu desenvolvimento enquanto indivíduo social, perante a relação com os colegas, professores e sujeitos do espaço escolar, constituindo suas relações com o mundo. Nesta linha de pensamento considerou-se imprescindível investigar as representações destes personagens do cotidiano das crianças em acolhimento institucional.

Indagou-se às professoras e gestora educacional qual significado do abrigo Municipal para elas:

Eu acredito que seja uma instituição importante porque infelizmente a gente tem aqui algumas histórias complicadas né, apesar de que é uma cidade ainda pequena a gente tem muitas famílias desestruturadas, bom eu não conheço o abrigo não sei, a gente não sabe do funcionamento, mas é importante pra essas crianças que estão ai correndo riscos. (Professora 5).

Pra mim eu acho que ele ta lá pra atender essas crianças, que as mães que não tem como, que não cuida, que é drogada, sei lá eu acho que é uma boa pra eles, porque tem aonde ficar é melhor fica lá, do que fica na rua, eu acredito nisso. (Professora 2).

A meu ver é um estabelecimento que ajuda as crianças que não estão sendo tratadas de maneira adequada pela família. (Gestora 2).

Percebe-se pelas falas dos sujeitos um desconhecimento do que é de fato a função do abrigo e em que situações são acolhidas as crianças e adolescentes pela instituição, o que demonstra que os profissionais não sabem a função do acolhimento institucional para esse público.

Sem a compreensão da verdadeira e ainda recente configuração estrutural produzida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive com relação à definição de acolhimento institucional e do que se trata crianças em situação de risco pessoal ou social, por ser um parceiro, ou até mesmo corresponsável no processo de acolhida e posteriormente de reinserção familiar desta crianças, a escola e seus sujeitos perdem sua capacidade preventiva e cooperativa nesse tão importante momento.

Conforme preconiza o ECA:

Art. 101 - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III- em razão de sua conduta. (art. 98, 1990) Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: [...]
VII- Acolhimento Institucional.

As falas dos sujeitos demonstram além do desconhecimento da legislação que regulamenta o funcionamento do abrigo, as marcas deixadas pelos antigos orfanatos que atendiam crianças e adolescentes abandonados, que se configuravam

como espaço fechado, de reduzido contato com o mundo exterior, sob gestão de entidades caritativas e religiosas, ao contrário dos abrigos do ECA, que defendem a reintegração familiar e sócio-comunitária, por meio de serviços qualificados com equipe técnica interdisciplinar e uma gestão comprometida com a ética e os direitos humanos.

Dentro deste contexto, destacamos nas falas um sentimento de pena em relação às crianças e adolescentes atendidos pelo serviço de acolhimento, colocando-os na posição de coitadinhos, e não de sujeitos de direitos, arriscando desta forma a revitimização por considerá-los à margem da sociedade, excluindo-os novamente, mesmo que sem esta intenção.

Os profissionais da escola foram questionados em relação ao comportamento das crianças do abrigo e como se relacionam com as demais no espaço escolar:

[...] é uma criança que você percebe que ela chama mais atenção, ela precisa de mais atenção, você percebe que é uma criança carente, na alimentação você percebe sente a diferença que ele come o tempo todo, tudo ele quer duas vezes ele quer duas vezes a sopa, eu achei no começo que ele passava fome em casa quando eu percebia isso, até que eu perguntei e ele falou que tava no abrigo porque a mãe tava internada [...]. (Professora 1).

Na hora do recreio ele socializa, mas na sala de aula se eu ponho em grupo ele não abre a boca, ele não abre a boca não sei se é vergonha igual eu to te falando, mas eu sempre to pondo eles em círculo, em grupo, pra ver se socializa, no recreio sim, ele brinca, corre, pega fogo. (Professora 2)
Se relacionam normalmente com as demais crianças não tivemos problemas com nenhuma criança. Tem uma criança que é bem carente de atenção ele procura bastante abraçar, beijar, carente de afetividade, é um amor de criança, tem sim alguns momentos em que eles precisam de atenção diferenciada, tem alguns com dificuldade de aprendizagem já outros não, que age normalmente nada de diferente dos demais, depende muito da situação e da história da criança se ela esta melhor no abrigo, ela deslancha melhor aqui naquele momento, agora quando ela esta sentido falta da mãe, ai a criança tem mais dificuldade, tanto é que esta criança que está chorosa tem. (Gestora 2).

A institucionalização da criança é uma experiência que, inevitavelmente, envolve perdas: perde seus referenciais de vida, às vezes todos, ao mesmo tempo. Aquele universo que lhe era familiar e conhecido, mesmo que inadequado ao ponto de vista dos profissionais que o atendem, é substituído pela casa abrigo, o que desestabiliza sua identidade e segurança em relação ao futuro, desencadeando comportamentos que são muitas das vezes incompreendidos:

É preciso não perder de vista que a institucionalização representa, muitas vezes, a supressão da individualidade e da intimidade, introduzindo crianças e adolescentes em um meio em que não estimula o seu desenvolvimento subjetivo e onde suas vidas passarão a ser administradas de acordo com os regulamentos e procedimentos disciplinares da instituição. Mesmo com as mudanças nas instituições de abrigo implementadas pelo ECA, que deixam de ser instituições de grande porte e buscam reproduzir um ambiente residencial, os danos de uma permanência prolongada não podem ser desprezados. (SILVA, M. I. R. S., 2007, p. 52).

A criança abrigada além de enfrentar dificuldades oriundas da situação que a levou à institucionalização, muitas vezes, ao chegar ao abrigo, onde permanecerá na maioria das vezes por um longo período, depara-se com outras crianças que sofreram diversos tipos de violência, com o fato de a casa ser mais fechada em relação ao mundo exterior do que a que estava acostumada, rotinas mais rígidas e pouco espaço para individualidade, oportunizando na criança inseguranças que são refletidas no espaço escolar.

O acolhimento institucional de certa forma coloca a história pessoal da criança em suspensão pelo período que lá permanece, o que traz consequências, conforme relata Dorian (2003, p. 73): “[...] não se pode eliminar uma história familiar sem que se viva muita dor, angústia e medo do presente e do futuro.” Esses sentimentos causam baixa autoestima, resultado que conseqüentemente será detectado no processo de aprendizagem ou no comportamento no espaço escolar.

É importante destacar que nos discursos dos professores é o desconhecimento de que crianças são do abrigo e somente no decorrer das situações que as envolvem, que ficam sabendo de seu acolhimento.

Os sujeitos entrevistados foram perguntados se existe algum processo de esclarecimento entre equipe do abrigo municipal e a equipe da escola ou vice-versa:

Não só contato assim com a coordenadora que chegou a falar comigo que se qualquer coisa poderia procurar o abrigo, mas não houve a necessidade. Se eu precisasse mandaria bilhete ou por telefone igual com os pais dos demais. A criança que eu tenho contato hoje é ele tem duas meninas que sempre vem falar comigo, elas me cumprimentam carinhosamente, elas me dizem que são irmãs dele, eu não sei, então elas vem me dão recado olha tia isso e isso. (Professora 5).

Eles não vieram falar comigo em relação à criança eu é que procurei a moça né, pra saber mais sobre ele como que era, o que tava acontecendo, ai sim ela veio falar comigo, mas antes não. Eu a peguei na saída quando ela veio pegar as crianças, ai eu chamei ela pra gente conversar, e ela explicar pra mim o que estava acontecendo. Expliquei pra ela que as atividades que leva tem que ta fazendo ai ela disse que agora ia ter uma

professora que acompanharia e que ia por ele pra fazer e realmente foi feito. (Professora 2).

Conforme relato dos professores não existe uma reunião entre a equipe do abrigo com eles para repassar as informações sobre as crianças, nenhuma espécie de trabalho interprofissional ou multiprofissional, o que ocorre são conversas eventuais sobre situações específicas conforme necessidade, em que os professores procuram a coordenadora que traz e busca as crianças na escola, o que deixa os professores sem saber algumas informações importantes.

Cabe salientar a diferença do trabalho em equipe interprofissional e multiprofissional, já que mencionamos a não existência de ambos, de acordo com Furtado (2007). O trabalho multiprofissional é quando vários profissionais atuam em prol de um mesmo benefício, porém sem o trabalho conjunto. Já o interprofissional surge como resposta “[...] à necessidade de reagrupamento de conhecimentos espalhados, como forma de diminuir a alienação do trabalhador.” (FURTADO, 2007, p. 246). Assim, o trabalho é desenvolvido por mais de um profissional e, em conjunto, compartilhando conhecimentos e atuando em uma mesma ocupação:

Existe a gente liga a coordenadora vem, nós já tivemos uma criança de lá que teve muito problema na escola, sempre que solicitados a coordenadora e a psicóloga comparecia, agora no momento nós não temos crianças com problema, ta tranquilo. Nós informamos aos professores quem são as crianças do abrigo no inicio do ano mas como nós agimos tão naturalmente com essas crianças sem falar quem é do abrigo e quem não é do abrigo os professores, então as vezes passa batido pra algum professor. Então a criança ta bem naquele momento não tem problema então o professor não fala nada e nós acabamos não passando pra ele que a criança é do abrigo, porque não houve a necessidade. Com relação à criança-problema é passado imediatamente que ela é do abrigo que o problema familiar dela é esse e esse, quando ta bem isso passa despercebido, então é informado conforme a necessidade. (Gestora 2).

Na fala da gestora percebemos, como destaca Saviani (2008), uma visão que norteia a escola enquanto reprodutora do contexto social em que se insere, considerando nossa sociedade desigual, violenta, a instituição escolar tenderia a legitimar a marginalização e exclusão de determinados grupos, e a apresentar traços de violência.

Nota-se que a diferença entre alunos idealizados e os reais pode estar na origem da maioria dos conflitos vivenciados no âmbito escolar, inevitavelmente ocorreram, a forma como serão tratados que determinará se serão parte do

desenvolvimento normal da criança ou se vistos como fora do ideal, quando poderão desencadear preconceitos em relação às mesmas.

A escola não está isenta de influências sociais, o contexto sócio-histórico interfere diretamente na construção dos múltiplos discursos, inclusive o da criança abrigada, que não deixa para trás sua história e seus problemas já vivenciados, os quais serão percebidos no âmbito escolar.

A educação pode ser utilizada como um instrumento de inclusão, considerando a escola tanto um espaço de construção e fortalecimento de preconceitos como de sua desconstrução, devido às diversas relações estabelecidas, sendo necessário o rompimento com a idealização de alunos perfeitos e aceitar as diferenças, assim como os conflitos sociais que os acompanham sem categorizá-los como “crianças problema”.

Nas falas dos sujeitos foram mencionadas varias questões relevantes a esta pesquisa que considero importante serem mencionadas e refletidas para que possamos compreender melhor a construção das relações e das representações dos profissionais e das próprias crianças em relação ao abrigo:

Quando ele falou que tava no abrigo um aluninho falo, tia mas quem vai pro abrigo é menino de rua? Ai eu falei não, falei que não são todas as crianças de rua que vão pra lá, que muitas vão pra lá porque a mãe ta internada doente, nem falei nada de droga, porque eles geralmente não tem com quem fiquem, então vão pra lá pra poder vir na escola até a mãe sai do hospital. Mas eles tem essa visão que quem vai pro abrigo é criança mal elemento que fica na rua eles tem essa visão. (Professora 2).

A percepção das crianças é uma reprodução do que escutam em casa, fruto da concepção que a sociedade tem de que os abrigos para crianças e adolescentes são para os considerados marginalizados independente de se são culpados ou não por algum delito, mas que estão em alguma situação irregular, o que nos remete à herança deixada pelo Código de Menores anterior ao ECA, que rompe com esta regulamentação, porém, ainda tenta superar esses pensamentos do imaginário popular.

Os professores citaram experiências de crianças que estavam abrigadas e que vivenciaram momentos felizes na instituição de abrigamento:

O ano passado eu mesmo tinha crianças de lá e elas mudam completamente, chegou no abrigo essa semana e já vem pra escola, ai se vê que elas vem aquela criança meio revoltada, uma semana depois se vê

que ela já muda, completamente, no primeiro momento elas ficam triste choram, depois elas acostumam pronto ai já não queriam sair do abrigo mais, ai no entanto o dia que elas foram embora, elas veio aqui na escola despedir, abraçava, grudava que não queria ir embora com a vó chorava. Porque foi pra outro município. (Professora 4).

Evidenciou-se que existe um processo de adaptação em que a criança demonstra em seu comportamento seu desconforto com a situação, mas depois gostam de estar no abrigo, criam vínculos com os profissionais da instituição, assim como com os professores, sentem-se realmente protegidos, a função do acolhimento, enquanto medida protetiva se cumpre, porém quando retornam à família de origem vivenciam outra ruptura de vínculos.

As vivências das crianças em situação de acolhimento são cotidianamente verificadas pelos profissionais que as atendem:

Então eu fico com muita dó, inclusive na hora do lanchinho deles muitas crianças trazem lanche dinheiro né, ai o lanchinho sempre ele traz, mas o dinheiro nunca, ai eu fico com dó e de vez enquanto eu do 50 centavos 1 real pra ele pra compra lanche, ai eu falo pra ele não é todo dia que a tia tem, dai ele pergunta: hoje cê tem tia? Eu morro de dó. A escola serve o lanche todos os dias, mas as vezes ele traz hoje mesmo ele trouxe bolo. No começo até me chamou muita atenção que ele comia do lanche da escola duas três vezes tinha muita gula, parecia que ia acabar a comida, hoje não ele come normal. Às vezes quando tava com a mãe passava fome né, não sei. Por que tem dia agora que ele nem come. [...] Mas a gente sente essa necessidade de saber da criança, fala da história dele do abrigo quanto tempo ta ali porque seria bom. (Professora 1).

As negligências sofridas pelas crianças vão acompanhá-las por toda sua vida se manifestando em seus comportamentos de diversas formas as quais não podemos prever, por isso é importante conhecer sua história de vida para compreender certas atitudes que podem ser reflexos de situações já vividas, interferindo ou não em suas condutas. Para desenvolver um trabalho vinculado ao desenvolvimento integral destas crianças, a integração entre os profissionais do abrigo e da escola é ferramenta indispensável:

[...] se eu soubesse dessas informações sobre as crianças, a vez que eu fiz a atividade da família seria importante eu tocar no nome das irmãs com ele, que ele não falou, ele falou de um coleguinha e eu perguntei pra ele, é seu irmão? Não é meu coleguinha, e elas vem falar comigo e dizem que são irmãs dele e eu pergunto pra ele, elas são sua irmãs? E ele diz, é, mas assim um é, que você não sente muita firmeza, então fica aquela dúvida é irmã mesmo ou age como irmã. Essa troca seria importante tanto pro meu trabalho quanto para o desenvolvimento da criança, que a gente não tem,

eu não sei de onde ele vem, eu não sei a história dele, eu não sei quem são as pessoas que fazem parte da história dele, eu não sei porque ele está no abrigo, e ele não tem condições de me dizer, e nem ele vai saber me dizer, eu não vou conseguir esses dados com ele então realmente seria um fator bem interessante no desenvolvimento do caminhar das aulas, do meu trabalho e do desenvolvimento dele em sala de aula. (Professora 5).

Na fala da professora percebe-se a necessidade do processo de integração entre equipes, as crianças em acolhimento institucional têm particularidades que interferem diretamente em seu desenvolvimento em âmbito escolar, realizar reunião para tratar destes casos, falar sobre as crianças e saber quem são elas entre as demais crianças não é estigmatizar ou fazer distinção, mas entender suas especificidades e contribuir com seu melhor desenvolvimento escolar, social e emocional.

O trabalho interprofissional, como já mencionado, é uma possibilidade para fortalecer o atendimento a essas crianças, pela troca de conhecimentos e experiências, além de ofertar um serviço voltado ao mesmo objetivo o desenvolvimento integral da criança conforme o ECA e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996).

3.3.4 As crianças em acolhimento institucional

Para demonstrar as representações das crianças em acolhimento institucional do município, realizou-se entrevista com 05 (cinco) crianças atendidas pelo serviço de acolhimento, que serão denominadas com nomes de personagens infantis para preservar sua identidade: Chico Bento, de 4 anos; Zé Carioca, de 4 anos; Mônica, de 8 anos; Cebolinha, 11 anos e Magali de 8 anos, com a seguinte particularidade, Chico Bento é irmão da Magali e a Mônica é irmã do Zé Carioca.

É importante ressaltar que Chico Bento e Magali estão no abrigo pela segunda vez, sendo que na primeira vez permaneceram pelo período de sete meses e retornaram para sua família de origem, verificadas novas ocorrências de violações de direitos, estão na instituição desde janeiro de 2015.

QUADRO 3: O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O LOCAL EM QUE ESTÁ MORANDO AGORA?

O que você pensa sobre o local em que está morando agora?	
Chico Bento	É de brincar, eu moro na minha casa.
Zé Carioca	Legal
Mônica	Legal
Magali	Legal, todo mundo é legal
Cebolinha	Não sei, quando eu vim pra cá fiquei com medo, pensei que iam me bater, nunca tinha vindo num abrigo.

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborada por Mariana Leal de Souza, 2015.

Observa-se que, para as crianças, o abrigo está ligado a um lugar de brincadeiras, elas se baseiam nos aspectos mais perceptíveis da situação, ou seja, a casa onde brincam e dormem, porém, o medo se faz presente na fala de um deles, a visão de que o abrigo é um local de punição, enquanto que o papel dele é o inverso:

Na verdade, a instituição [abrigo] muitas vezes se apresenta como melhor alternativa para um grande número de crianças e adolescentes, o que determina a necessidade de um comportamento ainda maior de suas ações, pois esse é o único caminho para a superação dos trágicos estereótipos de sua história. (ARPINI, 2003, p. 72).

Considerar o abrigo legal, visualizá-lo como local de brincadeiras pode estar ligado ao fato de ter em seu espaço físico coisas que não têm em casa e que não tinham visto e tinham a oportunidade de brincar, mas fica claro que fazem o discernimento que o abrigo não é a casa deles.

Para Deval (2002), crianças dão explicações com base no que é mais visível, baseando-se no que é diretamente observável, e por mais que ela tenha capacidade de representar seu pensamento, ele ainda está preso à percepção.

QUADRO 4: O QUE VOCÊ ACHA QUE ESTA CASA PRETENDE TE OFERECER?

O que você acha que esta casa pretende te oferecer?	
Chico Bento	Eu gosto da minha casa e dos meus brinquedos
Zé Carioca	Eu gosto da minha casa
Mônica	É bom pra mim, as pessoas são boas pra mim.
Magali	Todo mundo é muito bem comigo.
Cebolinha	Aqui foi bom pra mim, a comida é boa, a torta é boa. Mas não é família

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborada por Mariana Leal de Souza, 2015.

Nota-se que, apesar de dizerem que gostam do abrigo, é recorrente a fala de que “gosto da minha casa” (Zé Carioca, TABELA 4), a criança parece ter a necessidade de dizer *que lá também é bom*, devemos levar em conta que mesmo quando os motivos do abrigamento são graves, a história que a criança traz consigo ao abrigo não é marcada apenas por experiências negativas.

A nossa memória é constituída de acontecimentos bons e ruins, momentos felizes e tristes, mais ou menos importantes, mesmo que não sejam lembrados pela criança estão presentes e irão constituir suas representações sociais futuras.

QUADRO 5: DO QUE VOCÊ MAIS GOSTA AQUI?

Do que você mais gosta aqui?	
Chico Bento	Eu gosto do Parquinho, de ovo da páscoa, gosto da comida.
Zé Carioca	Dos brinquedos, da comida e do parque.
Mônica	Eu gosto de brincar na brinquedoteca, de brincar com os brinquedos de lá, de livrinho, de monta-monta, gosto de fazer um monte de coisa de escrever de canetinha, gosto de pintar, teve também um dia que eu tava infesada, ai eu dormi, depois que amanheceu a tia me levou na aula de informática, eu gostei eu joguei 03 jogos, o da monster high, de pintar as unhas e o da princesa Elsa.
Magali	Eu gosto das tias, dos meus amiguinhos, gosto de brincar
Cebolinha	Dos meus amigos, da brinquedoteca pra brincar. Vou ficar com saudades do meu amigo, mas eu vou vir visitar ele aqui no abrigo.

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborada por Mariana Leal de Souza, 2015.

Percebe-se pela fala das crianças que consideram o abrigo como um espaço do brincar, procuram sempre falar dos brinquedos e brincadeiras que gostam, também destacam o fato da comida ser boa, provavelmente pela ausência tanto do brincar quanto de alimentos em alguns casos de histórias vividas por eles.

O estabelecimento de novos vínculos de fraternidade entre as crianças que tiveram seus laços familiares rompidos e estão sob o mesmo espaço cria uma sensação de união a fortalecê-los, o que pode amenizar o sentimento de estar sozinho, como relata a criança que tem um amigo que quer visitá-lo, já que vai sair do abrigo.

QUADRO 6: DO QUE MENOS GOSTA?

Do que menos gosta?	
Chico Bento	Dos meninos grandes quando eles me batem.
Zé Carioca	Eu gosto da minha casa, aqui no abrigo tem pimenta.
Mônica	Eu não gosto de ir brincar na sala do lado de lá onde a professora chama a gente (sala de Tarefa) porque lá tem uma mulher do outro lado (vizinha) que fala muito alto ela grita, eu não gosto.
Magali	Eu não gosto quando os meninos grandes batem nos meninos pequenos e quando eles respondem as tias.
Cebolinha	Quando os meninos fazem bagunça e ficam xingando e mexem nas minhas coisas.

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborada por Mariana Leal de Souza, 2015.

Salientamos que as crianças que vivem em abrigos parecem ser mais agressivas do que aquelas que vivem com suas famílias, o que pode ser mais um estigma se considerarmos as condições adversas em que vivem, pois, elas são obrigadas a conviver o dia todo com mais crianças do que as outras e desde cedo precisam resguardar o que é seu (seus brinquedos, seus sentimentos, sua comida, suas roupas, sua vontade) sendo expostas a mais situações que necessitem de algum tipo de expressão da agressividade do que as demais.

O discurso de uma das crianças demonstra a importância que ele dá a sua individualidade quando diz que não gosta que mexa em suas coisas, uma das

grandes dificuldades enfrentadas pelas instituições de acolhimento já que atendem muitas crianças.

A perda da individualidade começa pelo fato de viver com pessoas estranhas no mesmo espaço, onde provavelmente vão realizar atividades diárias, como: dormir, guardar os pertences pessoais, vestuário, higiene.

QUADRO 7: POR QUE VOCÊ ESTÁ NO ABRIGO?

Por que você está no Abrigo?	
Chico Bento	Porque eu fiquei teimoso e eu fiquei com medo do escuro.
Zé Carioca	Vim com o conselho, porque sim, o conselho foi me pegar.
Mônica	Eu vim pra cá porque meu pai fumava droga e a minha mãe ficava com ele, ai ligaram para o conselho e eles vieram me buscar, e ai ta meu pai e minha mãe presos.
Magali	Eu vim pra cá porque minha mãe me deixou sozinha na minha casa, a minha mãe deixava eu suja, ai as tias do conselho me trouxe. Quando eu vim pra cá eu fiquei com medo porque eu estranhei a casa, depois ficou tudo bem eu acostumei, mas aqui é chato porque a tia fica brigando, tem muita regra.
Cebolinha	Conselho tutelar me trouxe disse que eu ia morar numa casa, que eu tinha que me comportar. Falaram que existem o lado bom e o lado ruim. Eu não lembro porque eu vim, eu tava numa fazenda com um amigo, não sei porque....não sei da minha mãe... ela veio me visitar, mas agora não sei dela, hoje vou embora morar com meu irmão em outra cidade.

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborada por Mariana Leal de Souza, 2015.

Observa-se que as crianças têm conhecimento de que vieram para o abrigo por conta de que algo em suas casas não está bem, porém alguns fogem da pergunta, e criam respostas fantasiosas, já outras elaboram de forma concreta e bem articulada, com certa naturalidade, no entanto com muita dor.

É latente a angústia e o sofrimento sentido por estas crianças pela ruptura familiar, ainda que essa família não tenha garantido segurança, afeto, e tenha

marcado suas histórias por privações e situações de dor, o desejo da criança é retornar para sua família.

A adaptação ao abrigo é difícil se levarmos em conta o modo de vida que estas crianças tinham antes, sem nenhum tipo de rotina e organização, na maioria das vezes, por isso passar a viver em uma dinâmica mais coletiva, com regras próprias a fim de manter a convivência e a organização, essa adaptação requer da equipe do abrigo um trabalho intenso.

Ao estabelecer as regras e normas o abrigo determina os horários das atividades; banho; refeições; atividades escolares, entre outras, de forma coletiva e em série, os cuidadores se organizam primeiro pelos menores, depois os maiores, para que consigam realizar tudo dentro dos horários a serem seguidos, resta às crianças uma vida automatizada a ser cumprida, será que existe espaço para pensar, refletir, e criar, favorecendo o desenvolvimento da autonomia?

QUADRO 8: DO QUE VOCÊ MAIS GOSTA E DO QUE MENOS GOSTA NA ESCOLA? E POR QUÊ?

Do que você mais gosta e o que menos gosta na escola? E por quê?	
Chico Bento	Gosto do parque, não gosto da tia ... ela é feia, por que ela briga, não gosto de ir embora da escola.
Zé Carioca	Gosto de tudo, do parque, do recreio.
Mônica	Eu gosto de estudar, brincar no recreio, ler os livros, da Educação Física, o que eu não gosto é de copiar porque eu fico com preguiça. Eu não gosto de matemática. Gosto de ler historinha. Eu fico custosa porque a tia fica dando grito comigo, você conhece a tia....., então ela grita com a gente. Ai na hora de dormi eu não vou dormir. Eu quero ser cabeleireira.
Magali	Lá na escola os coleguinhas teimam e ai a gente fica sem recreio eu não gosto, eu gosto de pular corda e do recreio, da aula de Educação Física e de artes, português e matemática, mas não gosto de escrever.
Cebolinha	Eu gosto da professora....., gostava de tudo, eu tava aprendendo, só hoje que eu faltei depois que eu to aqui.

Fonte: Pesquisa de Campo, elaborada por Mariana Leal de Souza, 2015.

No geral as crianças relatam que gostam da escola, têm uma atitude positiva, em relação às atividades, às brincadeiras, e aos colegas que têm, queixam-se de questões rotineiras, nada que chame a atenção, a não ser o fato de na fala do Luizinho dizer que “eu tava aprendendo” e “só hoje que eu faltei” (Cebolinha, TABELA 8), o que merece um olhar mais profundo.

Com relação à fala do Cebolinha percebemos que conforme já havia sido relatado pela professora dele, ele tinha dificuldades de aprendizagem muito sérias, não era alfabetizado, estava sendo realizado um trabalho de alfabetização com ele na escola e sendo reforçado no abrigo com pedagoga da instituição, além de não ter mais problemas com faltas nas aulas.

Cebolinha manifesta satisfação em dizer que estava aprendendo e que não estava faltando na escola, sentia-se orgulhoso de seu progresso, estava muito feliz no momento da entrevista porque tinha recebido a notícia de que ia embora morar com o irmão em outro município.

É importante esclarecer que estas representações não são meras cópias da realidade, conforme Saravali e Guimarães (2010), a criança realiza uma tarefa individual que não tem a ver com uma assimilação passiva, mas com a autenticidade que ela vai construindo com sua própria representação do mundo ao seu redor.

CAPÍTULO 4 RESULTADOS DA PESQUISA: Análise das categorias

A partir da comunicação dos sujeitos entrevistados foram selecionadas unidades de conteúdo que resultaram na constituição de categorias de análise: Instituição, Instituição Escolar, Controle, Acolhimento, Vínculo Familiar.

A **instituição** a que nos referimos neste estudo é a destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violação de seus direitos ou em situação de risco social que está perpassando por um reordenamento de seu espaço físico e serviços ofertados, porém com grandes dificuldades nesta transição de instituições de grande porte para espaços de acolhimento de pequenos grupos.

As instituições de grande porte são denominadas de “Instituições Totais”:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1974, p. 11).

Podemos considerar nesta perspectiva como instituições totais: instituições de tratamento psiquiátrico, colégios internos, orfanatos, instituições religiosas e quartéis, que atendem um grupo controlado, em regime fechado, a experiência cotidiana de um interno é composta de vivências em um mesmo espaço-tempo: os internos dormem, fazem suas refeições, utilizam as mesmas roupas, fazem sua higiene no mesmo horário, veem televisão, tomam medicamentos e passam o tempo no mesmo espaço, sem acontecimentos inesperados ou mudanças de rotina como é comum em nossa experiência cotidiana, remetida à descontinuidade dos lugares em que fazemos as atividades diárias de nossas vidas.

A sociedade busca modos para disciplinar os indivíduos, ditos como não socializáveis ou que causam desconforto, para tal as instituições totais que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso é atendido por uma equipe dirigente que exerce o gerenciamento administrativo da vida naquela instituição.

Há uma estrita hierarquia entre os membros da equipe dirigente de uma instituição total e os internos, o que viabiliza que a distância social seja confirmada em todos os aspectos da vida institucional. Os membros da equipe dirigente podem manter contato com o mundo exterior, enquanto as relações dos internos são de

contatos mínimos, sempre mediados pela presença e pela observação direta da equipe dirigente. Esse processo desencadeia representações antagônicas, em que os internos percebem nos membros da equipe dirigente o domínio e a equipe dirigente vê os internos como dominados, constituindo desta forma uma relação de poder.

Neste contexto nos referimos ao poder que as instituições estabelecem em seu interior, com as seguintes características:

Produzidas nas relações sociais: o que expressa que as relações sociais têm caráter de oposição e conflito; esta baseada na posse de recursos: evidenciando relação de desequilíbrio nos graus qualitativo e/ou quantitativos de quem o possui determinado objeto; e produz um efeito na mesma relação social. (MARTIN- BARÓ, 1989, p. 97).

Esta relação de poder ocorre tanto sobre a figura da instituição ali representada como pelos sujeitos e os grupos ocasionando obediência ou submissão de um, o exercício de autoridade e o domínio do outro, o que nos permite refletir que as representações que o poder gera, configuram a quem o detém a possibilidade de decidir o que fazer de pessoas e grupos.

Os internos que chegam a uma instituição total trazem referências e representações de si mesmos e do mundo que conhecem até aquele momento, que tenderão a ser desqualificadas durante sua permanência na instituição, pela imposição de normas e condutas a serem seguidas, “[...] pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele.” (GOFFMAN, 2008, p.24).

Nesta perspectiva, a institucionalização de seus diversos públicos, inclusive o de crianças, foco deste estudo, traz muitas sequelas:

Diversos estudos sugerem que a internação, salvo em situações excepcionais, causa mais danos do que beneficia aqueles que a ela recorrem [...] as pesquisas revelam que a vida institucional, por suas características de rotinização, massificação e rígida disciplina, cria um ambiente de impessoalidade e falta de afeto, que pode prejudicar o indivíduo de várias maneiras. (RIZZINI; RIZZINI, 1996, p. 73).

As instituições de acolhimento a crianças e adolescentes, segundo Marcílio (2011), tiveram três fases marcantes: caritativa (do período colonial até meados do século XIX), em que crianças abandonadas nas Santas Casas de Misericórdia e na

Roda dos Expostos eram educadas pela elite para serem mão de obra; filantrópica (do final do século XIX a meados da década de 1960), na qual as famílias, por serem consideradas culpadas pelo aumento da criminalidade e do abandono infantil, tinham seus filhos internados em instituições totais, para transformá-los em bons trabalhadores e cidadãos; e a do Estado-protetor (início na década de 1980), marcada por mudanças na política de atenção a crianças e adolescentes, que culmina com o ECA.

O ECA trouxe significativas mudanças já mencionadas neste estudo, porém é importante ressaltar que diferencia a criança vítima da criança infratora, antes agrupadas na mesma categoria pelo Código de Menores, com regulamentação de intervenções diferentes para cada público: para as crianças e adolescentes infratores destinam-se medidas de proteção e sócio-educativas, em regime de liberdade e fechado; para a vítima em situações específicas, o acolhimento em novos moldes, conforme Rizzini (2006), antagônica à prática de confinamento e segregação social e à cultura da institucionalização de forma geral.

Nos últimos anos houve uma mudança de paradigma no acolhimento de crianças e adolescentes, com o intuito de tornar as instituições mais integradas na comunidade e romper com os estigmas de depósitos humanos. O ECA prevê no art. 92, mudanças no atendimento, fundamentadas na Doutrina de Proteção Integral, a fim de que as instituições favoreçam o contato de crianças e adolescentes com a comunidade onde estão inseridas, a usufruir das escolas, atendimento médico, esporte e lazer, frequentar programas e projetos sociais na comunidade, realizar passeios.

Nas falas das crianças esteve presente o medo do abrigo, a tentativa de caracterizar o abrigo como espaço do brincar pelas crianças e até mesmo pelos técnicos, pode-se considerar como uma forma de fugir do que assusta uma casa de portões fechados e muros altos, que tiveram a princípio, mas com um parque lindo e uma brinquedoteca decorada e completa.

Partimos da mesma ideia de Delgado (2000, p. 189), de que as mudanças não podem estar pautadas em “transformações cosméticas” nas velhas instituições, “[...] dotando-as de atendimento externo de cunho modernizante”, principalmente quando essa transformação ignora o “[...] produto de longos anos de segregação.” Nesta mesma direção, Rizzini e Rizzini (1996) questiona até que ponto a divisão das

instituições em pequenos grupos e um sistema semelhante ao familiar é suficiente para distingui-las do internato típico.

Após ser reconfigurado o histórico dos espaços de proteção infantil até sua institucionalização, passamos a tratar da **instituição escolar**, semelhante em sua ação social, porém, diferente em alguns aspectos como em seu atendimento de caráter aberto à população alvo.

A escola surgiu como instituição, nos moldes atuais no século XVII, com a revolução industrial, uma demanda crescente de pessoas com a necessidade de alfabetização e qualificação para o trabalho, além de torná-los “bons cidadãos”.

Para compreendermos a escola enquanto instituição se faz necessário mencionarmos mitos já derrubados, porém ainda existentes em alguns espaços escolares e na percepção de alguns educadores, contribuindo para uma educação excludente.

Sabemos que dizer que a escola sempre existiu atendendo a uma necessidade natural não é verdade, já que surge para fortalecer e garantir o poder de uma classe dominante, com intuito de sustentar o sistema capitalista, criada para servir aos objetivos da indústria.

Outro mito é o da neutralidade e cientificidade da escola, esta tem por finalidade ensinar os valores, hábitos e costumes de uma determinada classe social como se fossem naturais e únicos; nas informações científicas percebe-se uma ideologia que dissemina nos alunos o que é certo e o que é errado, bom e mau, o respeito à hierarquia e submissão, a ordem estabelecida, sob a perspectiva do capital.

Escola democrática e aberta a todos, outro mito que cai por terra, em uma sociedade de desiguais com conteúdos e ideologias pautadas pela classe dominante, é possível ser democrática e para todos? O estratagema de dizer que trata todos da mesma forma pode ser para não assumir a responsabilidade pelos fracassos escolares.

Nota-se pelos relatos dos professores e da gestora entrevistados que esta perspectiva de escola aberta ainda se faz presente, preferem que os casos particulares continuem invisíveis sob a ideia de não discriminar, não identificar as crianças abrigadas, assim não é preciso lidar com a situação e tudo vai bem.

Não se pretende aqui culpabilizar os profissionais da área da educação, mas sim compreender como a instituição escolar, ao contrário de sua função, muitas

vezes acaba reforçando estigmas e estereótipos, sobretudo daqueles que adentram os portões escolares (alguns parecidos aos portões prisionais) carregados de dores e marcas da violência e outros sofrimentos. Mais que isso, pretende identificar possíveis maneiras de trabalhar com esta questão.

Nas visitas realizadas à escola pesquisada, percebem-se algumas características citadas por Foucault (1997), que reforçam seu caráter disciplinador, como: arquitetura de um espaço fechado em si mesmo; realizar chamadas por números; interromper comunicações impertinentes ou inúteis ao conteúdo para aproveitar o tempo; vigiar o comportamento de cada aluno, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos; ordenação por fileiras. Para o autor, ocorrem manifestações desse caráter:

[...] na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas, umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. (FOUCAULT, 1997, p. 125-126).

Esta descrição de Foucault demonstra técnicas disciplinares ainda utilizadas atualmente, claro que suavizadas por novas roupagens, introdução de novas tecnologias e nomenclaturas diferentes para funções antigas como a do inspetor de aluno, que agora é auxiliar de pátio, porém com a mesma essência.

Os vários discursos de professoras e gestora das crianças abrigadas nos remetem a pensar que estão sempre querendo dizer que está tudo normal e muito bem na escola, uma necessidade de homogeneizar as crianças com as demais, para que não sejam vistas como profissionais que discriminam ou segregam os alunos, porém ao final das conversas admitem a importância de um trabalho diferenciado com as crianças em situação de acolhimento.

Nas observações realizadas no campo empírico nota-se logo na chegada uma escola cercada por muros altos, com dois portões de entrada, o primeiro trancado e com interfone direto na secretaria, o segundo trancado por cadeado, com

um auxiliar de pátio durante todo o momento por perto para qualquer eventualidade. Evidências que nos remetem a repensar a escola enquanto espaço socializador ou mantenedor de uma sociedade disciplinar vinculada a relações de poder que ultrapassam seus muros altos.

As semelhanças representadas nas falas dos sujeitos de ambas as instituições de forma implícita que mais preocupam são as heranças deixadas pelas instituições totais, justificadas pela necessidade de organização, rotina e segurança, dentre as quais estão:

QUADRO 9: COMPARATIVO DAS INSTITUIÇÕES

Instituições Totais	Instituições: Escola e Abrigo
Fechadas	Portões com cadeados e muros altos
Rotina diária igual para todos: dormem juntos e no mesmo horário, alimentam-se, fazem a higiene pessoal, tomam medicamento.	Rotina diária igual por faixa etária para todos: horário de lanche e/ou refeições, higiene pessoal, entre outros.
Equipe dirigente (hierarquia) que determina as ações.	Diretor/Coordenador (hierarquia) que determinam as ações.
Vigilância constante.	Inspetor de aluno/ cuidador.
Visitas não permitidas.	Visitas sob autorização e supervisionadas, somente pais autorizados podem buscar.
Mecanismos de sujeição pelo poder.	Mecanismos de premiação pela avaliação (meritocracia).
Normalização e controle.	Organização e funcionalidade.

Fonte: Elaborado por Mariana Leal de Souza, 2015.

As instituições que têm o papel de garantir os direitos das crianças como no caso desse estudo, o abrigo e a escola, mesmo que não intencionalmente, por serem consideradas *instituições abertas*, estão reproduzindo diariamente práticas antigas com nova roupagem em relação às instituições totais, pois, ignoram os problemas das crianças, impondo-lhes uma *violência simbólica* por meio de um

sistema disciplinar, sem notar que os problemas não podem ficar do lado de fora dos portões e muros altos.

O fato de se desconhecer o surgimento das instituições de acolhimento para a infância abandonada no Brasil, sob caráter fechado, aliado à falta de capacitação profissional específica, de professores, gestores e técnicos do abrigo municipal de Paranaíba-MS, é nítida em suas falas quando tentam naturalizar as situações e dizem que tudo vai muito bem:

[...] agora no momento nós não temos crianças com problema, ta tranquilo [...]. (Gestora 2).

Em seguida o próprio gestor cita em sua fala que existem algumas falhas e mudanças necessárias:

Com relação à criança-problema é passado imediatamente que ela é do abrigo que o problema familiar dela é esse e esse, quando ta bem isso passa despercebido, então é informado conforme a necessidade. (Gestora 2).

Seguindo nesta linha de reflexão, outra categoria encontrada em diversos momentos nos discursos dos sujeitos entrevistados de forma explícita e implícita é o controle, que está presente na instituição de acolhimento e na instituição escola, como já dito anteriormente, fundamentado pela disciplina, demonstrações das relações de poder nestes espaços se dão pelo controle da vida dos indivíduos utilizando-se mecanismos que regulam o tempo e espaço em que vivem.

Nestas instituições são determinadas as rotinas a serem seguidas, os horários de cada atividade, a forma e o local onde e como devem ser executadas com a maior agilidade possível, para que não se desperdice tempo, sob a vigilância contínua de adultos imbuídos de poder em nome daquilo que se considera ser o melhor para as crianças:

Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 1997, p. 180).

As crianças abrigadas são vítimas desse processo contaminado por estereótipos herdados do Código de Menores, pelas diversas instituições pelas

quais em algum momento têm contato, como: a família, o Conselho Tutelar, o Judiciário, o Abrigo, a Escola e a Sociedade.

As instituições necessitam estabelecer certas regras e horários para o bom desempenho das ações, o que não estamos questionando, desde que não sejam realizadas de forma rígida, moralista e autoritária, garantindo às crianças a possibilidade da construção de diálogos e compreensão do que é necessário e do que é importante no seu cotidiano.

A convivência coletiva em instituições desencadeia a falta de individualidade e o atendimento massificado, mesmo que não seja seu objetivo, é como remar contra a maré, para manter o controle das atividades da vida diária das crianças. Os profissionais se veem em situações permeadas pela busca da funcionalidade, organização e rotina, as quais conciliar com atendimento individualizado semelhante ao de um lar, é praticamente impossível.

Além das experiências dolorosas vivenciadas antes da institucionalização, a criança abrigada parece dispor de um espaço restrito para manifestar os seus desejos e necessidades, se fazer ouvida e compreendida, sujeitando-se continuamente às rotinas rígidas da instituição, às normas do judiciário, enfim, constituindo-se dia-a-dia num 'sujeito sujeitoado' (VECTORE; CARVALHO, 2008, p. 447).

Nas falas dos sujeitos estiveram presentes as palavras adaptação, dificuldades com as regras e com a rotina, sob a justificativa que não tinham isso antes em casa, o que nos preocupa é que a história da criança deve ser considerada, experiências anteriores que determinam seus comportamentos atuais e que não podem ser apagadas, e sim trabalhadas de forma delicada para que ocorra um superação de possíveis traumas.

A equipe técnica da instituição de **acolhimento** demonstra uma atenção muito grande ao processo dito por elas de adaptação das crianças em sua chegada ao abrigo, considerando vivências anteriores, a ruptura familiar e a chegada a um local novo, o que nos tranquiliza nesta perspectiva abordada.

O entendimento do acolhimento institucional, na denominação de abrigo, pelos sujeitos entrevistados, caracteriza-se como uma categoria a ser refletida devido a seu processo de construção e desconstrução no decorrer da história da infância abandonada, como já relatamos neste estudo, para culminar no reordenamento dos atuais serviços prestados.

O acolhimento institucional regulamentado pelo ECA contribuiu para mudanças efetivas no que tange às instituições denominadas de abrigo e à sua configuração como um todo, enquanto espaço de socialização e de desenvolvimento, funcionando como medida provisória e transitória, a permanência breve ou continuada no abrigo está inteiramente relacionada à história singular de cada criança e adolescente.

Percebe-se que a equipe técnica considera o acolhimento necessário para as crianças devido à situação de violação de direitos. Mesmo quando são considerados como a única opção e os técnicos são vistos como a salvação para o caso, os mesmos enfatizam as perdas que as crianças sofrem decorrentes da ruptura com a família.

Ainda nos discursos dos sujeitos há uma negação a esses serviços, admitindo que devam ser utilizados só quando não há mesmo o que se fazer, por considerá-los desacreditados e rejeitados como aqueles que afastam as crianças de suas famílias – são vistos como os grandes vilões, os que também abandonam, descuidam e mantêm as crianças em situação de exclusão.

A existência da contradição que envolve o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes é de certa forma saudável para que sua prática seja repensada diariamente e que suas ações se pautem na sua própria construção sócio-histórica, com necessidade do reconhecimento dos seus paradigmas e do seu processo de mudança, no contexto da evolução do significado dos direitos humanos no decorrer do tempo.

Os efeitos do ambiente institucional no acolhimento devem ser considerados negativos quando realizados de forma padronizada, com muitas crianças por cuidadores, equipe técnica incompleta ou inexistente, falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social, além da longa permanência da criança no abrigo.

Entre tais dificuldades, identificamos no local de pesquisa a fragilidade da rede de apoio, o acolhimento deve ser a última medida a ser tomada, e se a rede é desarticulada e não trabalha a prevenção e o fortalecimento familiar com atendimentos e encaminhamentos que possibilitem a reversão de situações de potencial risco, o acolhimento se torna inevitável.

O acolhimento tem proporcionado às crianças apoio social e afetivo que os demais serviços não conseguiram, estimulando uma capacidade de enfrentamento

de adversidades por meio do fortalecimento do protagonismo e do empoderamento, consideradas enquanto sujeitos de direitos.

As iniciativas de sucesso realizadas pelas instituições de acolhimento são exceções diante das dificuldades enfrentadas, considerando que os recursos repassados pelo Estado são precários; os técnicos e conselheiros tutelares, envolvidos na rede de proteção a crianças e adolescentes, precisam de melhor capacitação; existem inúmeros problemas político-administrativos, jurídicos e institucionais, além do descaso da própria sociedade civil.

As crianças relatam em suas falas que “o abrigo é bom, que todos são bons com eles” o que demonstra afetividade nas relações entre os profissionais e as crianças, porém sempre diziam que queriam retornar para suas casas, o que denota que não existe um vínculo de pertencimento à casa do abrigo, reforçando a importância da reinserção familiar.

A equipe técnica do abrigo e os profissionais da escola destacam a importância dos **vínculos familiares**, outra categoria recorrente a ser discutida, a família, é um espaço privilegiado, onde se iniciam as primeiras relações afetivas, constroem-se laços, alicerce para vínculos futuros.

Deve-se considerar os vínculos mediante as novas concepções de família da sociedade moderna, como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares. Como na fala de Cebolinha:

[...] não sei da minha mãe... ela veio me visitar, mas agora não sei dela, hoje vou embora morar com meu irmão em outra cidade.

Por exemplo são possíveis diversas configurações do núcleo familiar: irmãos com irmãos, mães e filhos, tia e sobrinhos, avó e netos, entre outros.

É importante salientar que o cotidiano das famílias é constituído por outros tipos de vínculos que pressupõem obrigações mútuas, ou seja, um compromisso que não é de caráter legal e sim de caráter simbólico e afetivo. São relações de apadrinhamento, amizade, vizinhança e outras afins. Constam dentre elas, relações de cuidado estabelecidas por combinados espontâneos explícitos ou implícitos e que

na maioria das vezes são mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco.

No que diz respeito ao direito à convivência familiar e comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu no artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária; o que caracteriza o acolhimento institucional excepcional e provisório, assim como a exigência da preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta; quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; é latente na fala dos técnicos do abrigo.

Percebe-se que muitos desafios são enfrentados na tentativa da manutenção dos vínculos familiares, já que muitas crianças estão no abrigo por terem sido vítimas de maus tratos, de negligência, pelo fato de os pais serem dependentes de substâncias psicoativas ou por estarem presos por tráfico de drogas, o que desencadeia por meio de decisão judicial a colocação em família substituta que deve proporcionar um ambiente familiar adequado a fim de garantir a proteção e o desenvolvimento da criança:

Eu vim pra cá porque meu pai fumava droga e a minha mãe ficava com ele, ai ligaram para o conselho e eles vieram me buscar, e ai ta meu pai e minha mãe presos. (Mônica).

O rompimento dos vínculos familiares deixa nas crianças sequelas que ainda não sabemos se trarão consequências em seu futuro que as dificultem em estabelecer novos vínculos afetivos em suas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho a ser percorrido pela pesquisa científica se constitui de forma complexa, envolvendo questões de cunho cultural, histórico, econômico, social e subjetivo sobre a realidade, em determinado tempo e espaço. Neste processo, o presente estudo cumpre suas etapas teórico-metodológicas, porém não apresenta conclusões definitivas, considerando que a temática discutida é dinâmica e demanda diversas outras abordagens, conforme suas mudanças constantes.

Na busca pelo desvelar da ocorrência da proteção ou revitimização de crianças em situação de acolhimento institucional, realizou-se o estudo das representações sociais de professores, gestor educacional, técnicos do serviço de acolhimento institucional, gestor de assistência social e de crianças do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS, considerando que a escola pública brasileira e as instituições de acolhimento têm encontrado uma significativa demanda de atuação em diferentes contextos, por vítimas de diversos tipos de violência, determinante na constituição das relações sociais nos espaços institucionais.

A Teoria das Representações Sociais fundamenta o debate das contradições existentes na relação indivíduo-sociedade e como esta relação se constrói, resultando nas representações percebidas no comportamento, linguagem, gestos, quando, definem como as interações sociais vão se interligar na construção do cotidiano.

A percepção das representações sociais construídas pelos sujeitos ao longo de suas vidas nos dá um panorama de como as relações das e com as crianças em acolhimento institucional acontecem no espaço institucional do abrigo e da escola, sob a influência das instituições totais implantadas para o atendimento daqueles que necessitavam por algo que os incapacitava, evoluindo para as atuais instituições e serviços ofertados em seus diversos setores.

A compreensão da evolução sofrida pelas instituições de acolhimento a crianças permite às pessoas envolvidas no atendimento perceber como a legislação foi se adequando conforme a sociedade se modificou, o abrigo agora realizado de forma excepcional e provisória, em último caso, depois de esgotadas todas as outras possibilidades de atendimento à família, para poucas crianças por unidade, a fim de garantir a qualidade do atendimento à criança.

Por outro lado, observa-se que mudanças no serviço realmente estão ocorrendo: o espaço físico da instituição é amplo, atende a poucas crianças, tem uma brinquedoteca e um parque muito mencionado por elas, que inclusive faz parte dos mecanismos de premiação para manter o controle e a funcionalidade da rotina, tem equipe técnica completa e cuidadores em número suficiente, porém nos questionamos: essas mudanças são profundas ou estéticas?

Apesar de muitas adequações realizadas, os técnicos admitem dificuldades no trabalho com as famílias, como: na questão do fortalecimento familiar, na demora nos processos no Poder Judiciário para que as crianças retornem para suas famílias, serviços tão ou mais importantes do que brinquedos e parque.

È importante salientar que o apoio social e educacional e de políticas de atendimento, proteção e promoção às famílias é fundamental para que não ocorram situações que envolvam crianças e adolescentes em risco social, tornando a medida protetiva de abrigo desnecessária, preservando o vínculo familiar e comunitário.

Em conformidade com a realidade verificada no campo empírico, nota-se que a medida de acolhimento não foi a última tentativa e sim, na maioria das vezes, a primeira, o que demonstra a fragilidade do sistema de defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes do município e o despreparo dos profissionais da rede de serviços socioassistenciais, já que a ruptura dos vínculos familiares constitui trauma, muitas vezes, irreversível à criança.

A Culpabilização da família é outra característica comum entre as instituições pesquisadas, sempre que a criança apresenta algum comportamento diferenciado se justifica que pertence a uma família desestruturada, representação social construída numa sociedade capitalista, onde se prega que todos têm oportunidades iguais, da qual a criança necessita ser protegida.

O acolhimento é uma medida de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou violação de direitos, e não defesa da criança contra sua família, isso parece ainda não estar claro a toda rede de atendimento, o que revitimiza as crianças que, além de chegarem ao abrigo com experiências dolorosas vivenciadas anteriormente, veem-se em um espaço restrito para manifestar seus desejos e saudades em relação à família, já analisada, classificada, julgada e condenada.

Difícil não se compadecer com o sofrimento das crianças, vivenciar dimensões obscuras que o abandono traz, o que a pesquisa revela e o que nos possibilitou identificar o abandono dentro das instituições abrigo e escola, por mais melhorias no espaço físico e afetividade que os profissionais demonstrem para com as crianças, elas estão sozinhas em suas particularidades e ausências de referências familiares que são insubstituíveis.

O encaminhamento das crianças para a casa de acolhimento é realizado com o objetivo de protegê-las de uma situação de risco social ou pessoal, objetivo que temporariamente, está sendo alcançado. Já quando se trata de lhes proporcionar novas experiências para que elas possam ressignificar sua história, esta meta ainda é uma realidade a ser buscada.

Transformar o abrigo em um local de morada, onde crianças e adolescentes possam viver protegidos, com oportunidades de desenvolvimento pleno e com direito e garantia de sua identidade, individualidade, autonomia e participação social, até seu retorno à família, é o grande desafio a ser enfrentado pela equipe técnica e pela rede de serviços socioassistenciais.

Para tanto, necessita-se desconstruir raízes asilares, no formato das instituições totais, e na perspectiva do Código de Menores de 1927, que permeiam as representações sociais dos professores, gestores e técnicos do acolhimento institucional do município de Paranaíba-MS.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Instituição e poder**: a análise concreta das relações de poder nas instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul. /dez. 2004.

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 70-75, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n1/v23n1a10.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____.; QUINTANA, A. M. Identidade, família e relações sociais em adolescente de grupos populares. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2003.

BAPTISTA, M. V. Um olhar para a história. In: _____.; GUARÁ, I. M. F. R. (Coord.). **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. 2. ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 21-34. (Abrigar, 1).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: _____.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3. ed. Petrópolis: Vozes; 2002. p. 189-217.

BENELLI, Sílvio José. O seminário católico e a formação sacerdotal: um estudo psicossocial. **Psicologia USP**, São Paulo, v.17, n. 3, p. 145-182, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n3/v17n3a11.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BLEGER, J. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2002.

BOURGUIGNON, J. A. A pesquisa sobre representações sociais no contexto do serviço social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 77-88, 2001.

BRASIL. Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834. **Coleção de Leis do Império**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15, 1834. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-norma-pl.html>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

BRASIL. Decreto n. 17943-A, de 12 de outubro de 1927. Decreto Federal n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1927. p. 476. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 3.799, de 05 de novembro de 1941. Transforma o instituto sete de setembro em Serviço de Assistência de Menores e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1941. Seção 1. p. 21338. Disponível em: <<http://www.senado.com.br/legislacao/listapublicacoes.action?>> Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 out. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 18 set. 2014

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação familiar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 14 mar.2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA : CNAS : SEDH, 2006.

_____. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis N°s 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei N° 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 4 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 10 de mar. 2013.

_____. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRUSCHINI, M. C. A. Resenha: POSTER, M. Teoria crítica da família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 98-113, 1981.

BULCÃO, I. **Investigando as práticas do juizado de menores de 1927 a 1979**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução Conjunta, n. 01, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-2009-001-18-1-06-2009.pdf/download>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. (Coord.). **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, jun. 2009.

CUNHA, M. C. F. Memória histórica: 16 anos depois. In: FUNABEM. **FUNABEM anos 20**. Rio de Janeiro: MPAS, 1984.

DELGADO, P. G. G. Perspectivas da psiquiatria pós-asilar no Brasil (com um apêndice sobre a questão dos cronicados). In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R.(Org.). **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. cap. 5. p. 171-202.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2001. (Papirus educação).

_____. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008. (Pesquisa).

DEVAL, J. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

DORIAN, M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 27-52.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (Campo teórico).

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão – 1926-1984. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

FUNABEM. **FUNABEM anos 20**. Rio de Janeiro: MPAS, 1984.

FURTADO, J. P. Equipes de referência: Arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 22, p. 239-255, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, M. A. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista. In: ALMEIDA, A. M. (Org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo : Ed. UFRJ, 1987.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 249-256, 2000.

_____. Representações Sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. (Org.) **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em Representação Social**. Florianópolis: ANPEPP, 1996. (Coletâneas da ANPEPP, 10). p. 9-30.

GUIRADO, M. **A criança e a Febem**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. **Instituição e relações afetivas**: o vínculo com o abandono. São Paulo: Summus, 1986.

_____. Poder indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. p. 57-72.

IBGE. **Canais**: cidades@: Mato Grosso do Sul: Paranaíba: Produto Interno Bruto: 2009. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500630&idtema=80&search=mato-grosso-do-sul|paranaiba|produto-interno-bruto-dos-municipios-2009>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

_____. **Canais**: cidades@: Mato Grosso do Sul, Paranaíba: ensino – matrículas: docentes e rede escolar: 2012. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500630&idtema=117&search=mato-grosso-do-sul|paranaiba|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Fazendo minha história**: guia de ação para abrigos e colaboradores. São Paulo: Associação Fazendo História, 2008.

JODELET, D. Representation sociale: phenomene, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Org.). **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. p. 357-378.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: _____. (Ed.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. p. 31-61. Tradução de Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica de Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ - Faculdade de Educação, dez. 1993. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. Représentations sociales: phénomène, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Org.) **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org.), **Psicología social**. Barcelona: Paidós, 1993. v. 2. p. 469-494.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 61-85.

_____. Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

LANE, S. T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In: _____.; SAWAIA, B. B. (Ed.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995a. p. 67-81.

_____. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: _____.; SAWAIA, B. B. (Ed.). **Novas veredas da psicologia social**. (p. 55-63). São Paulo: Brasiliense, 1995b. p. 55-63.

LEHFELD, N. A. S. A prática da pesquisa qualitativa no serviço social: Alguns aportes metodológicos e operacionais. In: JOSÉ FILHO, M.; LEHFELD, N. A. S. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. UNESP, 2004. p. 11-24.

MACHADO, V. R. A atual política de acolhimento institucional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 143-169, jan./jun. 2011.

MADEIRA, M. C. A. A confiança afrontada: representações sociais da AIDS para jovens. In: _____.; JODELET, D. (Org.). **AIDS e representações sociais**: a busca de sentidos. Natal: EDUFRN, 1998. p. 47-72.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a crianças abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder**: psicologia social desde Centroamerica (II). San Salvador: Ed. UCA, 1989. (Textos universitários, 10).

MESQUITA, S. T. Abordando a pesquisa qualitativa. In: JOSÉ FILHO, M.; LEHFELD, N. A. S. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. UNESP, 2004. p. 25-38.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 9-30.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME;
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; CENTRO LATINO AMERICANO DE ESTUDO DE
VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI. **Levantamento Nacional de Crianças e
Adolescentes em Serviços de Acolhimento**. Brasília, DF, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 out. 2004. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/mds/resolucoes/2004/Resolucao%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf/view>>. Acesso em: 10 Jan. 2014.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 130, 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2005. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf/view>>. Acesso em: 20 fev.2014.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n° 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Seção 1. p. 308. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/gestaodotrabalho/arquivos/Norma%20Operacional%20de%20RH_SUAS.pdf/download>. Acesso em: 20 fev.2014.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jan. 2013. Seção 1. p. 155-164. Disponível em:
<<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Jan/3/cnas-resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012>>. Acesso em: 20 fev.2014.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Press Universitaire de France, 1961.

_____. Preface. In: HERZLICH, C. **Sante et maladie: analyse d'une representation sociale**. Paris: Mouton, 1969.

_____. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. On social representation. In: FORGAS, J. P. (Ed.). **Social cognition**. London: Academic Press, 1981. p. 181-209

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NOBREGA, S. M. **As representações sociais**. Paris, 1990. 76 p. (mimeo.).

_____. Sobre a teoria das representações sociais. In: MOREIRA, A. **Representações sociais: teoria e prática**. João Pessoa: Universitária, 2001. p. 55-87.

NOGUEIRA FILHO, P. **Sangue, corrupção e vergonha**. São Paulo: Organização Libertas, 1956.

NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ORLANDI, O. **Teoria e prática do amor à infância**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PARREIRA, S. M. C. P.; JUSTO, J. S. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n.2, p. 175-180, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a03.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2013.

PEREIRA, E. V. **A voz da criança institucionalizada: representações sociais de família e abrigo - Estado de São Paulo - Brasil**. 2006. 173f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

RANGEL, R. F. A laicização da assistência social na Primeira República. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276742598_ARQUIVO_a rtigoANPHU.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; RIZZINI, I. "Menores" institucionalizados e meninos de rua. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. cap. 3. p. 69-90.

_____.; _____. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/RJ; São Paulo: Loyola, 2004.
Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. et al. (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF : CIESPI; Rio de Janeiro: PCI-RIO, 2006.

_____. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. _____.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 99-168.

_____. _____. In: _____.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 97-149.

ROCHA, D. N. A enfermagem e a criança. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 32, p. 245-250, 1979.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (Ed). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Núcleo central de representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SARAVALI, E. G.; GUIMARÃES, T. Ambiente educativo e conhecimento social: um estudo sobre as representações de escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 157-184, 2010.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

SILVA, E. R. A. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a percepção das instituições de abrigo. In: _____. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, DF: IPEA : CONANDA, 2004.

SILVA, M. I. R. S. **Crianças e adolescentes abrigados: vínculos e rupturas na história de convivência familiar e comunitária**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

SILVA, R. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Ática, 1997.

SOUSA, C. P. As representações sociais: Desafios de pesquisa. In: _____.; ENS, R. T. (Org.). **Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados**. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. p.147-160.

SOUZA, M. L. **Serviço Social e instituição: a questão da participação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: _____. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 85-108.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALENTE, J. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 441-449, jul./dic. 2008.

VENÂNCIO, R. P. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil - séculos XVIII-XX**. Belo Horizonte: PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2010.

VENOSA, S. S. **Direito civil: contratos em espécie**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2004.

_____. **Direito civil: direito de família**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WEBER, L. N. D. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. **Conjuntura Social**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 30-36, 2000. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:zdyiOZrmReUJ:www.nac.ufpr.br/artigos_do_site/2000>. Acesso em: 12 nov. 2014.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão Mônica Stahel. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Consulta aos Professores³

1. Identificação:

Profissão:

Função que atua:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

Tempo na instituição:

Tempo de exercício na profissão:

2. O que significa para você o Abrigo Municipal?

3. Como se deu a chegada das crianças e adolescentes abrigados à escola?

4. Como você percebe as relações das crianças e adolescentes do abrigo com as demais crianças e adolescentes no ambiente escolar?

5. Existem diferenças entre crianças e adolescentes abrigados e os demais? Quais?

6. Quais são as recomendações da escola em relação às crianças e adolescentes matriculados pelo abrigo?

7. Como se dá a acolhida das crianças recebidas do abrigo pela equipe gestora?

8. Na sua percepção, como é o comportamento das crianças atendidas pelo abrigo municipal? Por exemplo: na sala de aula, no recreio, nas refeições, nas brincadeiras, entre outras situações.

9. Existe algum processo de esclarecimento entre a equipe do abrigo municipal e/ou a equipe da escola?

³ Sujeitos: Professores que atuam na área educacional no município de Paranaíba-MS, em instituições de ensino Municipal e Estadual. Objetiva-se realizar a entrevista com os professores que trabalharam diretamente com as crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

APÊNDICE B - Consulta ao Responsável Legal e Equipe Técnica do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS⁴

1. Identificação:

Profissão:

Função que atua:

Escolaridade:

Idade:

Sexo:

Tempo na instituição:

Tempo de exercício na profissão:

2. O que significa para você o Abrigo Municipal de Paranaíba-MS?
3. Qual o papel do abrigo no sistema de defesa dos direitos das crianças e adolescentes?
4. Qual o órgão responsável pela solicitação do acolhimento da criança e do adolescente que teve seus direitos violados? Como se dá esse processo?
5. Como é realizada a acolhida das crianças e adolescentes pela equipe do abrigo?
6. Quais atividades são realizadas com as crianças e adolescentes em acolhimento?
7. Qual serviço é realizado para que haja a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários com a criança e o adolescente?
8. Existem algum registro dos serviços realizados pelo abrigo? Qual?
9. Quais as possíveis alterações psicológicas que a criança e o adolescente vitimizados podem apresentar?
10. Como se dá o processo de acompanhamento das crianças durante o período de acolhimento?
11. Qual a metodologia adotada no projeto político pedagógico (atividades pedagógicas e lúdicas)?
12. Existe algum controle sobre a exposição das crianças e adolescente na mídia em geral? Qual?
13. Como se dá o processo de desligamento das crianças e adolescentes do abrigo?

⁴ Sujeitos: Responsável legal pela instituição e equipe técnica do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS. Objetiva-se realizar a entrevista com o responsável legal dirigente da instituição e com os técnicos que atua diretamente no atendimento as crianças e adolescentes em acolhimento e suas famílias.

APÊNDICE C - Consulta às Crianças do Abrigo Municipal de Paranaíba-MS⁵

1. O que você pensa sobre o local em que está morando agora?
2. O que você acha que esta casa pretende te oferecer?
3. Do que você mais gosta aqui?
4. Do que menos gosta?
5. Por que você está no Abrigo?

⁵ Sujeitos: Crianças e Adolescentes do abrigo Municipal de Paranaíba-MS. Objetiva-se realizar a entrevista com as crianças e adolescentes em acolhimento institucional no momento da pesquisa, considerando o caráter provisório da medida de acolhimento existe grande rotatividade de entrada e Saída destes na instituição.

ANEXOS

ANEXO A: Lei nº 1.915, de 16 de dezembro de 2013. “Dispõe sobre a regulamentação do funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional, denominada Abrigo Municipal Pâmela Silva e dá outras providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI N.º 1.915, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Dispõe sobre a regulamentação do funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional, denominado ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA e dá outras providências”

DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ - TITA, Prefeito do Município de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul, usando de suas atribuições legais;

FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica formalmente instituída a Casa de Acolhimento Institucional de Paranaíba-MS, denominada **“ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA”**, a qual reger-se-á pelos princípios constantes no artigo 92, da Lei Ordinária Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e observará as obrigações elencadas no artigo 94, da referida Lei; além das normas fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (LOAS, PNAS, NOB/SUAS etc) e as Orientações Técnicas de Serviço de Acolhimento, elaboradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Parágrafo Único. O serviço de acolhimento Institucional de criança e adolescente denominado **“ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA”** tem a finalidade de abrigar temporariamente crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição de poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. O acolhimento Institucional de criança ou adolescente no **“ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA”** deverá ser medida provisória e excepcional, utilizável como uma forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 101 da Lei Ordinária Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 3º. O "ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA" disponibilizará no máximo 20 (Vinte) vagas para crianças e adolescentes de zero a 18 (dezoito) anos, de ambos os sexos, prioritariamente oriundos do Município de Paranaíba-MS, assegurando-lhes:

- I - alternativa de moradia provisória para crianças e adolescentes violados em seus direitos;
- II - proporcionar ambiente sadio de convivência;
- III - oportunizar condições de socialização;
- IV - oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral e/ou orientações;
- V - oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e à profissionalização;
- VI - proporcionar o intercâmbio com órgãos públicos, tais como escolas, postos de saúde, hospitais, conselhos tutelares, entre outros, com o objetivo de preservar os vínculos familiares e promover a reintegração familiar, quando possível;
- VII - garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VIII - prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando sua segurança física e emocional.

Art. 4º. O atendimento oferecido pelo ABRIGO MUNICIPAL deverá ser operacionalizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com equipe técnica própria, com a utilização de imóveis pertencentes à Prefeitura Municipal ou por essa alugados, ou, ainda, em regime de co-gestão, mediante a celebração de convênios de prestação de serviços com organizações, entidades ou associações públicas e privadas, sem fins econômicos, com a utilização de imóvel alugado ou próprio da organização conveniada.

Parágrafo Único. O atendimento será de natureza multiprofissional, abrangendo, no mínimo, as áreas de serviço social e psicologia.

Art. 5º. O "ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA" terá regimento Interno e regulamentos a serem instituídos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo normas de encaminhamento, funcionamento, atendimento e dispondo sobre a organização e disciplina dos trabalhos ali desenvolvidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO II Equipe técnica

Art. 6º. Os serviços do “**ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA**” serão geridos pela Secretaria de Assistência Social por meio da Coordenadoria de Proteção Social Especial ou outro órgão equivalente.

Art. 7º. O “**ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA**” deverá dispor uma equipe interdisciplinar pertencente ao quadro de servidores do Município composta dos seguintes profissionais:

I - Equipe Técnica:

- a - 01 (um) Coordenador Social;
- b - 01 (um) Assistente Social;
- c - 01 (um) Psicólogo;
- d - 01 (um) Educador Social II;
- e - 01 (um) Pedagogo.

II - Equipe Funcional:

- a - 04 (quatro) Cuidadores;
- b - 04 (quatro) Auxiliares de Cuidador;
- c - 02 (dois) Profissionais de Limpeza;
- d - 02 (dois) Profissionais de Alimentação;
- e - 01 (dois) Profissionais de Lavanderia;
- f - 02 (dois) Vigias.

§ 1º. O Coordenador Social, cargo de provimento em comissão a ser preenchido por profissional graduado em direito, serviço social, psicologia ou pedagogia, será o responsável por todas as ações da Casa de Acolhimento Institucional e coordenará toda a equipe técnica e funcional, bem como representará a instituição em todos os órgãos.

§ 2º. Na equipe técnica os profissionais deverão ter formação mínima de nível superior na especialidade exigida, (Serviço Social; Psicologia; Pedagogia; Educador Social II deverá ser graduado e ter experiência no atendimento com a criança o adolescente e famílias em situação de risco) e terão as seguintes atribuições:

- I - Elaboração, em conjunto com o/a Coordenador(a) e demais colaboradores do projeto político-pedagógico do serviço;
- II- Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias com vistas à reintegração familiar; ou, integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- III - Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- IV - Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
- V - Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- VI - Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente apontando;
- VIII - Possibilidades de reintegração familiar;
- IX. Necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- X - Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o cuidador (a) educadora(a) de referência);
- XI - Mediação, em parceria com o (a) cuidador (a)/educadora(a) de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

§3º. CUIDADOR (A) EDUCADOR (A) FORMAÇÃO MÍNIMA: Nível fundamental e capacitação específica

- I - cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
- II - relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente;
- III - organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);
- IV - auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade;
- V - organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida.
- VI - acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento;
- VII - apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (Psicólogo ou assistente Social).

§4º. AUXILIAR DE CUIDADOR / EDUCADOR FORMAÇÃO MÍNIMA:

- I - Nível fundamental e capacitação;
- II - apoio às funções do cuidador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§5º. PROFISSIONAL DE LIMPEZA/ ALIMENTAÇÃO/ LAVANDERIA. FORMAÇÃO MINIMA: Nível Fundamental
 I - Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente, dentre outros);
 II - cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
 III- organização com as roupas (lavar, passar e guardar).

CAPÍTULO III DA INFRAESTRUTURA / HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 8º. A configuração dos espaços físicos da entidade de acolhimento obedecerá os parâmetros de infraestrutura estabelecidos nas "*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*", aprovado pela LOAS, PNAS (2004), NOB/SUAS/2005, NOB-RH/SUAS/2007, Resolução do CNAS, N° 109, de 11 de novembro de 2009 e demais legislações e normas Resolução Conjunta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 1º. Características Quartos

- I - Número de crianças / adolescentes por quarto: recomendado: até 4 por quarto; máximo: até 6 por quarto;
- II - Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).

§ 2º. Sala de Estar ou similar

- I - Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores - Sala jantar / copa;
- II - Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores;
- III - Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) - Ambiente para Estudo;
- IV- Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado no próprio ambiente dos quartos, por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários por quarto não inviabilizar que a atividade de estudo/leitura seja nele realizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 3º. Banheiro

I - 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para cada 5 crianças e adolescentes;

II - Pelo menos 1 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência

§ 4º. Cozinha

I - Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.

§ 5º. Área de Serviço

I - Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.

§ 6º. Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc.)

I - Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários;

II - Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.

§ 7º. Sala para Equipe técnica

I - Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc.);

Deverão ser executados de acordo com todas as especificações constantes da NBR 9050/ABNT.

Art. 9º. O funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional (abrigo Municipal) será de 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

Art. 10. O "ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA" somente poderá prestar seus serviços a outros Municípios ou ao Estado mediante ordem judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Parágrafo Único. O “**ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA**” poderá, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

Art. 11. Deverá ser, anualmente, quando da elaboração da Lei Orçamentária, destinados recursos suficientes para a implementação, manutenção e funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional (“**ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA**”), fazendo constar na Lei a respectiva previsão, bem como, na ausência ou falta de previsão específica, seja providenciado o remanejamento de recursos orçamentários necessários.

Paragrafo Único. As despesas de implantação e manutenção da serão suportadas pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 12. Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial à lei orçamentária vigente devendo o Chefe do Poder Executivo promover a inclusão e os necessários ajustes nas leis do Plano Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

Art. 13. O quantitativo, qualificação, escolha e capacitação dos funcionários e profissionais vinculados à entidade de acolhimento observem os parâmetros estabelecidos pela NOB-RH- SUAS aprovado pela Resolução CNAS n° 269 de 13 de Dezembro de 2006 e na Resolução CNAS n° 33 de 2012, instituída pela Resolução 269, de 13 dezembro de 2006 e pelas “*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*” aprovado pela Resolução Conjunta, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Art. 14. Quando da elaboração do Regimento, bem como as normas de funcionamento e gestão do “**ABRIGO MUNICIPAL PÂMELA SILVA**” deverá ser observadas as deliberações contidas nas Resoluções dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; os parâmetros estabelecidos pela NOB-RH, instituída pela Resolução 269, de 13 dezembro de 2006 e pelas “*Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*” aprovado pela Resolução Conjunta pelo Conselho



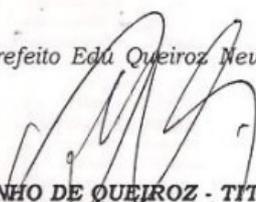
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Prefeito Edu Queiroz Neves", aos 16 dias do mês de dezembro de 2013.


DIOGO ROBALINHO DE QUEIROZ - TITA
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA, na Secretaria de Administração, na data supra.

RUTH MARCELA SOUZA FERREIRA
Secretária de Administração